

Dissertação de Mestrado

**Implicações da Prova Brasil na formação continuada
de professores:
uma análise da rede municipal de ensino de
Florianópolis (2005-2010)**

Lucimara Domingues de Oliveira



**Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Educação**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Lucimara Domingues de Oliveira

**IMPLICAÇÕES DA PROVA BRASIL NA FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS (2005 – 2010)**

Dissertação de Mestrado submetida ao
Programa de Pós- Graduação em
Educação da Universidade Federal de
Santa Catarina para obtenção do grau
de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Neide Arrias
Bittencourt

Florianópolis
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

O48i Oliveira, Lucimara Domingues de
Implicações da Prova Brasil na formação continuada de
professores [dissertação] : uma análise da rede municipal de
ensino de Florianópolis (2005 - 2010) / Lucimara Domingues de
Oliveira ; orientadora, Neide Arrias Bittencourt. -
Florianópolis, SC, 2011.
181p.: il., grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-
Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Prova Brasil - Avaliação. 2. Educação. 3. Professores
- Formação - Florianópolis (SC). I. Bittencourt, Neide Arrias.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

CDU 37

Lucimara Domingues de Oliveira

**IMPLICAÇÕES DA PROVA BRASIL NA FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS (2005 – 2010)**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Educação” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 14 de outubro de 2011.

Prof.^a Célia Regina Vendramini, Dr.^a
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Neide Arrias Bittencourt,
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Marli Eliza Dalmazo Afonso de André
Pontifícia Universidade Católica – SP

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Farias da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Leda Scheibe
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por tudo o que aconteceu em minha vida e por todas as pessoas que apareceram em meu caminho,

À minha melhor amiga, minha mãe, **Neide de Miranda Oliveira**, por sonhar junto comigo e estar sempre ao meu lado, mesmo a centenas de quilômetros de distância,

A meu namorado, **André Luiz Sehnem**, pela paciência, compreensão e, principalmente, por ser essa pessoa maravilhosa, que completou minha vida com muito amor,

À minha grande amiga e incentivadora, **Janaina Pissinato**, por toda a ajuda e, principalmente, por não ter deixado que eu desistisse,

À **UFSC**, por todo o apoio na graduação e no mestrado,

Ao **PPGE**, pela imensa oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional, com sua colaboração para a realização desse e outros sonhos,

À Dra. **Neide Arrias Bittencourt**, minha querida orientadora, pela confiança, apoio e orientação cuidadosa, sem os quais esse estudo não seria realizado,

Ao **CNPq**, pelo apoio financeiro, indispensável para minha permanência no mestrado e, conseqüentemente, para a realização dessa pesquisa,

Às Dras. **Marli Eliza Dalmazo Afonso de André**, **Elizabeth Farias da Silva** e **Leda Scheibe**, pelas imensas contribuições no exame de qualificação e, principalmente, por aceitarem o convite para avaliar minha dissertação,

À **Gerência de Formação Permanente da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis**, por autorizar minha pesquisa nos arquivos do Departamento de Eventos.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo verificar as implicações da Prova Brasil na formação continuada de professores do ensino fundamental. Tomando o caso da Rede Municipal de Ensino (RME) de Florianópolis – SC, comparou os indicadores de desempenho dos estudantes das escolas da RME nas edições de 2005 a 2009 da avaliação com as médias alcançadas pela rede, para verificar se a organização da formação continuada foi pautada pelo desempenho das escolas; analisou os documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME), como planejamentos e relatórios de gestão, e também os registros da formação continuada de professores, no período entre 2005 a 2010, observando os temas abordados, objetivos, público alvo e carga horária. Como suporte teórico, utilizou autores como: Freitas (2007), Casassus (2009), Castro (2009) e Horta Neto (2010) na discussão sobre o uso dos resultados das avaliações nos planejamentos nas ações das secretarias de educação. Gatti e Barreto (2009), André (2010) e Bauer (2010) no debate sobre avaliação e formação continuada de professores. Como poderá ser visto, as análises realizadas apontam para uma supervalorização dos resultados das avaliações nos documentos produzidos pela secretaria, bem como a intenção de utilizar os indicadores na formação continuada dos professores da rede. Esta supervalorização fica mais evidente a partir de 2007, quando a RME cria seu próprio sistema de avaliação, conhecido como “Prova Floripa” e, em 2009, com a adoção de um sistema privado de ensino, o Sistema Educacional UniBrasil (SEU). A implantação de sistemas de avaliação próprios e a adoção de sistemas privados de ensino, observados na RME, foram fatores destacados por Freitas (2007) como possíveis consequências que a definição de metas de desempenho na Prova Brasil, a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), causaria no ensino e na formação continuada dos professores.

Palavras-chave: Avaliação; Prova Brasil; Formação continuada; Escola pública.

ABSTRACT

This research has the purpose of verifying the implications of Prova Brasil in the continuing education of teachers of Elementary School. This research was carried out by comparing the performance indicators of pupils of Rede Municipal de Ensino – RME, which is formed by the public schools, in the city of Florianópolis, in Prova Brasil from 2005 to 2009 editions to the average grades of the RME, in order to verify if the organization of the continuing education was followed by the performance of the schools.

Documents produced by the Education Secretary of the city of Florianópolis (SME) were analyzed, such as management plans and reports as well the records of the continuing education of teachers from 2005 to 2010. The approached themes were observed, as well as the purposes, target audience, and load. Authors such as Freitas (2007), Casassus (2009), Castro (2009), Horta Neto (2010) were used as theoretical support for the debate about the use of the evaluation results in the Education Secretary planning. Gatti e Barreto (2009), André (2010) and Bauer (2010) formed the theoretical bases for the debate about evaluation and the teacher continuing education. The analysis points towards the overvaluation of results in the documents produced by the Education Secretary as well as an intention of using the indicators in the continuing education of the RME teachers. Such overvaluation became more evident from 2007 on, when the RME created its own evaluation system, known as “Prova Floripa”, and in 2009 with the adoption of a teaching private system, named Sistema Educacional UniBrasil (SEU). The implantation of peculiar evaluation systems and the adoption of teaching private systems, observed in the RME, were factors emphasized by Freitas (2007) as possible consequences of what the definition of performance targets in Prova Brasil, considering the *Ideb* (the index of elementary education development), would cause in teaching and in the continuing education of teachers.

Keywords: Evaluation; Prova Brasil; Continuing education; Public schools

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Boletim de uma escola - Prova Brasil 2009..... | 56 |
| Figura 2 - Página para consulta do Ideb..... | 57 |
| Figura 3 - Desempenho dos alunos em faixa de rendimento - Prova Floripa 2008..... | 76 |
| Figura 4 - Página eletrônica para consulta dos resultados da Prova Floripa..... | 77 |
| Figura 5 - 24ª Meta de gestão proposta pela SME | 88 |
| Figura 6 - Planejamento da SME - PAR – Dimensão 2..... | 91 |
| Figura 7 - Planejamento da SME - PAR – Dimensão 3..... | 92 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Taxa de abandono do ensino fundamental na RME – 2000 a 2009..... | 71 |
| Gráfico 2 - Desempenho da RME na Prova Brasil (2005-2009) – 4ª série..... | 73 |
| Gráfico 3 - Desempenho da RME na Prova Brasil (2005-2009) – 8ª série..... | 74 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Dissertações defendidas no PPGE-UFSC com a palavra-chave “formação continuada” (2005-2011)..... | 30 |
| Quadro 2 - Teses defendidas no PPGE-UFSC com a palavra-chave “formação continuada” (2005-2011) | 31 |
| Quadro 3 - Dissertações defendidas no PPGE-UFSC com a palavra-chave “avaliação” (2005-2011)..... | 32 |
| Quadro 4 - Teses defendidas no PPGE-UFSC com a palavra-chave “avaliação” (2005-2011)..... | 32 |
| Quadro 5 - Uso dos resultados da avaliação e tipos de consequências no Brasil..... | 49 |
| Quadro 6 - Formação Continuada nas Metas da SME de Florianópolis 2005/2008..... | 86 |
| Quadro 7 – Metas e ações desenvolvidas em 2009..... | 89 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Metas nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)..... | 39 |
| Tabela 2 - Tabela 2 – Resultados das 4 ^{as} séries das escolas da RME na Prova Brasil de 2005 | 59 |
| Tabela 3 - O ensino fundamental em Florianópolis, por rede de ensino (2009)..... | 63 |
| Tabela 4 - Professores com formação em nível superior (em %)..... | 66 |
| Tabela 5 - Formação inicial dos professores dos anos iniciais e de Língua Portuguesa e Matemática da RME - 2007 (em %)..... | 67 |
| Tabela 6 - Tipo de instituição em que fez o ensino superior (em %)..... | 68 |
| Tabela 7 - Indicadores de resultado do ensino fundamental da RME – 2009 | 70 |
| Tabela 8 - Resposta dos diretores da RME à pergunta “Na sua escola, existe programa de redução das taxas de reprovação e abandono?” – questionário de diretores da Prova Brasil 2007..... | 71 |
| Tabela 9 - Número de escolas da RME que participaram da Prova Brasil, por edição e série avaliada..... | 72 |
| Tabela 10 - Resposta dos diretores da RME à pergunta “Você promoveu alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação etc.) nesta escola?”..... | 79 |
| Tabela 11 - Resposta dos diretores da RME à pergunta “Qual foi a proporção de professores da sua escola que participou das atividades de formação continuada promovidas por você nos últimos dois anos?”..... | 80 |
| Tabela 12 - Resposta dos professores à pergunta: “Você participou de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação etc) nos últimos dois anos?” (em %)..... | 81 |
| Tabela 13 - Resposta dos professores à pergunta: “Qual a carga horária da atividade que você considera mais relevante da qual participou?” (em %)..... | 82 |
| Tabela 14 - Resposta dos professores à pergunta: “Você utiliza os conhecimentos adquiridos nas atividades de formação continuada para a melhoria de sua prática em sala de aula?” (em %)..... | 83 |
| Tabela 15 - Formações centralizadas de professores da RME - 2005..... | 93 |
| Tabela 16 - Formações descentralizadas de professores da RME - 2005..... | 94 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 17 - Formações centralizadas de professores da RME - 2006.... | 96 |
| Tabela 18 - Formações descentralizadas de professores da RME – 2006..... | 100 |
| Tabela 19 - Formações centralizadas de professores da RME - 2007..... | 101 |
| Tabela 20 - Formações descentralizadas de professores da RME - 2007..... | 104 |
| Tabela 21 - Formações centralizadas de professores da RME - 2008.. | 105 |
| Tabela 22 - Formações descentralizadas de professores da RME – 2008..... | 108 |
| Tabela 23 - Formações centralizadas de professores da RME - 2009.. | 110 |
| Tabela 24 - Formações descentralizadas de professores da RME – 2009..... | 114 |
| Tabela 25 - Formações centralizadas de professores da RME - 2010.. | 115 |
| Tabela 26 - Formações descentralizadas de professores da RME – 2010..... | 120 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|--|
| ALESC | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina |
| AM | Amazonas |
| Aneb | Avaliação Nacional da Educação Básica |
| Anresc | Avaliação Nacional do Rendimento Escolar |
| BIA | Bloco Inicial de Alfabetização |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CE | Ceará |
| CFH | Centro de Filosofia e Ciências Humanas |
| DAE | Departamento de Administração Escolar |
| DEF | Departamento de Educação Fundamental |
| DF | Distrito Federal |
| EaD | Educação à Distância |
| EBM | Escola Básica Municipal |
| EF | Ensino Fundamental |
| EI | Educação Infantil |
| EJA | Educação de jovens e adultos |
| ES | Espírito Santo |
| GEPE | Gerência de Formação Permanente |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços |
| IDDF | Índice de Desenvolvimento da Educação do Distrito Federal |
| IDEAM | Índice de Desenvolvimento da Educação do Amazonas |
| Ideb | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica |
| IDEPE | Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco |
| IDESP | Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo |
| Inep | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| IQE | Índice de Qualidade do Ensino |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| LIBRAS | Língua Brasileira de Sinais |
| MEC | Ministério da Educação |
| MG | Minas Gerais |
| NEI | Núcleo de Educação Infantil |
| NIPP | Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas |

| | |
|--------|---|
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| PAR | Plano de Ações Articuladas |
| PCNs | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PDE | Plano de Desenvolvimento da Educação |
| PE | Pernambuco |
| PIP | Programa de Intervenção Pedagógica |
| PLC | Projeto de Lei Complementar |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PPGE | Programa de Pós-Graduação em Educação |
| PPP | Projeto Político-Pedagógico |
| RME | Rede Municipal de Ensino de Florianópolis |
| RS | Rio Grande do Sul |
| Saeb | Sistema de Avaliação da Educação Básica |
| Saep | Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau |
| SARESP | Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo |
| SC | Santa Catarina |
| SED | Secretaria de Estado da Educação |
| SEU | Sistema Educacional UniBrasil |
| SME | Secretaria Municipal de Educação |
| SP | São Paulo |
| UDESC | Universidade do Estado de Santa Catarina |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
| UNDIME | União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 27 |
| 2 | AVALIAÇÕES E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES..... | 35 |
| 2.1 | O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Saeb)..... | 35 |
| 2.2 | AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO..... | 40 |
| 2.3 | O QUE FAZER COM OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO? O QUE OS ESTUDOS APONTAM?..... | 42 |
| 2.4 | FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E OS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES..... | 51 |
| 3 | TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA..... | 55 |
| 3.1 | OS RESULTADOS DAS ESCOLAS DA RME NA PROVA BRASIL..... | 55 |
| 3.2 | A RIQUEZA DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS CONTEXTUAIS: OS MICRODADOS DA PROVA BRASIL 2007..... | 60 |
| 3.3 | OS DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELA SME..... | 61 |
| 3.4 | A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA RME (2005 A 2010) | 61 |
| 4 | O ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS: CARACTERÍSTICAS E INDICADORES EDUCACIONAIS..... | 63 |
| 4.1 | O ENSINO FUNDAMENTAL NA RME: FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE..... | 65 |
| 4.2 | INDICADORES EDUCACIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA RME: TAXAS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO, ABANDONO E RESULTADOS NA PROVA BRASIL..... | 69 |
| 4.3 | A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E DEMAIS PROFISSIONAIS DA RME..... | 78 |
| 4.4 | A FORMAÇÃO CONTINUADA NA RME, SEGUNDO OS PROFESSORES (2007) | 80 |
| 5 | A PROVA BRASIL NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS (2005 – 2010) | 85 |
| 5.1 | FORMAÇÃO CONTINUADA E A PROVA BRASIL NOS PLANEJAMENTOS E RELATÓRIOS DE GESTÃO DA SME (2005 – 2010) | 85 |
| 5.2 | A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA RME – 2005 A 2010..... | 92 |
| 5.2.1 | A formação continuada em 2005 | 93 |

| | | |
|-------|--|------------|
| 5.2.2 | A formação continuada em 2006 | 96 |
| 5.2.3 | A formação continuada em 2007 | 101 |
| 5.2.4 | A formação continuada em 2008 | 105 |
| 5.2.5 | A formação continuada em 2009 | 109 |
| 5.2.6 | A formação continuada em 2010 | 114 |
| | REFERÊNCIAS..... | 125 |
| | APÊNDICE A – Comparativo entre os resultados das escolas da rede na Prova Brasil de Matemática – 4ª série | 135 |
| | APÊNDICE B – Comparativo entre os resultados das escolas da rede na Prova Brasil de Língua Portuguesa – 4ª série..... | 137 |
| | APÊNDICE C – Comparativo entre os resultados das escolas da rede na Prova Brasil de Matemática – 8ª série..... | 139 |
| | APÊNDICE D – Comparativo entre os resultados das escolas da rede na Prova Brasil de Língua Portuguesa - 8ªsérie..... | 141 |
| | ANEXO A – Divulgação dos boletins da Prova Brasil de 2009..... | 143 |
| | ANEXO B – Página eletrônica das planilhas do Ideb..... | 144 |
| | ANEXO C – Questionário do Professor – Prova Brasil 2007..... | 145 |
| | ANEXO D – Questionário do Diretor – Prova Brasil 2007..... | 153 |
| | ANEXO E – Formulário de registro de certificados da SME..... | 161 |
| | ANEXO F – Composição da RME de Florianópolis..... | 163 |
| | ANEXO G – Reportagem sobre a municipalização do Ensino Fundamental em Santa Catarina..... | 164 |
| | ANEXO H – Escolas básicas – RME..... | 165 |
| | ANEXO I – Escolas desdobradas..... | 167 |
| | ANEXO J – Implantação do SEU..... | 168 |
| | ANEXO K – Formação dos professores da RME – 2009..... | 169 |
| | ANEXO L – Atual organograma da SME..... | 170 |
| | ANEXO M – Organograma SME – 2005 a 2009..... | 171 |
| | ANEXO N – Portaria 031/10 – Diretrizes da formação continuada..... | 172 |
| | ANEXO O – Termo de Cooperação técnica – PAR..... | 176 |
| | ANEXO P – Formação promovida pela EBM “Beatriz de Souza Brito” | 177 |

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as avaliações realizadas por estudantes de todos os níveis da educação nacional, ganharam destaque no Brasil, principalmente na divulgação dos resultados, provocando um amplo debate sobre a qualidade do ensino público brasileiro. No ensino fundamental, esse fator passou a ser mais frequente a partir da implantação da Prova Brasil.

Criada pelo Ministério da Educação em 2005, como um desdobramento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a Prova Brasil passou a servir, para gestores educacionais, como um importante indicador da qualidade de escolas e redes de ensino. A divulgação pública dos resultados da avaliação, segundo os órgãos governamentais, possibilita a tomada de ações para a melhoria dos resultados.

Porém, determinadas formas de utilização desses resultados, como *rankings* comparativos dos desempenhos das escolas, passaram a ser frequentes na mídia e também foram utilizados por secretarias de educação, ora servindo como propaganda daquelas que tiveram desempenho superior às demais, ora como instrumento de cobrança e responsabilização de escolas e, principalmente, dos professores pelo desempenho insatisfatório dos estudantes.

Na busca dos fatores explicativos do bom ou mau desempenho dos estudantes na avaliação, ganharam maior destaque os aspectos internos das escolas, e a formação dos professores apareceu como a explicação mais frequente, como destacam Sousa (2008) e André (2010). Assim, para melhorar os indicadores de desempenho, o principal fator que deveria ser priorizado é o investimento na formação continuada dos professores, em detrimento de outras variáveis importantes, como as condições de trabalho, análise das características das redes de ensino, o perfil socioeconômico dos estudantes.

As possíveis influências causadas pelas políticas de avaliação na educação brasileira têm despertado o interesse de muitos pesquisadores nos últimos anos, não apenas da área da Educação, como também da Economia e Sociologia.

No debate sobre as implicações das avaliações no ensino, emergem duas vertentes de análise: uma que considera que a avaliação

deva ser utilizada para a identificação e correção de falhas, não tendo apenas a função de diagnóstico, e outra, que demonstra que, por detrás do discurso, está intrínseca a intenção de desqualificação e responsabilização do corpo docente pelos resultados da educação brasileira, ao buscar, na formação continuada, a solução para todos os problemas encontrados, fazendo com que o professor simplesmente adequa sua prática às exigências das avaliações e desconsiderando as demais características que interferem no processo educativo, como a desigualdade social, os diferentes contextos em que estão inseridas as escolas e a história da educação pública brasileira.

Sousa (2010) levanta a preocupação de que, em nome da melhoria dos indicadores, os professores poderiam adotar determinadas estratégias, como, por exemplo, treinar os estudantes para a prova, desprezando seu plano de ensino e adequando sua prática às demandas da avaliação.

Essa preocupação volta-se também em relação à formação continuada, considerada como a solução para a melhoria nos indicadores de qualidade e requisito fundamental para o sucesso das políticas educacionais. O interesse pela formação continuada aumentou nos últimos anos no país, o que pode ser constatado com os maiores e frequentes investimentos que as secretarias de educação têm feito neste setor. Entretanto, frente às diferenças nos cursos de formação inicial do corpo docente, a formação continuada acabou, nos últimos anos, servindo para compensar as lacunas da formação inicial de professores, ao invés de ser uma oportunidade de atualização e aprofundamento dos conhecimentos (GATTI; BARRETO, 2009).

O argumento sobre o papel fundamental da formação continuada para professores na melhoria dos resultados da avaliação mostra como eles estão no centro das preocupações e explicações da situação do ensino no país. Assim, a qualidade de seu trabalho e dos cursos de formação continuada dependeria dos resultados alcançados pelos estudantes nas avaliações, ao demonstrarem o domínio das habilidades e competências esperadas e medidas pelo instrumento avaliativo. Porém, vêm sendo destacado (LIMA, 2010; GATTI; BARRETO, 2009) que, apesar de os professores considerarem que o resultado dos cursos foi positivo, que tiveram conhecimentos diferentes daqueles de sua formação inicial, a eficiência de alguns cursos de formação continuada tem sido colocada em dúvida porque os indicadores de desempenho dos estudantes, medidos a partir dos instrumentos da Prova Brasil, não melhoraram. Segundo LIMA (2010), isso pode ser explicado, em parte, porque, apesar do destaque que os

resultados das avaliações externas (Saeb e Prova Brasil) têm atualmente, eles não estão sendo considerados no planejamento de alguns cursos de formação continuada, o que poderia explicar porque os desempenhos dos estudantes não melhoraram. Para a autora, é necessário que se pense os cursos de formação continuada a partir das necessidades de aprendizagem dos estudantes, utilizando os resultados das avaliações. Ao analisar os resumos disponíveis no banco de dissertações e teses da CAPES, indicador importante dos temas com maior destaque na produção acadêmica (ANDRÉ, 2009), encontramos vinte e quatro trabalhos que analisaram a Prova Brasil, dos quais treze relacionam os resultados obtidos pelos estudantes na avaliação com os professores, abordando suas características, percepções sobre as práticas e a importância da formação continuada enquanto solução para melhoria de resultados. Onze desses trabalhos são provenientes de programas de pós-graduação em educação, o que demonstra a influência dos discursos dos políticos e da mídia na escolha de temas e metodologias das dissertações e teses na área da educação (ANDRÉ, 2009).

Numa análise sobre os temas pesquisados pelos estudantes da pós-graduação em educação no período de 1999 e 2003, André (2009) detectou o crescimento nas pesquisas relacionadas à formação de professores, porém o fato que mais despertou questionamentos na autora foi a mudança de foco nos estudos, deslocando-se dos cursos de formação inicial (72% nos estudos de 1990 a 1998), para identidade e profissionalização docente (concentrando 41% das pesquisas, a partir dos anos 2000). A importância ao se colocar o foco no professor, analisando suas percepções, saberes e práticas, acaba por refletir a influência dos discursos dos políticos, que vêem o professor como responsável e como agente da mudança sobre a situação educacional brasileira nos estudos da área.

Ao analisar a produção de teses e dissertações defendidas em nosso programa de Pós Graduação, não encontramos, a partir de 2005 (ano da criação da Prova Brasil), referências, com as palavras-chave “Prova Brasil”, “Avaliação/ões externa/s”. Com a palavra chave “formação continuada”, encontramos dez dissertações e uma tese, como podemos verificar nos quadros 1 e 2.

Quadro 1 - Dissertações defendidas no PPGE-UFSC com a palavra-chave “formação continuada” (2005-2011)

| Linha de pesquisa | Título | Autora | Ano |
|---------------------------------|--|---|------------|
| Ensino e Formação de Educadores | O Processo de Formação Continuada dos Professores e Professoras de Educação Física que atuam na Educação Infantil no Município de Florianópolis: 1993-2004 | ADRIANA MARIA PEREIRA WENDHAUSEN | 2006 |
| Ensino e Formação de Educadores | Formação continuada e prática pedagógica: possíveis relações | ELIRIANE DOS ANJOS DA SILVA ALBUQUERQUE | 2006 |
| Educação e Infância | A observação e o registro pedagógico na formação em serviço: um estudo sobre as relações teórico- práticas com professoras da educação infantil | REJANE TERESA MARCUS BODNAR | 2006 |
| Ensino e Formação de Educadores | Processos formativos constituídos no interior das Instituições de Educação Infantil: das políticas de formação continuada à experiência dos professores. | CRISTIANE ANTUNES ESPÍNDOLA ZAPELINI | 2007 |
| Educação e Infância | Formação continuada de professores na escola: qual o lugar da infância? | DALÂNEA CRISTINA FLÔR | 2007 |
| Ensino e Formação de Educadores | Formação docente continuada e práticas educativas | ISANDRA SALVAGNI | 2007 |
| Educação e Infância | As concepções de formação continuada de professores no âmbito das políticas para a educação infantil a partir da década de 1990 | ANA CRISTINA BARRETO FLORIANI | 2008 |
| Ensino e Formação | O trabalho de professores/as em “um espaço de privação de | ANDRÉA RETTIG | 2011 |

| | | | |
|---------------------------------------|---|--------------------------|------|
| de Educadores | liberdade”: necessidades de formação continuada | NAKAYAMA | |
| Ensino e Formação de Educadores | Formação continuada para diversidade étnico-racial - desafios pedagógicos no campo das ações afirmativas na rede municipal de ensino de Florianópolis | KARINA DE ARAÚJO DIAS | 2011 |
| Educação, Estado e Políticas Públicas | Educação especial e formação de professores em Santa Catarina: as vertentes médico-pedagógica e psicopedagógica como base da formação continuada | MÁRCIA DE SOUZA LEHMKUHL | 2011 |

Fonte: PPGE-UFSC.

Quadro 2- Teses defendidas no PPGE-UFSC com a palavra-chave “formação continuada” (2005-2011)

| Linha de pesquisa | Título | Autor | Ano |
|-------------------------------|--|--------------------|------------|
| Educação, História e Política | A formação continuada de professores na rede municipal de ensino de Blumenau: a escola de formação permanente Paulo Freire - EFPPF (1997-2004) | MARIA SELMA GROSCH | 2011 |

Fonte: PPGE-UFSC.

Ao pesquisar a palavra-chave “avaliação”, encontramos quatro trabalhos, sendo 3 dissertações e uma tese, como podemos verificar nos quadros 3 e 4.

Quadro 3 - Dissertações defendidas no PPGE-UFSC com a palavra-chave “avaliação” (2005-2011)

| Linha de pesquisa | Título | Autora | Ano |
|---------------------------------|---|---------------------------------|------------|
| Educação e Infância | A prática pedagógica nas instituições de educação infantil: um estudo de caso sobre o que indicam as professoras. | ISABELA JANE STEININGER | 2009 |
| Ensino e Formação de Educadores | Concepções de ensino e avaliação escolar na perspectiva de acadêmicos de licenciatura em Ciências Biológicas | LETÍCIA ANELISE SOARES PANINSON | 2009 |
| Trabalho e Educação | Certificação de professores: contradições de uma política | MARA CRISTINA SCHNEIDER | 2009 |

Fonte: PPGE-UFSC.

Quadro 4 - Teses defendidas no PPGE-UFSC com a palavra-chave “avaliação” (2005-2011)

| Linha de pesquisa | Título | Autor | Ano |
|-------------------------------|--|------------------------|------------|
| Educação, História e Política | Ontologia e avaliação da educação básica no Brasil (1990-2007) | JOÃO BATISTA ZANARDINI | 2008 |

FONTE: PPGE-UFSC

Incomodada e, principalmente, curiosa para saber como a Prova Brasil e seus resultados estão afetando as redes de ensino do país, ingressei, em 2009, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina. Ao longo desses dois anos, com o aprofundamento de importantes temáticas, consegui delimitar o objeto dessa pesquisa e focalizar meu olhar para os cursos de formação continuada dos professores. Será que, em nome da melhoria dos indicadores das avaliações, os cursos de formação continuada estariam privilegiando os conteúdos avaliados pela Prova Brasil? A formação continuada aparece, nos planejamentos das secretarias de educação, relacionada com os resultados da avaliação?

Como pode ser visto nos quadros anteriores, não encontramos, em nosso programa, pesquisas que relacionaram avaliação educacional com formação continuada de professores. Ao analisar como a Prova Brasil e seus resultados podem ou não ter impactado os cursos de formação continuada de professores, não procuramos analisar se os cursos oferecidos pela Secretaria municipal de educação (SME) de Florianópolis melhoraram ou não os indicadores (e não o contrário), captando as modificações ocorridas na formação a partir das demandas e metas estabelecidas pelo MEC.

A escolha pela rede municipal de ensino (RME) de Florianópolis deu-se, inicialmente, pela constatação de que não havia, ainda, este tipo de análise nesta rede. Além dessa razão, algumas características da RME, como a implantação de seu próprio sistema de avaliação, no ano de 2007, conhecido como “Prova Floripa” e a adoção de um sistema de ensino apostilado em algumas unidades da rede, no ano de 2010, atraíram nossa atenção.

Esta pesquisa teve como objetivo geral verificar as implicações da Prova Brasil na formação continuada dos professores do ensino fundamental, a partir do estudo da Rede Municipal de Ensino (RME) de Florianópolis – SC. Para tal tarefa, foi necessário estabelecer os seguintes objetivos específicos:

- a) verificar o desempenho dos estudantes das quartas e oitavas séries das escolas da RME nas três edições da Prova Brasil, realizadas até a presente data (2005, 2007 e 2009);
- b) analisar os documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME), entre 2005 e 2010; e
- c) analisar os temas, objetivos, público-alvo e conteúdos programáticos das formações continuadas de professores do ensino fundamental ocorridas na rede, entre 2005 e 2010.

Este estudo está organizado em quatro seções. Inicialmente, contextualizamos o surgimento do sistema de avaliação da educação básica brasileira, chegando até a criação da Prova Brasil, em 2005 e do índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb), em 2007. Nesta seção, contemplamos o debate dos autores sobre a associação entre resultados das avaliações e a qualidade da educação, além do uso dos resultados das avaliações pelas secretarias de educação na formação continuada e demais setores.

Em seguida, apresentamos e analisamos a trajetória metodológica desta pesquisa, reconhecendo limites e possibilidades de cada um dos dados selecionados.

Na seção 4, construímos um panorama do ensino fundamental na RME de Florianópolis, a partir de indicadores educacionais e de informações dadas por professores e diretores aos questionários contextuais da Prova Brasil de 2007.

E, finalmente, em “A Prova Brasil na formação continuada de professores da rede municipal de ensino de Florianópolis (2005 – 2010)”, foram analisados documentos, como relatórios e planejamentos produzidos pela SME no período e os registros das ações voltadas para a formação continuada de professores do ensino fundamental da rede.

2 AVALIAÇÕES E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Para compreender a importância dada pelos gestores educacionais aos resultados da Prova Brasil e sua relação com a formação continuada de professores, é necessário, inicialmente, analisar a criação e o desenvolvimento do sistema de avaliação da educação básica brasileira. Por essa razão, serão apresentadas, inicialmente, as características das avaliações em larga escala do ensino fundamental brasileiro, instituídas a partir da criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) até suas configurações atuais, com a criação da Prova Brasil. Será contemplado, ainda, o debate sobre qualidade de ensino, a utilização dos resultados das avaliações pelas secretarias de educação, as características da formação continuada no Brasil e a importância que recebe dos governos como uma estratégia importante para a melhoria dos resultados dos estudantes nas avaliações, finalizando com conclusões de alguns estudos que relacionaram a formação continuada e os resultados nas avaliações.

2.1 O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Saeb)

A implantação de um sistema de avaliação da educação básica, no Brasil, é recente. Segundo Cotta (2001), durante décadas, avaliar seu sistema educacional não era algo que despertasse interesse do governo brasileiro, até porque a qualidade de ensino não se configurava, até então, como uma questão relevante.

Até o final da década de 1970, o interesse do governo brasileiro era aumentar o atendimento e promover o acesso ao sistema educacional. Por essa razão, o interesse era na quantidade de pessoas atendidas pelas escolas brasileiras. Na década seguinte, com a implantação de sistemas de avaliação em vários países da América Latina, bem como o grande destaque dado pelos organismos internacionais à questão da qualidade da educação, o tema da avaliação começa a ter mais destaque no Brasil (COTTA, 2001). Com isso, no final de década de 1980, a qualidade do ensino e a eficiência do sistema

educacional tornaram-se os objetivos principais das políticas educacionais no país.

Essa mudança de foco não ocorreu apenas no Brasil. Segundo Casassus (2009), ocorreu uma “viragem” nas políticas educacionais em todo o mundo, no início dos anos 1980 e que, rapidamente chegou aos países da América Latina. Essa “viragem” deu-se pela alteração do foco das políticas educacionais, passando da preocupação com a expansão dos sistemas, ou seja, o foco na quantidade, para se concentrar na qualidade da educação, com o predomínio de investigações sobre as características dos processos internos das escolas, para verificar o que e quanto estava sendo ensinado.

Segundo Faria e Filgueiras (2007), a implantação do Saeb, em 1990, foi justificada, no discurso oficial do governo brasileiro, como necessária na busca pela melhoria dos serviços oferecidos. Com sua primeira edição no ano de 1990, ainda com o nome de Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau (Saep), o sistema foi delineado a partir de dois pressupostos (COTTA, 2001): a) o rendimento dos estudantes nas provas da avaliação externa reflete a qualidade do ensino que recebem; b) nenhum fator isolado determina a qualidade do ensino.

A partir dos pressupostos que delinearão a construção do Saeb¹, é possível compreender porque a preocupação do governo federal, desde a criação do sistema de avaliação, foi de coletar dois tipos de dados: o desempenho dos estudantes e as variáveis do contexto, com as informações dos questionários direcionados a estudantes, professores, diretores e escolas participantes. Estudos de correlação entre os resultados de desempenho e as variáveis de contexto tentam identificar quais fatores estão mais correlacionados e, principalmente, no caso de baixo desempenho, quais podem ser alvo de políticas².

Realizado a cada dois anos, o Saeb³ é aplicado a amostras de escolas e estudantes das séries finais de cada etapa do ensino básico, ou seja, para 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio. Essas amostras são representativas das regiões do país, unidades federativas e redes de ensino. Seu principal objetivo é “monitorar as políticas voltadas para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência” (COTTA, 2001) do sistema de educação básica do país. Como o foco da

¹ Para um maior aprofundamento sobre o tema, consultar FRANCO e BONAMINO (1999).

² Com a divulgação do Relatório Coleman, em 1966, nos Estados Unidos, surgiu uma grande variedade de estudos direcionados à identificação de fatores intra e extra escolares que poderiam explicar o desempenho dos estudantes, assim como a eficiência das escolas.

³ Utilizaremos o termo Saeb à avaliação feita por amostragem e que, até 2005, era a única avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica brasileira.

avaliação é o sistema educacional, e não cada sujeito envolvido com a educação, os dados do Saeb não permitem identificar os municípios, as escolas ou estudantes participantes.

Ao longo de sua história, o Saeb sofreu modificações e aperfeiçoamentos. Nos dois primeiros ciclos de avaliação, realizados em 1990 e 1993, a avaliação contou com a participação de 25 e 26 unidades federativas, respectivamente. A partir de 1995, todas as unidades federativas começam a participar da avaliação e ficou estabelecida que sua periodicidade fosse a cada dois anos. O ano de 1995 também marca a criação das escalas de proficiência e da Matriz de Referência Curricular. As escalas de proficiência permitem, através de uma métrica, verificar o que o resultado dos estudantes significa em termos de aprendizagem.

Todos os itens das avaliações de Língua Portuguesa, Matemática (para 4^a, 8^a séries do ensino fundamental e 3^a série do ensino médio) e Ciências (desmembrada em Física, Química e Biologia e aplicada apenas para a 3^a série do ensino médio), disciplinas que são avaliadas pelo Saeb, são baseados na Matriz de Referência Curricular do Saeb, que contempla as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e definindo o que os estudantes precisam ter desenvolvido de competências e habilidades no final de cada etapa do ensino básico. Essa Matriz foi elaborada a partir de pesquisas sobre os currículos dos estados, livros didáticos e conteúdos previstos para o ensino básico brasileiro (CASTRO, 2009).

A maior modificação no Saeb ocorreu com a portaria nº 931, de 21 de Março de 2005, quando o sistema foi desmembrado. A partir de 2005, o sistema de avaliação da educação básica brasileira passa a ser composto por dois instrumentos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc). A Aneb manteve as mesmas características do Saeb realizado até então, e, por essa razão, é conhecida por Saeb. Assim como a Aneb, a Anresc também não é conhecida por seu verdadeiro nome, mas pelo apelido de Prova Brasil.

Realizada de forma censitária e com ampla divulgação de seus resultados por escolas e turmas avaliadas, a Prova Brasil permite que sejam verificadas as diferenças de rendimento entre escolas de mesma rede de ensino, ou de um mesmo município, o que não ocorre com o Saeb, que fornece dados nacionais e por região, unidade federativa e rede de ensino.

Outra diferença entre as duas avaliações é em relação aos avaliados. Enquanto a Prova Brasil avalia apenas estudantes de 4^{as} e 8^{as} séries do ensino fundamental da rede pública, o Saeb avalia, além dos mesmos estudantes da Prova Brasil, os estudantes do 3º ano do ensino médio de escolas públicas e particulares. Os estudantes de 4^{as} e 8^{as} séries da rede pública selecionados para fazerem parte da amostra do Saeb fazem apenas uma prova, já que a amostra é calculada do universo da Prova Brasil e, desde 2007, a métrica utilizada pelas duas avaliações é a mesma.

O que mais se destaca na Prova Brasil é a possibilidade que cada escola tem de verificar o desempenho de seus estudantes e, assim, traçar estratégias para melhorar seus indicadores, em comparação com os resultados das demais escolas de sua rede, município, estado ou país (CASTRO, 2009). É importante destacar que, assim como o Saeb, um dos instrumentos da Prova Brasil são os questionários contextuais, que podem trazer informações úteis para as escolas. Entretanto, apenas os resultados dos testes da avaliação são divulgados; assim como no Saeb, as informações dos questionários contextuais são sigilosas⁴.

Na edição de 2007, os resultados da Prova Brasil ganharam ainda mais destaque no país, por serem incorporados no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado no mesmo ano. De acordo com o Inep, esse indicador mede a qualidade da educação básica brasileira, ao agregar informações relativas à aprovação dos estudantes, coletadas pelo Censo Escolar, e os dados de desempenho dos estudantes nas avaliações nacionais, verificados nas avaliações nacionais. Para o cálculo do Ideb nacional e das unidades federativas, são utilizados os resultados do Saeb, já para os municípios, é utilizada a média do desempenho dos estudantes da rede pública que participaram da Prova Brasil.

A partir da criação do Ideb, os sistemas municipais, estaduais e federal de ensino passaram a ter metas a serem cumpridas⁵. As metas de Ideb, definidas pelo MEC e pelo Inep, e verificadas a cada dois anos através dos resultados da Prova Brasil e Saeb e dos indicadores de

⁴ Até 30 de junho de 2011, apenas as informações dos questionários da Prova Brasil 2007 foram disponibilizados para consulta pública. Essas informações fazem parte de um amplo banco de dados, o “Microdados da Prova Brasil”, que contem, agregados, os dados de todos os questionários de estudantes, professores, diretores e escolas avaliadas. Para consultá-lo, é preciso ter familiaridade com alguns programas estatísticos sofisticados, como o SPSS, além de um excelente computador, dado o imenso volume de informações.

⁵ Para compreender as metas do Ideb, consulte:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as_metas/Artigo_projeco_es.pdf

aprovação, tem duração prevista até o ano de 2021, ano em que a meta para a média nacional é 6 nos anos iniciais do ensino fundamental, semelhante à média atual dos países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e 5,5 nos anos finais. Apesar do Ideb ter sido criado em 2007, as metas daquele ano foram calculadas a partir dos dados de 2005. A tabela 1 mostra as metas a serem atingidas, até 2021, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020.

Tabela 1 - Metas nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

| Ideb | 2011 | 2013 | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Anos iniciais do ensino fundamental | 4,6 | 4,9 | 5,2 | 5,5 | 5,7 | 6,0 |
| Anos finais do ensino fundamental | 3,9 | 4,4 | 4,7 | 5,0 | 5,2 | 5,5 |
| Ensino médio | 3,7 | 3,9 | 4,3 | 4,7 | 5,0 | 5,2 |

FONTE: Plano Nacional de Educação (2011-2020)⁶, MEC.

Segundo Castro (2009), com a divulgação dos dados do Ideb, é possível verificar quais escolas, estados e municípios têm alcançado maiores variações, em relação aos anos anteriores. Outra possibilidade importante é a de que, ao desagregar os dados, é possível observar qual fator foi mais importante na variação do indicador: a taxa de aprovação ou a melhoria no desempenho dos estudantes nas provas de língua portuguesa e matemática.

⁶ O Plano Nacional de Educação (2011-2020), ainda não foi aprovado no legislativo e, atualmente, tramita na Câmara Federal. O plano pode ser consultado em: http://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/pne_15_12_2010.doc

2.2 AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

A associação entre o desempenho dos estudantes nas avaliações e a qualidade da educação causa grandes controvérsias entre pesquisadores, professores e os gestores da educação brasileira. Pudemos ver, anteriormente, que o sistema de avaliação da educação básica foi delineado a partir de dois pressupostos: um deles era o de que o resultado dos estudantes nas avaliações externas reflete a qualidade do ensino (COTTA, 2001).

A implantação de avaliações em larga escala para se conhecer como ocorrem os processos e, principalmente, os resultados dos sistemas de ensino, tem sido frequente em vários países, independente de suas culturas e, principalmente, da orientação ideológica de seus governos, o que demonstra uma convergência sobre o papel das avaliações externas (CASTRO, 2009). De acordo com a autora, “independente dos motivos que levam à criação de sistemas de avaliação, parece haver concordância quanto ao seu importante papel como instrumento de melhoria da qualidade”.

Horta Neto (2010) destaca que, como um dos propósitos da avaliação externa é contribuir para a melhoria da qualidade da educação, é fundamental discutir sobre o significado desse termo. Segundo o autor, conceituar qualidade não é simples, e tampouco existem consensos sobre o que é qualidade.

(...) qualidade em educação depende da existência de um padrão, uma referência a partir da qual seja possível comparar os processos educacionais que se quer medir a esses padrões. Por meio dos dados obtidos pelas medidas, é possível adquirir indicações objetivas que permitam orientar as políticas educacionais. (HORTA NETO, 2010, p. 94)

Segundo Casassus (2009), uma das principais razões pelas quais muitas políticas concebidas para melhorar a qualidade da educação fracassaram é, justamente o fato de que o conceito de qualidade que estava sendo empregado não foi debatido suficientemente, fazendo com que não houvesse consenso sobre o tema.

Em discordância com o discurso de que os resultados das avaliações refletem a qualidade da educação, Afonso (2009) destaca que não é possível falar em qualidade da educação (e, como vemos atualmente, comparar as escolas a partir dos resultados nas avaliações) apenas com indicadores e resultados mensuráveis, como os dados das avaliações, sem considerar a história da educação, as características de cada contexto, as políticas educacionais nacionais e locais.

O autor defende que uma escola de qualidade é aquela que seja democrática e capaz de oferecer aprendizagens não apenas no que é medido nas avaliações externas, mas, além dos termos técnicos e científicos, que seja capaz de uma formação humanística. Além disso, afirma que, apenas com indicadores quantificáveis e mensuráveis, as avaliações externas não contribuem para a melhoria da qualidade de ensino, ao contrário do que governos divulgam. Considerando que os resultados das avaliações, como a Prova Brasil, e dos indicadores, como o Ideb, são divulgados a partir da média dos resultados, compreendemos porque a preocupação com uma aprendizagem que seja democrática é grande.

Robert Glaser (*apud* CASASSUS, 2009), criador das provas referidas à norma, (ou a um padrão estabelecido), como é o caso da Prova Brasil⁷, destaca que é um erro dizer que este tipo de provas mede o que os alunos são capazes de fazer, já que a única competência medida por estas provas é a capacidade de “recordar procedimentos ou reconhecer um resultado quando se dão múltiplas escolhas”. Por essa razão, Casassus (2009, p.74) destaca que é um grande erro vincular os resultados das avaliações à qualidade da educação:

⁷ Os resultados das escolas na Prova Brasil podem ser comparados a uma métrica (ou escala de proficiência), que demonstra, em cada nível, o que os alunos desenvolveram de habilidades e competências.

Qualidade não é pontuação. Uma educação de qualidade é o que se pode chamar de boa educação. Uma educação de qualidade tem a ver, essencialmente, com a capacidade que a instituição escolar tem para facilitar que as pessoas se transformem em melhores pessoas, que a sociedade se transforme em melhor sociedade. (...) A qualidade educativa não é uma atividade centrada em obter pontuações altas.

2.3 O QUE FAZER COM OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO? O QUE OS ESTUDOS APONTAM?

Como mencionado anteriormente, além de coletar dados sobre o desempenho dos estudantes, os sistemas de avaliação educacional possuem outro componente: os questionários de contexto que, no caso do Saeb e da Prova Brasil, são compostos pelos questionários dos diretores, professores, estudantes e escolas participantes.

Baseados no outro pressuposto que influenciou o desenho do Saeb, ou seja, “nenhum fator isolado determina a qualidade do ensino”, governos e pesquisadores investigam, através de estudos de correlações entre as variáveis dos questionários e os resultados nas avaliações, explicações para o bom ou mau desempenho dos estudantes e, principalmente, fatores que podem ser alvo de políticas, para a melhoria desses indicadores.

No Brasil, os usos dos resultados das avaliações estão cada vez mais em pauta no debate sobre as possíveis influências que as avaliações geram nos sistemas educacionais. Principalmente depois da implantação da Prova Brasil e do Ideb, que possibilitaram a divulgação de dados por escolas, a procura por explicações dos baixos desempenhos e a definição de estratégias para alcançar as metas propostas é cada vez mais valorizada pelos gestores educacionais e alvo de muita discussão entre pesquisadores, professores, imprensa e governo.

Vianna (2003) destaca que a avaliação não deve ser apenas um “rito da burocracia educacional”, não ter apenas a função de diagnóstico do sistema educacional, mas deve ser utilizada como instrumento que contribui para a transformação do processo de ensino, em função de sua melhoria. Os resultados das avaliações, segundo o autor, devem ser utilizados na definição de novas políticas públicas, que englobem todo o

sistema de educação, principalmente em relação aos cursos de formação de professores e demais profissionais envolvidos na educação, para que haja mudanças no modo de pensar e agir de todos os membros do sistema educacional, incorporando as novas demandas. Castro (2009) também destaca que é necessário utilizar os resultados das avaliações para definir políticas para “melhorar a sala e aula a formação dos professores”, para que sejam atingidos os padrões de qualidade exigidos atualmente (neste caso, melhorar o desempenho dos estudantes nas disciplinas avaliadas).

A importância dada ao uso dos resultados das avaliações como instrumento de gestão também pode ser observada na legislação educacional vigente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) atribui ao processo nacional de avaliação escolar a função contribuir para a definição de prioridades e melhoria da qualidade da educação nacional. Já no Plano Nacional da Educação (PNE), os sistemas de informação e avaliação são considerados indispensáveis para a gestão e qualidade do ensino, constituindo-se em uma das prioridades do plano:

5) Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino. (BRASIL, 2001, p.35)

Os resultados das avaliações permitem que escolhas políticas sejam feitas com base em evidências fortes, e não em opiniões, como o aumento da carga horária dos estudantes nas escolas, não porque alguém sugeriu, mas porque pesquisas indicaram que isso afeta positivamente o desempenho dos estudantes (CASTRO, 2009).

Com base em pesquisas cujos resultados indicam os fatores que estão mais relacionados ao bom ou mau desempenho, certas práticas poderiam ser fortalecidas e outras, modificadas. Albernaz, Ferreira e Franco (2002), Alves e Franco (2008), encontraram em suas pesquisas os efeitos positivos da formação dos professores em nível superior no

desempenho dos estudantes, o que pode ser um indicador importante para secretarias de educação implementarem políticas que incentivem e auxiliem os professores que não tem essa formação a buscá-la.

Horta Neto (2010) faz uma importante ressalva sobre as variáveis associadas ao desempenho. O autor afirma que é uma relação de causalidade que se estabelece entre as variáveis e os resultados dos estudantes nas avaliações externas, isto é, as variáveis que apresentam maior correlação com os resultados não são fatores determinantes do desempenho, mas associados, e indicam as áreas que devem receber maior atenção dos governos e tornarem-se foco de políticas.

Esse destaque feito pelo autor contrasta com os títulos de alguns estudos, principalmente os da área da Economia, como Mello e Souza (2005) e Franco (2008), em que a palavra determinante é utilizada para explicar o fato de alguns fatores (como o perfil socioeconômico dos alunos), aparecem, em suas análises estatísticas, mais fortemente relacionados ao desempenho dos estudantes nas avaliações.

Apesar do grande destaque dado à necessidade de utilização dos resultados das avaliações para definição de políticas educacionais, Castro (2009) salienta que esses dados ainda não foram utilizados, no Brasil, para melhorar as escolas, as formações de professores e o ensino em sala de aula, o que faz com que a avaliação acabe por não ter muito sentido para professores e estudantes, sendo apenas um ritual, realizado a cada dois anos, e que indica resultados bons ou ruins, mas não indica o que pode ser feito.

Segundo Cotta (2001), apesar da avaliação gerar informações importantes que auxiliam na tomada de decisões, é importante destacar que essas informações não são incorporadas imediatamente ao processo de definição e implantação de políticas. Não é de posse dos resultados das avaliações que governos (assim como diretores e professores) definem ações para o ensino. Há diversos fatores que dificultam a utilização dos resultados da avaliação, como a falta de consenso entre os envolvidos, principalmente entre gestores educacionais e professores, sobre a utilidade das avaliações, e o fato de, muitas vezes, as avaliações e seus resultados são ignorados.

Porém, a autora destaca que a principal razão pela qual a avaliação acaba não cumprindo o seu papel é porque presume que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional sabem como utilizar os resultados, quando, na verdade, ocorre o contrário: as condições para que os resultados das avaliações sejam compreendidos e utilizados pelos sujeitos precisam ser criadas. Bauer (2008) considera que, para compreender como são definidos os usos das avaliações, é essencial

analisar em que condições os membros das secretarias de educação têm acesso aos resultados das avaliações externas, se têm apoio de especialistas no assunto, porque, como destaca Werle (2008), apesar dos resultados da avaliação apresentarem um diagnóstico das escolas e redes de ensino, não indicam quais são as necessidades e quais aspectos devem ser priorizados e, dessa forma, quais políticas devem ser implementadas pelos dirigentes da educação, a fim de melhorar seus indicadores.

A utilização dos resultados das avaliações na implementação de políticas também é alvo de muitas críticas e tem sido destacada com grande preocupação por parte dos pesquisadores do tema.

Cardoso (2008) destaca a importância de se fazer o diagnóstico da aprendizagem com as avaliações, porém a autora salienta que a avaliação da rede e das escolas, ou seja, a atribuição de um juízo de valor sobre elas, não deve ser feita apenas a partir do desempenho dos estudantes nas avaliações externas. A preocupação da autora é de que os resultados das avaliações sejam utilizados apenas para classificar as escolas e os profissionais da rede como eficientes ou não, sem considerar os contextos de cada escola e as características da rede de ensino da qual fazem parte. Gremaud, Felício e Biondi (2007) salientam que, como os resultados das avaliações são médias de desempenho dos estudantes das turmas avaliadas, esses dados não são suficientes para fazer uma comparação sobre a qualidade das escolas.

A comparação entre os resultados de escolas e redes de ensino, a partir da observação de seus resultados nas avaliações, reforça a necessidade de analisar se a forma como os resultados da avaliação vem sendo utilizados não está desvirtuando os próprios objetivos da avaliação, como no caso de atribuir prêmios e punições aos professores e diretores e estabelecer rankings entre as escolas, sem se preocupar com a realidade e dificuldades de cada instituição e turma avaliada (HORTA NETO, 2010).

Casassus (2009) considera um grande erro utilizar os resultados das avaliações externas como instrumento de gestão dos sistemas educacionais. Para ele, essa utilização não tem como resultado a melhoria da qualidade da educação, mas só serve para ranquear as escolas e, principalmente, pressionar os professores, para que alcancem metas preestabelecidas. Além disso, as avaliações têm acarretado um resultado inverso do esperado pelos governos, ou seja, ao invés de

melhorar, tem piorado a qualidade da educação. Entre as razões pelas quais isso ocorreu, destacam-se:

a) apesar de todas as modificações, as pontuações descem. Não adianta pressionar ainda mais professores e escolas, se não for feita uma profunda análise e modificação de todo o sistema;

b) a qualidade da educação não é o retrato do desempenho da média dos estudantes na avaliação. Todas as outras finalidades da educação que não são avaliadas pelos instrumentos, como o aprendizado da cidadania, o respeito pelos outros, são desvalorizadas frente ao desempenho nos testes, reduzindo o papel da escola e do ensino a ensinar os conteúdos avaliados.

c) é ilusão acreditar que, ao melhorar os resultados, houve uma melhora na qualidade do ensino. Para melhorar os resultados, pode-se estar treinar os estudantes para a prova, auxiliar os estudantes durante a avaliação, ou, ainda, selecionar para o exame apenas os estudantes com bom rendimento.

d) torna a educação superficial, porque o formato das provas, na forma de testes, não possibilita a reflexão dos estudantes. Responder a provas de múltipla escolha, segundo o autor, é apenas o ato de escolher uma das opções apresentadas, e não precisa de raciocínio.

Freitas (2007) destaca que os usos previstos para a Prova Brasil, como o acompanhamento e comparação do desempenho de cada uma das escolas avaliadas, fazem parte de uma perspectiva de que, ao expor os resultados das escolas, isto é, o fato de responsabilizar as escolas e professores pelo desempenho dos estudantes na avaliação, pode promover melhorias na qualidade da educação.

Ao não considerar os contextos locais, as características de cada escola e colocá-las, junto com os professores como os únicos responsáveis pelos resultados dos estudantes nas avaliações, essa perspectiva desconsidera toda a história da educação no país, as políticas educacionais e formas de organização da educação nacional, que são fundamentais para compreender a situação atual de escolas e redes de ensino.

Há de se reconhecer as falhas nas escolas, mas há de se reconhecer, igualmente, que há falhas nas políticas públicas, no sistema socioeconômico etc. Os governos não podem “posar” de grandes avaliadores, sem olhar para seus pés de barro, para suas políticas, como se não tivessem nada a ver com a realidade educacional do país de ontem e de hoje. (FREITAS, 2007, p. 975)

Outro destaque feito pelo autor é a pressão feita pelo governo federal aos municípios para a melhoria do Ideb, como o compromisso firmado entre prefeitos e o MEC para melhoria do indicador, em troca de assessoria técnica e financeira do ministério. Com essa a pressão por resultados, o autor previa que não demoraria para ocorrerem mudanças importantes, em nome da melhoria dos indicadores (e que realmente ocorreram⁸). Para melhorar o Ideb,

(...) os prefeitos implantarão progressão continuada e liberarão o fluxo no sistema. Depois, contratarão sistemas privados de ensino (do tipo Objetivo, COC etc.) para enquadrar a metodologia usada pelos professores, quando não entregarão escolas inteiras às OSCIPs, ampliando o mercado educacional. Finalmente, treinarão os alunos para as provas do Saeb e da Prova Brasil – entre outras “ações criativas”. (FREITAS, 2007, p. 974)

A explicação das diferenças de Ideb passaria, segundo o autor, a ser baseada na ideia do mérito, ou seja, as escolas que possuem Idebs maiores devem esse resultado aos esforços do diretor, ou à gestão que é

⁸ A partir de 2010, estudantes de 13 escolas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis passaram a receber material didático do Instituto UniBrasil. O fenômeno de implantação desses sistemas de ensino nos municípios brasileiros tem se tornado frequente. A fundação BraDESCO, por exemplo, estabeleceu esse tipo de parceria com os municípios de Corumbá, Angélica e Ivinhema (no MS); Embu, Jundiá, Cajati, Eldorado, Iguape, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açú, Registro (de 2007 a 2008) e Sete Barras (em SP). FONTE: FUNDAÇÃO BRADESCO

eficiente, ou das crianças que são mais interessadas, os pais participativos ou, ainda, aos professores motivados; já as escolas com baixo resultado precisariam apenas implementar novas técnicas de gestão e copiar as práticas das escolas com bons indicadores, como se todos os outros problemas de seu contexto não interferissem em seu cotidiano.

É importante destacar que o autor não estava se colocando contra as avaliações externas, como a Prova Brasil e o Saeb, e do indicador utilizado pelo ministério da educação, o Ideb, mas reconhecia esses instrumentos como importantes para monitorar as tendências dos sistemas educacionais, que, afinal, é um dos objetivos dessas avaliações. A crítica feita por ele é ao uso desses instrumentos para pressionar e estipular metas a serem cumpridas, responsabilizando escolas e professores pelos resultados, desvirtuando o papel das avaliações e trazendo graves consequências para a educação brasileira. É importante destacar que as ressalvas e suspeitas do autor, neste texto escrito no ano da criação do Ideb, sobre como seus resultados poderiam ser utilizados foram confirmadas.

Essa “pedagogia da competição” (SOUSA, 2010) é baseada na crença de que a concorrência entre as escolas e professores, ou entre redes de ensino, faz com que melhore a qualidade da educação, porque faz com que todos se responsabilizem com a melhoria da educação brasileira (RIBEIRO, 2008). Porém, como Sousa (2010) destaca, concorrência é um termo que pressupõe e aceita a existência de uma desigualdade, porque um tem que ser melhor que o outro, o que não é conciliável com o propósito de oferecer uma educação de qualidade para todos. A preocupação com a melhoria dos indicadores de resultado também tem impulsionado políticas de responsabilização de professores e diretores em alguns estados e municípios (BROOKE, 2006), como no estado de São Paulo.

No estado de São Paulo foram implantadas políticas de responsabilização, a partir dos resultados do Sistema de Avaliação da Rede Estadual de São Paulo (SARESP). As escolas foram classificadas em níveis, de acordo com o desempenho dos estudantes, que passaram a ser utilizados como parâmetros para a concessão de bônus para os profissionais das escolas. Além de servir na concessão dos bônus, a classificação das escolas passou também a organizar os cursos de formação continuada para os professores da rede (RIBEIRO, 2008).

É importante destacar a ressalva de Brooke (2010) sobre a responsabilização e concessão de bônus a partir dos resultados das avaliações. Segundo o autor, o rendimento dos estudantes em um

determinado momento de sua trajetória escolar, ou seja, seu desempenho nas avaliações externas, não é produto apenas do trabalho do professor naquele momento, mas consequência do conjunto de aprendizagens acumuladas desde sua inserção na escola (FRANCO, ALVES e BONAMINO, 2007).

Esse processo de atribuir consequências em relação aos resultados da avaliação tem sido conhecido como responsabilização (BROOKE, 2011), que é subdividida em “*high stakes*”, quando tem consequências fortes como incentivo de bônus ou punições, atingindo diretamente os sujeitos envolvidos, e em “*low stakes*”, em que as consequências não são tão fortes e sem cobranças individuais. Segundo Brooke (2011), houve um grande aumento no número de estados e municípios que desenvolveram sistemas próprios de avaliação e essa situação aumenta a cada dia, o que demonstra a importância que ganharam os resultados das avaliações como instrumentos de gestão.

No quadro 5, podemos verificar como os resultados das avaliações externas tem sido utilizados pelas Secretarias de Educação com o objetivo de melhoria dos indicadores, os tipos de suas consequências:

Quadro 5: Uso dos resultados da avaliação e tipos de consequências no Brasil

| Uso dos resultados pelas Secretarias de Educação (Política de gestão) | Consequências menores (Low-Stakes) | Consequências Maiores (High-Stakes) |
|--|---|--|
| Monitoramento, pesquisa e avaliação de programas | Indicadores de desenvolvimento próprios (IDESP, IDEAM, IDDF, IDEPE) | IQE (Ceará) |
| Para informar decisões pedagógicas locais (escola/turma/aluno) | Boletim Escolar | PIP (MG) |
| Formação continuada de professores | Cursos/atividades Alinhamento curricular | |

| | | |
|---|--|--|
| Divulgação | Angariar apoios | Chile: escolha de escola (<i>school choice</i>) |
| Políticas de alocação de recursos | IDE-Alfa mais baixa (CE) SP 1050 escolas | P-900 (Chile) Escola Nota 10 (CE) |
| Para induzir mudanças sistêmicas (reforma via testes) | Divulgação de indicador/escola Boas práticas | Sistemas de Bonificação/Acordo de Resultados |
| Como componente da avaliação docente | | ADI (MG) |
| | | Diretores (DF) |

FONTE: BROOKE (2011)

De acordo com o quadro 5, é possível observar que, em relação aos professores, as secretarias de educação têm utilizado os resultados das avaliações na formação continuada, com cursos e atividades direcionados para a compreensão da avaliação, seus itens e resultados, como no estado do Ceará, onde há cursos para desenvolvimento de itens, a compreensão dos boletins. Há, também, secretarias que utilizam esses dados em cursos voltados para um alinhamento curricular (a partir do desenvolvimento de currículos oficiais, como nos estados de São Paulo, Espírito Santo e Pernambuco). Os resultados das avaliações também aparecem como componentes da avaliação de desempenho desses profissionais (no caso do Distrito Federal, também faz parte da avaliação anual dos diretores).

2.4 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES⁹ E OS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

O aperfeiçoamento, a correção de falhas da formação inicial e a necessidade de formação para atender às novas demandas aparecem entre os objetivos da formação continuada, há mais de 40 anos no Brasil. Segundo Fornazari (2009), na II Conferência Nacional da Educação, em 1966, a formação continuada tinha como objetivo específico o “adestramento imediato dos profissionais para a renovação do Ensino Primário (1ª a 4ª séries)”. Na III Conferência Nacional de Educação, realizada no ano seguinte, os objetivos da formação continuada eram de “eliminação de falhas de formação dos professores de 1ª e 2ª séries, cujo rendimento deixe a desejar”. Décadas depois, em “O Desafio da Educação Básica”, de 1982, destaca-se uma crítica feita à formação inicial dos professores, ao colocar como objetivo da formação continuada a “eliminação de formas sofisticadas de ação pedagógica na pré-escola para atender à pobreza da população e preparar os alunos para a alfabetização” (FORNAZARI, 2009).

Secretarias de educação de todo o país têm feito maiores e frequentes investimentos na formação continuada de professores, o que evidencia que o interesse por este setor aumentou bastante nos últimos anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, lei n. 9.394/96), destaca a importância da formação continuada e a responsabilidade dos poderes públicos quanto à oferta. Ao tratar da valorização dos profissionais da educação, traz no inciso II do artigo 67, que o aperfeiçoamento é obrigação das redes de ensino e propõe o afastamento, remunerado, para essa finalidade.

O investimento na formação de professores é considerado, pelos órgãos governamentais, fundamental para alcançar os objetivos propostos à educação básica e para a implantação de qualquer política educacional, pois qualquer mudança na educação depende de modificações na formação dos professores (BAZZO, 2006). Segundo Evangelista e Shiroma (2007), a partir das reformas iniciadas nos anos 1990, os professores passaram a ser considerados como os principais

⁹ Refiro-me à concepção de formação continuada mais utilizada, que é aquela oferecida pelas secretarias de educação aos profissionais que atuam em suas redes e que tem como objetivos a atualização e aprofundamento dos conhecimentos. Esse destaque faz-se necessário, uma vez que, no Brasil, outros tipos de modalidades, como cursos especiais para formação em nível médio ou superior professores já atuantes nas redes e que não possuíam a titulação adequada para o cargo também receberam o nome de formação continuada (GATTI, 2008).

agentes na implantação e sucesso das políticas educacionais, tornando-se os responsáveis pelo desempenho dos estudantes.

Araújo e Luzio (2005) salientam que é necessário verificar se a formação continuada está relacionada às necessidades de aprendizado dos estudantes brasileiros. Segundo os autores, a formação (inicial e continuada) dos professores se constitui como elemento central para alcançar melhorias na qualidade do ensino e, por isso, deve ser valorizada pelos gestores educacionais.

A crítica à formação inicial dos professores também é utilizada, atualmente, pelas secretarias de educação que, em muitas vezes, associam os baixos rendimentos dos estudantes nas avaliações externas às deficiências na formação inicial dos professores (BAUER, 2008) justificando, assim, a necessidade da formação continuada como solução para melhoria desses indicadores educacionais.

Interessadas em constatar quais seriam os maiores problemas da formação inicial, Gatti e Nunes (2009) analisaram as ementas das disciplinas dos cursos de graduação em Pedagogia – anos iniciais e das Licenciaturas em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas.

Segundo as autoras, nas ementas das disciplinas de Pedagogia, há um grande destaque para o “por que” ensinar, enquanto “o que” e “como” ensinar apareceram poucas vezes. As disciplinas destinadas à formação específica representam apenas 30% do total da carga horária, enquanto nas disciplinas de formação profissional, em que predominam referenciais teóricos de outras áreas, como a Sociologia e a Psicologia, mas com pouca associação à prática da sala de aula. Os conteúdos das disciplinas a serem ministradas pelos futuros professores também aparecem pouco nos cursos, e não associados à prática. Assim, foi observado um grande desequilíbrio na relação entre teoria e prática, com vantagem da teoria, o que leva, segundo as autoras, a uma formação mais abstrata e desintegrada do contexto escolar.

Na análise das ementas das Licenciaturas em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas, foi constatado que é pequena a oferta de disciplinas teóricas da área da Educação (como Psicologia da Educação, Sociologia da Educação e Didática) e que as disciplinas aplicadas possuem pouco conteúdo de suas matrizes. As autoras presumem que existe uma pulverização na formação desses profissionais, já que as ementas indicaram que há uma grande oferta de disciplinas, mas com ausência de uma formação voltada para a docência.

Além dos problemas apontados anteriormente, muitos cursos de formação inicial também não abordam em seus currículos as reformas educativas implantadas a partir de 1990, o que denota sua ineficiência

ou a inadequação dessa formação às novas demandas (GATTI; BARRETO, 2009). Por essas razões, foi necessário o desenvolvimento de programas de formação continuada para capacitar os professores para implantação dessas reformas educativas.

Os professores valorizam as iniciativas de formação continuada, não apenas como oportunidade de desenvolvimento profissional, como também voltados a resultados mais imediatos, como a melhoria de sua prática em sala de aula. Mas, além desses aspectos positivos, os professores destacam problemas nos cursos de formação continuada como formações que são planejadas sem levar em consideração as demandas dos professores; formadores que desconhecem os contextos em que estão inseridas as escolas e os professores participantes dos cursos; a falta de apoio e acompanhamento dos professores por parte dos programas, deixando dúvidas sobre a implantação dos conteúdos em sua prática; a dificuldade dos professores em continuar a implantação dos novos ensinamentos quando acabam os cursos, e um problema recorrente na educação brasileira: a descontinuidade de políticas, que dificulta a consolidação da aplicação dos novos conhecimentos em sala de aula (GATTI; BARRETO, 2009).

Além da descontinuidade das políticas, as ações de formação continuada muitas vezes constituem-se em ações isoladas, com cursos de curta duração, sendo mais “descontínua” do que “contínua” (DINIZ-PEREIRA, 2010). Cursos de atualização, aperfeiçoamento, nem sempre ligados às necessidades de formação dos professores, mas que esses profissionais participam, muitas vezes, por causa dos certificados, que servem para ter direito a um acréscimo em seus salários.

Em 2009, o governo de Santa Catarina encomendou uma pesquisa sobre a situação da educação no estado a uma equipe da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No relatório, a equipe destacou que, apesar da oferta de formação continuada ser grande no estado, é preciso analisar a qualidade de alguns cursos e a adequação de seus conteúdos às demandas das salas de aula. Os professores consultados pela equipe relataram que, além de problemas na qualidade de alguns cursos há um problema de organização, em razão de muitos cursos serem oferecidos no mesmo período em que lecionam, acarretando faltas dos professores e prejudicando os estudantes e as escolas (OCDE, 2010).

Ao atribuir à formação de professores as explicações para os resultados das avaliações, as expectativas em torno dos resultados das

políticas de formação continuada, tem sido frequentes, atualmente, por parte dos governos e da mídia (ANDRÉ, 2010).

Bauer (2010) destaca a necessidade de se analisar, com cautela, os discursos que apontam para as atividades de formação continuada de professores como a única solução para melhoria do desempenho dos alunos nas avaliações, como se o problema da qualidade do ensino no país fosse resultado exclusivo da formação docente. Como a autora destaca, não se está ignorando a importância do papel dos professores e de sua formação, mas, há muito anos, sabe-se que a aprendizagem dos alunos pode ser influenciada por vários fatores, internos e externos à sala de aula.

Analisando as propostas da secretaria de educação do Estado de São Paulo, em 2007, André (2010) destaca que havia uma supervalorização dos resultados de avaliação, com metas relacionadas aos indicadores de aprovação dos alunos e nos resultados das avaliações externas. A formação continuada de professores e diretores teria como foco os resultados das avaliações nacionais ou estaduais, como o SARESP.

Bauer (2006) analisou a utilização dos resultados do SARESP na formação continuada de professores da capital daquele estado. Segundo a autora, resultados positivos foram encontrados quando as diretorias regionais participavam mais diretamente da análise dos dados e planejamento das ações, estando mais próximas dos projetos político-pedagógicos das escolas. Resultados negativos foram encontrados, com problemas relacionados com a interpretação pedagógica dos resultados da avaliação, além do uso da avaliação na gestão do sistema educacional e a centralização das ações de formação continuada.

3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

Esta seção, subdividida a partir dos dados da pesquisa, contempla a apresentação da metodologia utilizada na análise, permitindo observar o processo de construção de cada uma das seções desse estudo. Como poderá ser visto, foram encontradas algumas dificuldades e algumas etapas previstas na qualificação foram reavaliadas, para conseguir alcançar os objetivos propostos, bem como importantes descobertas foram feitas e incorporadas ao estudo.

3.1 OS RESULTADOS DAS ESCOLAS DA RME NA PROVA BRASIL

A primeira etapa dessa pesquisa consistiu em coletar e comparar os resultados das escolas da RME nas três edições (2005, 2007 e 2009) da Prova Brasil, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática das séries avaliadas (4^a e 8^a), com a média da rede, para analisar, em etapas posteriores, se a SME promoveu formações continuadas direcionadas aos professores das escolas que apresentaram desempenhos mais baixos.

Inicialmente, a coleta destes dados foi feita a partir dos boletins de desempenho da Prova Brasil, informativos enviados pelo MEC às escolas participantes, e que também estão disponíveis para consulta no site da avaliação¹⁰. Em relação aos indicadores de desempenho, como podemos ver na figura 1, os boletins apresentam as médias de desempenho da escola e as médias das escolas municipais e estaduais do Brasil, do estado e do município, permitindo uma comparação entre esses resultados.

¹⁰ Disponível em: <http://sistemasprovabrasil2.inep.gov.br/ProvaBrasilResultados/home.seam>

| Anos Iniciais - Ensino Fundamental | | Quantos participaram | | Anos Finais - Ensino Fundamental | |
|------------------------------------|--|-------------------------------------|--|----------------------------------|--|
| Estudantes participantes | | | | Estudantes participantes | |
| 704.597 | | Escolas estaduais do Brasil | | 1.224.858 | |
| 1.591.646 | | Escolas municipais do Brasil | | 613.511 | |
| 39.388 | | Escolas estaduais de seu estado | | 42.248 | |
| 47.221 | | Escolas municipais de seu estado | | 24.083 | |
| 2.517 | | Escolas estaduais de seu município | | 1.570 | |
| 2.120 | | Escolas municipais de seu município | | 1.157 | |
| 57 | | Sua escola | | 39 | |

| Anos Iniciais - Ensino Fundamental | | Proficiências Médias | | Anos Finais - Ensino Fundamental | |
|------------------------------------|------------|----------------------|--|----------------------------------|------------|
| Língua Portuguesa | Matemática | | | Língua Portuguesa | Matemática |
| | | Brasil | | | |
| 186,22 | 207,12 | Escolas estaduais | | 238,74 | 242,87 |
| 181,38 | 201,39 | Escolas municipais | | 236,30 | 239,19 |
| 179,58 | 199,52 | Total | | 236,96 | 240,29 |
| | | Seu Estado | | | |
| 184,19 | 203,56 | Escolas estaduais | | 245,05 | 252,55 |
| 189,33 | 211,96 | Escolas municipais | | 250,71 | 258,62 |
| 187,04 | 208,21 | Total | | 247,12 | 254,79 |
| | | Seu Município | | | |
| 180,58 | 197,98 | Escolas estaduais | | 247,49 | 252,83 |
| 185,35 | 204,62 | Escolas municipais | | 248,58 | 257,92 |
| 183,23 | 201,61 | Total | | 248,59 | 256,27 |
| 182,28 | 208,29 | Sua Escola | | 246,78 | 249,04 |

* Os resultados informados referem-se apenas à Rede Pública.

Para saber mais acesse: provabrasil.inep.gov.br

Figura 1. Boletim de uma escola - Prova Brasil 2009
 FONTE: MEC/Inep.

Além dos indicadores de desempenho, apresentados através da média, e também pela distribuição de alunos na escala de proficiência da Prova Brasil (que permite verificar o desvio-padrão e, com isso, um detalhamento maior sobre os resultados das turmas avaliadas), os boletins fornecem informações sobre a taxa de aprovação, médias de horas-aula diárias, percentual de professores com formação em nível superior e o Ideb do Brasil, unidade federativa, município e escola.

Até o início de agosto de 2011, três meses antes da realização da Prova Brasil do mesmo ano, apenas os boletins dos anos de 2005 e 2007 estavam disponíveis para consulta no endereço eletrônico da avaliação¹¹, prejudicando não apenas o planejamento dessa análise como

¹¹ Os boletins das escolas na edição de 2009 foram disponibilizados para consulta apenas em 10 de agosto de 2011 (ANEXO A)

também as possíveis ações de escolas e secretarias. Para tentar reverter esta situação nesta pesquisa, foi preciso consultar os dados referentes ao Ideb. Porém, o site do Ideb¹² disponibiliza apenas o indicador, composto pelas taxas de aprovação e pelos resultados na avaliação, ou seja, como podemos observar na figura 2, não conseguimos, até então, ter acesso aos dados de desempenho dos estudantes nas provas de Língua Portuguesa e Matemática com a mesma facilidade que encontramos nas edições anteriores.



Figura 2 – Página para consulta do Ideb
FONTE: MEC/Inep. Editado pela autora

Para ter acesso aos resultados das escolas da RME na Prova Brasil 2009, foi necessário realizar uma análise geral na página do Inep, já não há uma indicação clara no site sobre estes dados. Estas informações foram encontradas em planilhas¹³, disponíveis para consulta, e organizadas pelas categorias 4^a e 8^a séries do Brasil, Estados, Municípios e Escolas.

¹² <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>

¹³ <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/planilhas-para-download>. Os dados de todas as escolas públicas do país estão agregados nas planilhas. Nelas, além de compreender como é calculado o Ideb, podemos observar se os Ideb's das escolas aumentaram a partir do aumento das taxas de aprovação ou foi resultado da melhoria de desempenho na Prova Brasil.

As planilhas contêm os dados das taxas de aprovação, os resultados da Prova Brasil, os Idebs observados nas edições de 2005 a 2009 e as projeções de Idebs de 2005 a 2021 (ANEXO A). Como o interesse desta pesquisa era pelos resultados das escolas da RME, ao selecionar as planilhas “escolas”, tivemos acesso aos indicadores de todas as escolas municipais, estaduais e federais de todo o país. Depois de um minucioso trabalho, devido ao grande volume de informações, conseguimos selecionar apenas as informações das escolas da RME de Florianópolis. Além das planilhas das escolas, foi necessário consultar as planilhas dos municípios, para ter acesso aos resultados da média da RME.

Com isso, até julho de 2011, o que era mais fácil de ser consultado nos boletins da Prova Brasil, por pesquisadores e leigos, demandou um trabalho maior (além de um computador mais potente e uma conexão de internet com alta velocidade, já que os arquivos são grandes, por agregar dados de todo o país), demonstrando claramente que a divulgação do Ideb¹⁴ passou a ser mais destacada e priorizada pelo MEC do que os resultados da Prova Brasil.

Terminada a coleta, os dados foram organizados em tabelas, divididas por edição da Prova Brasil, série e disciplina avaliada, o que permitiu comparar os resultados das escolas com a média da rede.

Na tabela 2, podemos verificar e comparar os resultados das escolas da RME com a média da rede na prova de língua portuguesa da 4ª série, na Prova Brasil de 2005. Ao observar que sete escolas apresentaram resultados inferiores à média da RME, pudemos analisar nas etapas seguintes se os professores destas escolas receberam formações continuadas direcionadas pela SME, para a melhoria desses indicadores.

¹⁴ Na página do Inep direcionada aos professores, as avaliações são apresentadas dessa forma: “Avaliações são importantes para cálculo do Ideb”. <http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/apresentacao-professor>

Tabela 2 – Resultados das 4^{as} séries das escolas da RME na Prova Brasil de 2005

| Escola | Língua Portuguesa |
|--------|-------------------|
| A | 210,03 |
| B | 193,22 |
| F | 189,99 |
| D | 186,87 |
| C | 182,19 |
| J | 181,60 |
| E | 180,58 |
| L | 178,82 |
| G | 178,49 |
| N | 177,52 |
| H | 177,26 |
| RME | 175,40 |
| I | 172,28 |
| P | 170,51 |
| M | 169,16 |
| O | 162,90 |
| Q | 160,91 |
| S | 153,72 |
| R | 150,99 |

Elaboração da autora

FONTE: MEC/Inep.

Uma importante modificação feita em relação ao projeto desta pesquisa é relacionada ao período selecionado. Foi previsto que a análise dos resultados contemplaria apenas as edições de 2005 e 2007 da Prova Brasil, já que os resultados da edição de 2009 ainda poderiam causar efeitos após o término deste estudo. Porém, ao verificar, nos documentos da SME, o fato de importantes modificações terem ocorrido na RME, após 2009 (como a implantação de sistema de ensino privado em algumas escolas da rede), foi necessário incorporar os dados da edição de 2009, já que essas mudanças não poderiam ficar fora dessa análise.

3.2 A RIQUEZA DOS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS CONTEXTUAIS: OS MICRODADOS DA PROVA BRASIL 2007

Uma etapa que não estava prevista no projeto, mas que foi essencial para contextualizar a situação de formação dos professores da RME, consistiu na análise das respostas dadas pelos professores aos questionários da Prova Brasil de 2007, obtidas através dos “Microdados da Prova Brasil”. Isso possibilitou, ainda, ter acesso à opinião dos professores sobre a formação continuada promovida pela secretaria.

Os “Microdados da Prova Brasil” consistem em um fantástico banco de dados que contem as informações fornecidas por professores, diretores, estudantes e aplicadores da avaliação (que responderam sobre as escolas) aos questionários contextuais da Prova Brasil, sendo um importante instrumento para análises de diversos temas, como violência nas escolas, perfil de professores, diretores e estudantes.

Depois de semanas de muito entusiasmo, ao tentar compreender os códigos utilizados pelo Inep, foi possível construir um banco de dados de cada um dos questionários (professores, estudantes, diretores e escolas) da RME, para a edição de 2007. Nesta pesquisa, utilizei, do questionário dos professores (ANEXO B), as informações sobre a formação inicial e as opiniões dos professores sobre a formação continuada, mas graças à riqueza dos questionários, futuras análises serão feitas sobre outros temas. Do questionário dos diretores (ANEXO C), foram analisadas as respostas sobre a oferta de formação continuada nas escolas em que atuavam. Infelizmente, os microdados da edição de 2009 ainda não foram divulgados, o que seria importante para verificar, a partir das respostas dos professores, as modificações ocorridas no período.

As várias possibilidades com o uso dessas informações ainda resultaram no projeto “Evolução e Análise dos Indicadores Educacionais da Região Sul”, desenvolvido pelo Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas (NIPP¹⁵), no âmbito do programa Observatório da Educação,

¹⁵ Núcleo de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Erni J. Seibel no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) desta universidade, e do qual faço parte, desde minha graduação.

da CAPES/Inep. Contemplado pelo Edital nº 038/2010/CAPES/INEP¹⁶, este estudo tem duração até 2012.

3.3 OS DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELA SME

Com a finalidade de analisar as possíveis influências da Prova Brasil na formação continuada da RME, foram coletados e analisados os documentos produzidos pela SME, no período de 2005 a 2010, como relatórios de gestão, o plano municipal de educação, planejamentos, a proposta curricular da rede municipal e apresentações utilizadas em reuniões da secretaria¹⁷.

As categorias utilizadas nesta análise foram: a) a importância com que as avaliações e seus resultados apareciam nestes documentos e b) como a formação continuada aparecia nas ações propostas para melhorar esses indicadores.

A análise destes documentos ainda permitiu verificar como as ações previstas pela SME e relacionadas à formação continuada de professores realizaram-se e as modificações ocorridas durante o período.

3.4 A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA RME (2005 A 2010)

Nesta etapa, foi realizada pesquisa documental, junto ao Departamento de Eventos da SME, órgão que expede e registra os certificados da formação continuada da rede. Este departamento possui em seu arquivo os registros de todas as formações ocorridas na RME a partir de 2005.

Depois de consultar os registros de formação continuada de todos os profissionais, no período de 2005 a 2010, foram selecionados para coleta e análise aqueles referentes às formações destinadas aos professores do ensino fundamental. Os registros contêm informações

¹⁶ O edital 38/2010/CAPES/INEP pode ser consultado em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital038_ObservatorioEducacao_%202010.pdf

¹⁷ Os documentos podem ser acessados na página eletrônica da SME: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=govgestao&menu=2>

sobre o nome da formação, modalidade, objetivos, justificativa, período de realização, carga horária, público alvo, conteúdos programáticos e nome dos ministrantes (ANEXO E).

Estes dados foram agregados, por ano, e separados por tipo (centralizada, planejada pela SME e descentralizada, desenvolvida pelas escolas, a partir de suas demandas). Inicialmente, foram comparadas as cargas horárias e público alvo, por disciplina. A seguir, os objetivos e conteúdo programático das formações dos professores dos anos iniciais e de língua portuguesa e matemática dos anos finais foram analisados, a fim de verificar quais conteúdos foram mais valorizados e sua relação com a Prova Brasil.

Como não tivemos acesso aos materiais utilizados nas formações promovidas pela SME, temos que reconhecer os limites desses dados, já que trabalhamos com os registros dos cursos para a emissão dos certificados de participação. Apesar de não estarem descritos nos registros, alguns temas podem ter sido abordados durante as formações.

4 O ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS: CARACTERÍSTICAS E INDICADORES EDUCACIONAIS

A RME de Florianópolis é composta por 127 unidades de ensino (ANEXO E), nos níveis de educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos (EJA). Com exceção da EJA, ministrada em 13 núcleos, os níveis de ensino são separados por tipo de unidade.

A educação infantil é oferecida em setenta e oito unidades, diferenciadas entre quarenta e oito creches, que atendem crianças de 0 a 6 anos e 30 Núcleos de Educação Infantil (NEI's), com atendimento a crianças de 3 a 6 anos. Sete dos NEI's são chamados de NEI's vinculados¹⁸, funcionando dentro de escolas fundamentais.

No ensino fundamental, a RME é responsável por 30,8% do total das matrículas no município. Como pode ser observado na tabela 3, a rede pública, formada pelas redes municipal, estadual e federal, concentra 73% das matrículas desse nível de ensino em Florianópolis.

Tabela 3: O ensino fundamental em Florianópolis, por rede de ensino (2009)

| Rede de ensino | Número de escolas | Matrículas | % matrículas, em relação ao total do município |
|-----------------------|--------------------------|-------------------|---|
| Pública estadual | 39 | 20315 | 40,65 |
| Pública federal | 1 | 651 | 1,30 |
| Pública municipal | 36 | 15433 | 30,88 |
| Privada | 37 | 13582 | 27,17 |
| Total | 113 | 49981 | 100 |

Elaboração da autora.

Fonte: MEC/INEP - Censo Escolar 2009.

¹⁸ Os NEI's vinculados são salas ou turmas que utilizam o espaço de uma unidade de ensino fundamental e são administradas pelo diretor dessa unidade.

Apesar de haver um equilíbrio no número de escolas estaduais, municipais e privadas, o maior percentual de matrículas está na rede estadual. Este destaque é importante, já que permite confirmar que o objetivo do governador das duas gestões anteriores (2003-2006 e 2007-2010) em municipalizar o ensino fundamental no estado¹⁹ não foi concretizado. Em seu primeiro ano de governo, Luís Henrique da Silveira afirmou: “Tenho pressa na municipalização, queremos atingir 100% dos municípios (293) em quatro anos, ao contrário de São Paulo que levou 12 para atingir um índice de 94%” (ANEXO F).

O projeto de municipalização do ensino fundamental no estado (PLC 014/2009) tramitou na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) de 2009 a 2010, sendo retirado de pauta em julho de 2010²⁰ e reenviado para a Secretaria de Estado da Educação (SED), para que fossem feitos outros estudos sobre o tema (RINALDI, 2010).

Na RME de Florianópolis, o ensino fundamental é oferecido em dois tipos de escolas: as escolas básicas (ANEXO F) e as escolas desdobradas (ANEXO G). As 26 escolas básicas da rede contemplam todos os anos do ensino fundamental; já as 10 escolas desdobradas têm como característica de serem voltadas apenas para os anos iniciais.

Em 2010, o ensino nos anos iniciais das escolas do ensino fundamental da RME começou a ter mais algumas diferenças, em virtude da SME ter implantado um sistema privado de ensino, o Sistema Educacional UniBrasil (SEU) em 13 escolas²¹ da rede (ANEXO I). Os alunos das escolas participantes passaram a receber, gratuitamente, o material didático produzido pelo Instituto UniBrasil, responsável pelo sistema. Os professores dessas escolas também passaram a ter formação específica, ministrada com uma equipe desse instituto e vinculada aos

¹⁹ Em março de 2003, a assessoria de Imprensa do governo de SC divulgou a seguinte nota: “Luiz Henrique inicia municipalização do Ensino Fundamental”. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/webimprensa/arquivo/noticias/marco/14/ensino1.htm>

²⁰ Notícia divulgada pelo Jornal Diário Catarinense em 19 de julho de 2010, e que pode ser consultada em: <http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Geral&newsID=a2976405.htm>

²¹ Escolas Básicas Municipais: Albertina Madalena Dias, Batista Pereira, Donícia Maria da Costa, Intendente Aricomedes da Silva, João Alfredo Rohr, José Amaro Cordeiro, José do Valle Pereira, Osmar Cunha, Antônio Paschoal Apóstolo. Escolas Desdobradas: José Jacinto Cardoso, Marcolino José de Lima, Praia do Forte e Jurerê (Jurerê).

conteúdos dos novos materiais. Segundo a SME²², o objetivo da implantação desse sistema é unificar o ensino na rede.

De acordo com a SME (FLORIANÓPOLIS, 2010), o material do SEU é organizado por temas a serem trabalhados em cada um dos anos: no primeiro ano, “Identidades e moradias”; no 2º ano, “Brinquedos, brincadeiras e cidadania”; no 3º ano, “Os lugares no mundo, o campo, a cidade e as civilizações” e no 4º ano, “Planeta terra, biodiversidade, água e ar”.

4.1 O ENSINO FUNDAMENTAL NA RME: FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2009, quase 100% dos professores do ensino fundamental no município de Florianópolis (considerando a rede pública e privada) possui formação em nível superior. No estado de Santa Catarina (SC), o percentual de professores (incluindo também as informações de todas as redes de ensino) com essa formação também é alto, em comparação com outros estados brasileiros.

Como pode ser observado na tabela 4, nos anos iniciais do ensino fundamental, SC possui 81,02% de professores com nível superior, sendo o terceiro estado com maior percentual (atrás apenas de SP, com 81,09% e MS, com 84,22%). Nos anos finais, 86,86% dos professores possuem formação em nível superior, mas SC não se encontra em posição de destaque. Além de ter percentual menor que o apresentado pelos dados de oito estados, ainda está abaixo das médias das regiões sul e sudeste.

²² <http://assessoriasme.blogspot.com/2010/02/sistema-educacional-unibrasil-e.html>

Tabela 4: Professores com formação em nível superior (em %)

| | Anos iniciais | Anos finais |
|----------------|----------------------|--------------------|
| Brasil | 61,3 | 78,5 |
| Região Sul | 75,6 | 90,4 |
| Santa Catarina | 81,0 | 86,9 |
| Florianópolis | 97,30 | 99,30 |

Elaboração da autora.

Fonte: MEC/INEP - Censo Escolar 2009.

Assim como no município, o percentual de professores da RME com formação em nível superior também é elevado. Nos anos iniciais, o índice é de 97,57% e nos anos finais, 92,94% dos que lecionam matemática e 100% da disciplina de Língua Portuguesa (ANEXO J). No indicador sobre a formação dos professores da educação básica, que faz parte do relatório público do Plano de Ações Articuladas (PAR) do município²³, é indicado que “todos os professores da rede que atuam nos anos/séries finais do Ensino Fundamental possuem formação superior na área/ disciplina de atuação”. Nos anos iniciais, o relatório destaca que “parte (mais de 50%) dos professores da rede que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental possuem formação superior em curso de licenciatura”.

De acordo com os microdados da Prova Brasil de 2007 (tabela 5), 94,5% dos professores dos anos iniciais e 95,3% dos professores dos anos finais das disciplinas Língua Portuguesa e Matemática da RME afirmou ter formação em nível superior.

²³ Disponível em:

<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php?system=indicador&ordem=7&inuid=80&itrid=2&est=Santa%20Catarina&mun=Florianopolis&municod=4205407&estuf=SC>

Tabela 5 - Formação inicial dos professores dos anos iniciais e de Língua Portuguesa e Matemática da RME - 2007 (em %)

| Nível de escolaridade | Anos iniciais | Anos finais |
|--|----------------------|--------------------|
| Ensino Médio – Magistério (antigo 2.º grau) | 4,7 | - |
| Ensino Médio – Outros (antigo 2.º grau) | - | 1,2 |
| Ensino Superior – Pedagogia | 73,6 | - |
| Ensino Superior – Licenciatura em Matemática | 5,4 | 48,2 |
| Ensino Superior – Licenciatura em Letras | 2,3 | 44,7 |
| Ensino Superior – Escola Normal Superior | 4,7 | - |
| Ensino Superior – Outros | 8,5 | 2,4 |
| Não respondeu | 0,8 | 3,5 |

Elaboração da autora a partir dos Microdados da Prova Brasil 2007

É importante destacar a importância das universidades públicas presentes no município, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), quando se observa o tipo de instituição em que os professores obtiveram sua formação em nível superior (tabela 6). De acordo com os Microdados da Prova Brasil, 75,3% dos professores dos anos finais de Língua Portuguesa e Matemática da rede declararam ter se graduado em instituições públicas, com grande concentração daqueles formados em universidade pública federal, o que pode ser um indicativo da importância e responsabilidade dos cursos de licenciatura da UFSC na formação dos professores que atuam na RME.

Tabela 6 - Tipo de instituição em que fez o ensino superior (em %)

| Instituição | Anos iniciais | Anos finais |
|--------------------|----------------------|--------------------|
| Pública federal | 7,8 | 74,1 |
| Pública estadual | 47,3 | 1,2 |
| Pública municipal | 0,8 | - |
| Privada | 41,1 | 23,5 |
| Não se aplica | 1,6 | - |
| Não respondeu | 1,6 | 1,2 |

Elaboração da autora a partir dos Microdados da Prova Brasil 2007

Na UFSC, a licenciatura em matemática é oferecida no período matutino, com 65 vagas anuais e no noturno, com 40 vagas (na modalidade presencial, porque a universidade também oferece essa formação na modalidade à distância). A licenciatura em letras – habilitação em língua portuguesa é oferecida no período matutino, com 80 vagas, e noturno, com 40 vagas (e também tem essa formação na EaD).

Na UDESC, a licenciatura em matemática é oferecida no período matutino, e abre, anualmente, 40 vagas em seu vestibular, mas a universidade não oferece o curso de licenciatura em letras– língua portuguesa, o que pode explicar o percentual menor em relação à UFSC.

Já em relação à formação dos professores dos anos iniciais, essa situação se modifica. O percentual de professores que afirmou ter realizado sua formação em nível superior em universidades públicas é menor, 55,1%, com predominância expressiva da universidade estadual.

Outro fator a ser destacado na formação dos professores dos anos iniciais é o grande percentual de professores que frequentaram universidades privadas, com 41,1%, bem próximo à dos 47,3% professores oriundos de universidade estadual. Se observarmos a oferta do curso de pedagogia na UFSC e na UDESC podemos, em parte, compreender esses dois fatores.

A UFSC oferece o curso de pedagogia apenas no período vespertino e, anualmente oferece 100 vagas. Já a UDESC abre, semestralmente, 40 vagas no curso de pedagogia, sendo oferecida tanto no período matutino (com início no mês de agosto) e noturno (com início em março). Nas instituições privadas da grande Florianópolis, o curso de pedagogia é oferecido com duração menor (um ano a menos que nas universidades públicas), no período noturno e, considerando apenas as informações de uma delas, a oferta, para esse ano, foi de 200 vagas, superando o total, somado, de vagas da UFSC e UDESC.

4.2 INDICADORES EDUCACIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA RME: TAXAS DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO, ABANDONO E RESULTADOS NA PROVA BRASIL

Entre 2005 e 2009, a taxa de aprovação do ensino fundamental da RME apresentou aumento de quase seis pontos percentuais, passando de 87,78% no ano de 2005 a 93,59% em 2009. Desagregado por etapa do ensino fundamental, o índice de aprovação no ano de 2009 foi de 98,78% nos anos iniciais. De acordo com as planilhas do Ideb, esses indicadores estão acima dos encontrados na média nacional (87,3%), de SC (94,9%) e de Florianópolis (95,1%).

Nos anos finais, a taxa de aprovação foi de 88,35% (SME, 2009). Em comparação com os indicadores nacionais, também está acima da média nacional (79,7%), de SC (86,0%) e do município (82,3%).

De acordo com a tabela 7, a taxa de abandono da RME ficou em 0,90% no ano de 2009, mas, ao desagregar por etapa do ensino fundamental, verificamos que os índices de abandono são maiores nos anos finais, com 1,45%, enquanto os anos iniciais apresentaram a taxa de 0,36%.

Tabela 7: Indicadores de resultado do ensino fundamental da RME – 2009

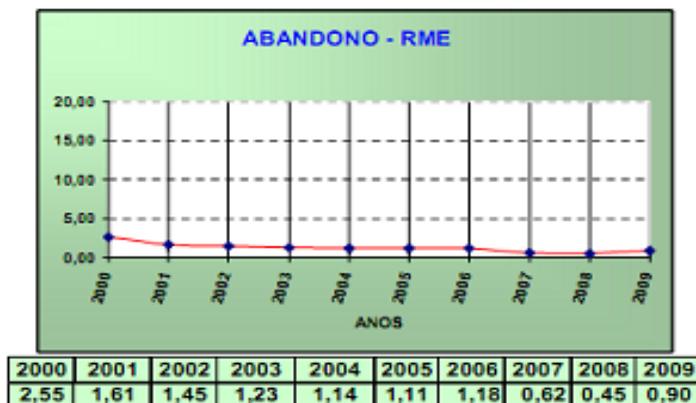
| INDICADORES DE RESULTADO/ QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL: | | | |
|---|--------------------|---------------------|-------------------|
| SÉRIES \ ÍNDICE | APROVAÇÃO % | REPROVAÇÃO % | ABANDONO % |
| 1ª SÉRIE | 98,99 | 0,80 | 0,20 |
| 2ª SÉRIE | 99,05 | 0,65 | 0,30 |
| 3ª SÉRIE | 99,18 | 0,46 | 0,36 |
| 4ª SÉRIE | 98,20 | 1,31 | 0,49 |
| 1ª A 4ª | 98,78 | 0,86 | 0,36 |
| 5ª SÉRIE | 86,14 | 12,82 | 1,03 |
| 6ª SÉRIE | 88,76 | 9,70 | 1,54 |
| 7ª SÉRIE | 87,47 | 11,05 | 1,48 |
| 8ª SÉRIE | 91,75 | 6,41 | 1,84 |
| 5ª A 8ª | 88,35 | 10,20 | 1,45 |
| TOTAL | 93,59 | 5,51 | 0,90 |

Fonte: DIOBE/09

Fonte: SME - Relatório de gestão (2009)

O relatório de gestão de 2009 (FLORIANÓPOLIS, 2009) indica que a taxa de abandono, que era de 1,11% no ano de 2005, apresentou crescimento em 2006, passando a 1,18% e, nos anos de 2007 e 2008 apresentou queda considerável, com taxas de abandono de 0,62% e 0,45%, respectivamente, voltando a subir a 0,90% no ano de 2009 (gráfico 1).

Gráfico 1 - Taxa de abandono do ensino fundamental na RME – 2000 a 2009



Fonte: FLORIANÓPOLIS (2009)

A implantação de programas voltados à redução das taxas de reprovação e abandono também foi destacado pelos diretores da rede nos questionários contextuais da Prova Brasil de 2007. De acordo com a tabela 8, podemos observar que 55,2% deles afirmaram que suas escolas possuíam programas de redução das taxas de reprovação, enquanto 27,6% dos diretores afirmaram que suas escolas possuíam programas de redução das taxas de abandono. Em relação às taxas de abandono, é importante destacar que 51,7% dos diretores afirmaram não terem esse problema nas escolas que administram.

Tabela 8 – Resposta dos diretores da RME sobre programas de redução das taxas de reprovação e abandono? – questionário de diretores da Prova Brasil 2007

| Na sua escola, existe programa de redução das taxas de reprovação e abandono? | Reprovação | Abandono |
|--|-------------------|-----------------|
| Sim, e o programa está sendo aplicado | 55,2 % | 27,6% |
| Não criamos ainda o programa, embora exista o problema | 27,6% | 13,8% |

| | | |
|--|-------|-------|
| Não, porque na minha escola não há esse tipo de problema | 10,3% | 51,7% |
| Não respondeu | 6,8% | 6,9% |

Elaboração da autora a partir dos microdados da Prova Brasil 2007.

A participação das escolas da RME na Prova Brasil, como pode ser verificada na tabela 9, variou de acordo com as regras estipuladas pelo Inep em cada edição da avaliação. Em sua primeira edição, foram selecionados apenas estudantes de escolas públicas urbanas que possuíam pelo menos 30 alunos nas séries avaliadas, o que significou, na RME, 18 escolas na avaliação da 4ª série e 22 escolas com turmas de 8ª série.

Na edição de 2007, participaram da avaliação as escolas públicas urbanas com turmas de 20 alunos ou mais nas séries avaliadas, o que significou, na RME, o acréscimo de outras 11 escolas na avaliação da 4ª série e uma na oitava. Já a edição de 2009 foi a mais completa do período, ao incorporar a avaliação das escolas públicas da zona rural, além de manter os critérios da edição anterior (escolas urbanas com turmas de 20 ou mais alunos nas séries avaliadas), o que, na RME, significou a inserção de mais 5 escolas na avaliação da 4ª série e 1 na oitava. Caso haja interesse de realizar uma análise longitudinal do desempenho das escolas da RME na Prova Brasil, é fundamental considerar essas informações.

Tabela 9 – Número de escolas da RME que participaram da Prova Brasil, por edição e série avaliada

| Escolas da RME | Anos iniciais | Anos finais |
|------------------------------------|----------------------|--------------------|
| Participantes em 2005 | 18 | 22 |
| Participantes em 2007 | 29 | 23 |
| Participantes em 2009 | 33 | 24 |
| Participantes em 2005 e 2007 | 18 | 22 |
| Participantes em 2007 e 2009 | 29 | 23 |
| Participantes em 2005, 2007 e 2009 | 18 | 22 |
| Apenas em 2005 | - | - |

| | | |
|----------------|---|---|
| Apenas em 2007 | 1 | - |
| Apenas em 2009 | 5 | 1 |

Elaboração da autora a partir do Ideb. Fonte: MEC/Inep

Em relação aos resultados na avaliação, destacam-se as diferenças entre o desempenho dos estudantes das 4^{as} séries nas duas disciplinas (APÊNDICES I e II). Na prova de matemática, todas as escolas da rede apresentaram melhora nos resultados no período. A média da rede (Gráfico 2) variou 18,81 pontos entre as edições de 2005 e 2007 e apresentou um crescimento bem menor entre as edições de 2007 e 2009, com 3,22.

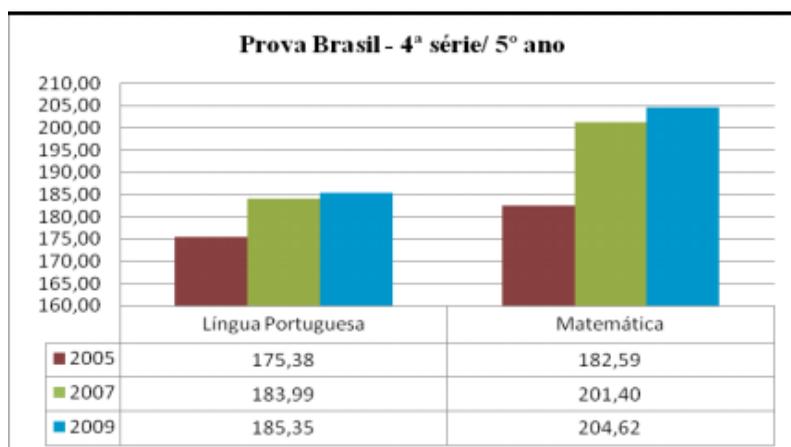


Gráfico 2 – Desempenho da RME na Prova Brasil (2005-2009) – 4^a série
Elaboração da autora. Fonte: MEC/INEP

Já a disciplina de língua portuguesa não apresentou as mesmas características da disciplina de matemática, na 4^a série. Apesar da média da rede apresentar um crescimento de 8,61 pontos, entre 2005 e 2007, seis escolas (30% das escolas da rede que participaram destas duas edições) tiveram queda nos resultados. Na comparação entre 2007 e 2009, 11 escolas (38% das escolas da rede que participaram das duas

edições) apresentaram piora, enquanto a rede teve crescimento de 1,36 pontos neste período.

Em relação aos resultados dos estudantes das 8^{as} séries (APÊNDICES III e IV), apesar da média da rede ter aumentado em ambas as disciplinas, algumas escolas tiveram piora nos resultados. Entre 2005 e 2007, dez escolas (45% do total de escolas que participaram das duas edições) apresentaram piora nos resultados em matemática, enquanto a média da rede aumentou 4,67 pontos (gráfico 3).

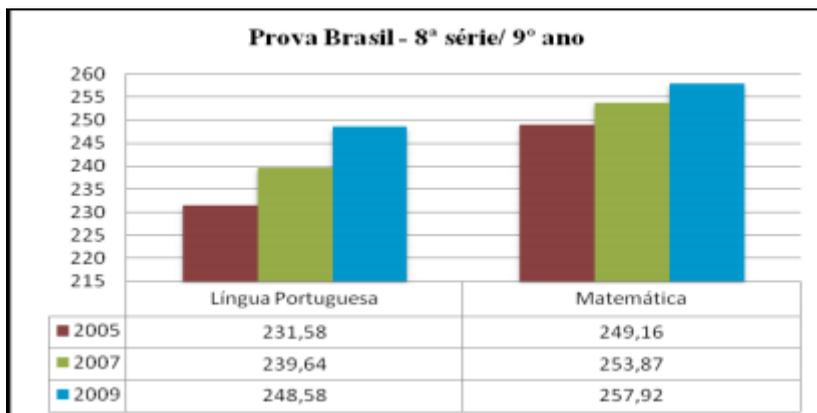


Gráfico 3 – Desempenho da RME na Prova Brasil (2005-2009) – 8ª série
Elaboração da autora. Fonte: MEC/INEP

Em língua portuguesa, sete escolas (32%) tiveram piora em seus resultados, mas a rede apresentou variação de 8,04 pontos. Entre 2007 e 2009, a rede apresentou variação de 4,05 pontos em matemática e nove escolas (39%) apresentaram resultados piores que na edição anterior. Em língua portuguesa, oito escolas (35%) apresentaram resultados piores, enquanto a rede teve variação positiva de 8,94 pontos. A média da rede em matemática, entre 2007 e 2009, nos anos finais, apresentou desempenho inferior ao que foi observado entre 2005 e 2007 (4,67 e 4,05, respectivamente). Em comparação com 2005-2007, a média da rede na disciplina de matemática em 2007-2009 foi pequena (0,90 ponto).

Independente da situação de melhoria ou piora de seus resultados, as escolas que tinham Ideb abaixo da média nacional²⁴, em 2007, precisaram elaborar planos de suporte estratégico e enviar ao MEC, nos quais deveriam definir ações para melhoria nos resultados de suas escolas nas edições posteriores da Prova Brasil. Na RME este fato ocorreu com 7 escolas que, com assessoria da secretaria de educação e do documento PDE/PROVA BRASIL (BRASIL, 2008), enviado pelo ministério apenas a essas unidades, elaboraram seus planos no segundo semestre de 2009 e que foram aprovados pelo MEC para receber assessoria técnica e financeira.

Além da participação na Prova Brasil e Saeb, que servem como parte da composição do Ideb, e da Provinha Brasil, aplicada aos estudantes das 2^{as} séries (que visa verificar a situação da alfabetização e do letramento), os estudantes das escolas da RME passaram, a partir de 2007, a participar de outra avaliação de aprendizagem: a “Prova Floripa²⁵”, criada no mesmo ano, com a finalidade de oferecer um diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem e da qual se pode dizer que foi uma das ações previstas para melhorar os resultados da Prova Brasil e do Ideb.

De acordo com o diretor do departamento de ensino fundamental, essa avaliação “consiste num diagnóstico de ensino aprendizagem, cujo objetivo é coletar informações que apontem os indicadores de desempenho da aprendizagem e a partir disso realizar um redirecionamento das ações e intervir na prática pedagógica cotidiana.” (SILVA, 2009).

A sistemática da “Prova Floripa” tem variado a cada edição, o que impede a construção de uma linha histórica. Na edição de 2007, a avaliação ocorreu no mês de outubro, com 9855 estudantes de 1º ano, 2ª, 3ª, 4ª e 8ª séries, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Na edição de 2008, realizada no mês de julho, 9667 alunos de 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries fizeram a avaliação, que nessa edição contemplava todas as disciplinas do currículo.

Na edição de 2009 da Prova Floripa, realizada no mês de novembro, foram avaliados quase oito mil estudantes do 3º ano, 5ª, 6ª e

²⁴ IDEB abaixo de 4,2 para anos iniciais e abaixo de 3,8 para anos finais

²⁵ Neste estudo, a “Prova Floripa” será considerada como um instrumento de avaliação interna, para diferenciá-la da Prova Brasil e Saeb. Em seus documentos, a SME atribui o termo “Avaliação externa” à Prova Floripa, mesmo se tratando de uma avaliação de sua própria rede.

As categorias de desempenho também são bastante diferentes das outras avaliações nacionais, impedindo uma comparação direta com a métrica do Saeb e da Prova Brasil. Na Prova Floripa de 2008, os estudantes que acertaram até 40% das questões se enquadraram na categoria “baixo desempenho”; aqueles que acertaram de 41% a 80%, “médio rendimento” e aqueles que acertaram mais de 80% se enquadraram na categoria “alto rendimento”. Não foram encontrados documentos com explicações sobre a construção dessas categorias.

Os relatórios da avaliação foram entregues nas escolas, mas também só puderam ser consultados pelos professores e diretores no site da empresa que organizou os dados (figura 4), mediante cadastro. Assim, ao contrário da Prova Brasil, os resultados da Prova Floripa não estão disponíveis para consulta pública.

Figura 4 – Site para consulta dos resultados da Prova Floripa

The image displays two screenshots of the Floripa results website login interface. The top screenshot shows a login form with fields for 'Código da escola' and 'Código de cadastro', a checkbox for 'Lembrar códigos?', and a green 'Entrar' button. Below the button are links for 'Não tem os códigos solicitados?' and 'Precisa de ajuda?'. The bottom screenshot shows a login form with fields for 'Login (E-mail)' and 'Senha', a checkbox for 'Lembrar senha?', and a green 'Entrar' button. Below the button are links for 'Esqueceu sua senha?' and 'Precisa de ajuda?'.

Fonte: floripa.meritt.com.br/2009/gerencia. Acesso em 15/08/2011.

4.3 A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E DEMAIS PROFISSIONAIS DA RME

A atual estrutura da secretaria de educação de Florianópolis (ANEXO K) foi definida em 2009, a partir da Lei Complementar nº 348, de 27 de janeiro de 2009 (PLANEJAMENTO, 2010). Entre as modificações em relação ao organograma anterior da secretaria (ANEXO L), houve a criação de uma gerência voltada à formação continuada dos profissionais da rede, a Gerência de Formação Permanente (GEPE), vinculada ao Departamento de Administração Escolar (DAE) e que é responsável pela coordenação do Departamento de Eventos e o Departamento de Saúde e Bem Estar do Servidor²⁷. Segundo a GEPE (2010), sua criação se dá a partir do objetivo de articular, com as demais diretorias da SME, “a valorização e (re)orientação da ação educativa”.

No relatório público do Plano de Ações Articuladas (PAR)²⁸, o MEC considerou as políticas de formação continuada dos professores de todo o ensino fundamental da RME como bem implementadas, e voltadas para a melhoria da qualidade da aprendizagem dos conteúdos curriculares. As notas neste critério vão de 1 a 4, e a formação continuada recebeu a pontuação máxima.

A formação continuada de professores e demais profissionais da educação é uma das ações desenvolvidas pelo Departamento de Educação Fundamental (DEF) para “qualificar” a educação realizada pelas escolas da rede (FLORIANÓPOLIS, 2008) e tem sido realizada na rede na forma centralizada e descentralizada.

De acordo com a portaria 031/10 (ANEXO M), a formação centralizada é articulada e planejada pela Secretaria Municipal de Educação e voltada para toda a rede, com temas de interesse comum à área ou direcionada para diferentes etapas ou disciplinas, socializando conceitos e novas propostas educacionais. Segundo o DEF (2008), a formação centralizada tem como objetivo auxiliar a superação de lacunas da formação inicial dos profissionais, bem como valorizá-los, a partir da formação em serviço, ao *instrumentalizá-los com técnicas*,

²⁷ Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=historico&menu=7>

²⁸ Disponível em:

<http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php?system=indicador&ordem=7&inuid=80&itrid=2&est=Santa%20Catarina&mun=Florianopolis&unicod=4205407&estuf=SC>

metodologias e conhecimentos de modo a transformar os conceitos/conteúdos do ensino em atividades significativas de aprendizagem para todos(as).

A formação descentralizada é pautada pelas demandas de cada unidade escolar e deve ser autorizada pelo DEF, que também acompanhar a formação.

De acordo com os diretores das 29 escolas que participaram da Prova Brasil de 2007, e que responderam aos questionários direcionados a eles na avaliação, a oferta de formação continuada descentralizada atingiu percentuais acima de 60% naquele ano.

Tabela 10 - Resposta dos diretores da RME à pergunta “Você promoveu alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação etc.) nesta escola?”

| Promoveu formação continuada? | % |
|--------------------------------------|----------|
| Sim | 62,1 |
| Não | 34,5 |
| Não respondeu | 3,4 |

Elaboração da autora a partir dos Microdados da Prova Brasil 2007

Questionados sobre a participação de professores nas formações continuadas descentralizadas, ocorridas nos dois últimos anos antes da aplicação da Prova Brasil de 2007, praticamente a metade dos diretores respondeu que o percentual de professores presentes nas formações promovidas pelas escolas em que trabalham passa dos 50%. Porém, como pode ser verificado na tabela 11, o fato de 37,9% dos diretores da RME não terem respondido a essa questão pode ser explicado ao olharmos a tabela anterior, que apresentava um percentual próximo (34,5%) de diretores que afirmaram não terem promovido formação continuada nas escolas em que trabalham. Este dado é bastante relevante, porque indica que quase 35% dos diretores da rede não

promoveram formação continuada em sua unidade, deixando de privilegiar o estudo das demandas locais.

Tabela 11 - Resposta dos diretores da RME à pergunta “Qual foi a proporção de professores da sua escola que participou das atividades de formação continuada promovidas por você nos últimos dois anos?”

| Participação de professores na formação continuada da escola | % |
|---|----------|
| Menos de 10%. | 3,4 |
| Entre 31% e 50%. | 10,3 |
| Mais de 51%. | 48,3 |
| Não respondeu | 37,9 |

Elaboração da autora a partir dos Microdados da Prova Brasil 2007

4.4 A FORMAÇÃO CONTINUADA NA RME, SEGUNDO OS PROFESSORES (2007)

Nos questionários contextuais da Prova Brasil 2007 direcionados aos professores (ANEXO B), havia questões relacionadas à formação continuada. Entre as perguntas, destacamos as seguintes: “Você participou de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação etc) nos últimos dois anos?”; “Qual a carga horária da atividade que você considera mais relevante da qual participou?”; “Você utiliza os conhecimentos adquiridos nas atividades de formação continuada para a melhoria de sua prática em sala de aula?”.

Como podemos verificar na tabela 12, quase todos os 129 professores das séries iniciais do ensino fundamental e os 85 dos anos finais que responderam aos questionários, afirmaram que participaram de atividades de formação continuada nos dois anos anteriores à aplicação da avaliação.

Tabela 12 - Resposta dos professores à pergunta: “Você participou de alguma atividade de formação continuada (atualização, treinamento, capacitação etc) nos últimos dois anos?” (em %)

| Participação | Anos iniciais | Anos finais |
|---------------------|----------------------|--------------------|
| Sim | 96,1 | 91,8 |
| Não | 0,8 | 8,2 |
| Não respondeu | 3,1 | - |

Elaboração da autora a partir dos microdados da Prova Brasil 2007.

Em relação à carga horária da atividade de formação continuada considerada mais relevante pelos professores da rede, a maior parte deles respondeu que foram aquelas com mais de 80 horas. Este fato, que pode ser observado na tabela 13, é fundamental de ser considerado pelas secretarias de educação, para que não elaborem formações rápidas, como cursos pontuais, mas que seja realizado um trabalho a longo prazo.

Tabela 13 - Resposta dos professores à pergunta: “Qual a carga horária da atividade que você considera mais relevante da qual participou?” (em %)

| Carga horária | Anos iniciais | Anos finais |
|----------------------|----------------------|--------------------|
| Menos de 20 horas | 3,9 | 8,2 |
| De 21 a 40 horas. | 18,6 | 25,9 |
| De 41 a 80 horas. | 19,4 | 21,2 |
| Mais de 80 horas. | 51,2 | 34,1 |
| Não respondeu | 7 | 10,6 |

Elaboração da autora a partir dos microdados da Prova Brasil 2007.

Outro indicador importante que os microdados da Prova Brasil fornecem é sobre a aplicabilidade dos conteúdos dos cursos de formação continuada dos professores. Ao analisar as respostas dadas pelos professores da RME à pergunta “Você utiliza os conhecimentos adquiridos nas atividades de formação continuada para a melhoria de sua prática em sala de aula?”, as respostas “quase sempre” e “eventualmente”, aparecem com os maiores percentuais (tabela 14), e, somadas, correspondem à 94,5% dos professores dos anos iniciais e 71,3% dos professores de língua portuguesa e matemática dos anos finais do ensino fundamental).

Tabela 14 - Resposta dos professores à pergunta: “Você utiliza os conhecimentos adquiridos nas atividades de formação continuada para a melhoria de sua prática em sala de aula?” (em %)

| Utilização dos conteúdos | Anos iniciais | Anos finais |
|---------------------------------|----------------------|--------------------|
| Quase sempre | 82,9 | 64,7 |
| Eventualmente | 11,6 | 17,6 |
| Quase nunca | - | 2,4 |
| Nunca | - | 4,7 |
| Não respondeu | 5,4 | 10,6 |

Elaboração da autora a partir dos microdados da Prova Brasil 2007.

A opção “quase sempre” concentrou 82,9% das respostas dos professores das 4^{as} séries e 64,7% das 8^{as} séries, o que demonstra uma avaliação positiva dos conteúdos ministrados nos cursos de formação continuada oferecidos pela SME, corroborando a afirmação de Gatti e Barreto (2009), de que os professores valorizam as iniciativas de formação continuada e pensam ser uma oportunidade para melhorar não só profissionalmente, mas em relação às demandas de sala de aula.

5 A PROVA BRASIL NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS (2005 – 2010)

Para analisar as possíveis implicações que a Prova Brasil e seus resultados tiveram na formação continuada de professores da RME de Florianópolis, entre os anos de 2005 e 2010, foram utilizados dois tipos de dados: os documentos produzidos pela SME e os registros das formações continuadas de professores do ensino fundamental da rede.

Nos documentos produzidos pela SME, como planejamentos e relatórios de gestão, analisamos a forma como eram tratados os resultados das avaliações e a formação continuada de professores da rede. Nos registros da formação continuada de professores do ensino fundamental da rede, foi verificado se as formações continuadas ocorridas neste período tiveram ou não relação com a Prova Brasil e seus resultados.

5.1 FORMAÇÃO CONTINUADA E A PROVA BRASIL NOS PLANEJAMENTOS E RELATÓRIOS DE GESTÃO DA SME (2005 – 2010)

Analisar os documentos produzidos pela Secretaria de Educação do período fez-se necessário para verificar as proposições e ações feitas pelo órgão gestor da rede municipal de ensino de Florianópolis em relação aos dois temas: avaliações externas (com destaque para a Prova Brasil) e formação continuada.

Em alguns documentos produzidos pela SME, como o relatório “Tiro de meta” 2005/2008, o relatório de gestão 2009 e o termo de compromisso de gestão 2009-2012, é possível observar a preocupação da Secretaria com os indicadores educacionais de sua rede de ensino, mas se destaca, principalmente, o fato de a formação continuada de professores ser considerada como uma das estratégias para obter melhorias dos resultados obtidos pelos estudantes da RME na Prova Brasil e demais indicadores de rendimento, como evasão e aprovação.

No documento “Tiro de meta 2005/2008” (FLORIANÓPOLIS, 2007), podemos observar as estratégias traçadas pela SME para a realização de cada uma das 26 metas propostas pelo órgão. Como pode ser analisado a partir do Quadro 6, a formação continuada de professores aparece como uma das ações a serem adotadas para atingir as metas relacionadas à implantação de novas políticas, como a implementação do ensino de 9 anos mas, principalmente, ligada à melhoria dos indicadores educacionais do ensino fundamental da rede.

Quadro 6 - Formação Continuada nas Metas da SME de Florianópolis 2005/2008

| Meta | Formação Continuada como ação |
|---|--------------------------------------|
| 1ª Meta: Implementação da Legislação e Normas da Educação Municipal | |
| 2ª Meta: Implementação do Ensino Fundamental para 9 anos em 100% U.E.'s | X |
| 3ª Meta: Ampliação, Adaptação e Manutenção da Rede Física | |
| 4ª Meta: Modernização do Sistema Gerencial da SME | |
| 5ª Meta: Elevar índice de aprovação de 91,6% para 95%. | X |
| 6ª Meta: Corrigir a distorção idade/série de 17,5 % para 7,5 % | X |
| 7ª Meta: Alfabetizar 100% dos alunos no Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) | X |
| 8ª Meta: Elevar a 70% a permanência dos jovens e adultos da EJA | X |
| 9ª Meta: Controle Mensal de Matrícula dos alunos do Ensino Fundamental | |
| 10ª Meta: Controle Mensal de Matrícula dos alunos da Educação Infantil | |
| 11ª Meta: Atender a 100% das crianças e adolescentes com alguma deficiência matriculada na Rede Municipal de Ensino | X |
| 12ª Meta: Assegurar qualidade na educação infantil em 100% das Unidades Educativas da RME | X |

| | |
|---|---|
| 13ª Meta: Avaliação e Controle do Orçamento/07 | |
| 14ª Meta: Elaboração da Proposta Orçamentária p/ 2008 | |
| 15ª Meta: Dar suporte às U.E's na utilização do Sistema SERIE/ESCOLA | |
| 16ª Meta: Captação de dados para Censo Escolar | |
| 17ª Meta: Captação de novas fontes de Recursos | |
| 18ª Meta: Oferecer Transporte Escolar aos Alunos do Ensino Fundamental e EJA | |
| 19ª Meta: Ampliar o atendimento das crianças de 0 a 6 anos em instituições educativas da rede municipal de educação. | |
| 20ª Meta: Dar continuidade à implantação de novas mídias e modernização das Bibliotecas Escolares | X |
| 21ª Meta: Assegurar qualidade no ensino fundamental em 100% das Unidades Educativas da RME | X |
| 22ª Meta: Implantação da Escola do Mar | |
| 23ª Meta: Dar suporte financeiro e material aos Departamentos da SME e UE's | |
| 24ª Meta: Aferir a qualidade do processo ensino aprendizagem em 100% das Unidades Educativas da RME mediante avaliação externa. | X |
| 25ª Meta: Implantar em 50% o Programa Escola Aberta à Cidadania nas U.E's do Ensino Fundamental | |
| 26ª Meta: Dar continuidade ao Programa de Descentralização Financeira nas U.E's e Programa Dinheiro Direto na Escola /PDDE/MEC/FNDE | |

Fonte: SME - Tiro de meta 2005-2008.

Elaboração da autora

Como pode ser observado na figura 5, para atingir a 24ª meta (“Aferir a qualidade do processo ensino aprendizagem em 100% das Unidades Educativas da RME mediante avaliação externa”), a SME

propôs a criação de um grupo de estudo para a implantação de um processo de uma avaliação interna²⁹, conhecido como “Prova Floripa”, voltado à sua rede de ensino. Após a análise dos resultados das avaliações, a secretaria apontava como ações a divulgação de relatórios, destinados a cada uma das unidades educativas, para que essas definissem e colocassem em prática medidas de intervenção para a melhoria desses indicadores, além de organizar a formação continuada dos professores a partir dos resultados dessa avaliação.

Figura 5 - 24ª meta de gestão proposta pela SME (2005-2008)

| 24ª Meta: Aferir a qualidade do processo ensino aprendizagem em 100% das Unidades Educativas da RME mediante avaliação externa. | | | |
|--|--------------|--------------------|-----------------------|
| Ações | Prazo | Responsável | Recursos/custo |
| Constituir um grupo de trabalho para estudo, acompanhamento e avaliação do processo de avaliação externa. | 2007 | DAE | Próprio |
| Regulamentar através de Portaria a equipe promotora de avaliação externa | 2007 | DAE | Próprio |
| Organizar a avaliação externa utilizando o Programa de Ensino como parâmetro | 2007 | DAE | Próprio |
| Implementar a avaliação externa de 1ª a 4ª série nas três modalidades: diagnóstica, no processo e de resultados. | 2007 | DAE | Próprio |
| Analisar os resultados da avaliação externa de 5ª a 8ª série nas duas modalidades: no processo e de resultados. | 2007 | DAE | Próprio |
| Divulgar através de relatórios, às unidades educativas, os resultados obtidos na avaliação externa para que promovam medidas de intervenção. | 2007 | DAE | Próprio |
| Organizar os projetos de formação continuada com base nos resultados obtidos na avaliação externa | 2007 | DAE | Próprio |

Fonte: SME – “Tiro de meta 2005-2008”

No relatório de gestão de 2009 (FLORIANÓPOLIS, 2010), a intenção de intervir na formação continuada dos professores para tentar melhorar os resultados dos estudantes nas avaliações externas é reafirmada, como uma das ações para conseguir alfabetizar as crianças até os 8 anos de idade. Neste caso, os resultados considerados foram da Província Brasil, e uma das ações realizadas no ano foi, de acordo com esse documento, *“Análise dos resultados e comparativos das etapas anteriores da Província Brasil e intervenção na proposta de formação contínua para os professores e articuladores”*.

Como podemos observar no quadro 7, em relação às ações voltadas para o ensino fundamental, é destacada, neste relatório, a

²⁹ Apesar da SME atribuir o termo “Avaliação externa” à Prova Floripa, como se trata de uma avaliação de sua própria rede, neste estudo será considerada como uma “avaliação interna”.

ocorrência de formações com professores desse nível de ensino, com o objetivo de discutir os descritores e questões da “Prova Floripa”, que em 2009 foi aplicada em todas as turmas de 3º ano. Para essas turmas, a avaliação verificou a alfabetização em linguagem, a alfabetização matemática e a produção escrita. As turmas de 5ª, 6ª e 7ª séries também foram avaliadas nesta edição, com provas que abrangiam o conteúdo de todo o currículo. Esses resultados, segundo a secretaria, seriam utilizados “como instrumento de intervenção, planejamento, organização de ações pedagógicas e formação contínua, para o ano letivo de 2010” (FLORIANÓPOLIS, 2009).

Quadro 7 – Metas e ações desenvolvidas em 2009

| |
|---|
| <p>2. Aferição da qualidade do processo ensino e aprendizagem, mediante avaliação interna e externa: Acompanhar os Indicadores de Rendimento dos alunos a cada avaliação bimestral ou trimestralmente e aplicar Prova Floripa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação com os professores do Ensino Fundamental para discussão dos descritores, elaboração do banco de questões e orientações de aplicação; - Avaliação diagnóstica aplicada em 100% das turmas de 3º ano, com 3 avaliações (Alfabetização Linguagem e Matemática e Produção Escrita); - Avaliação diagnóstica foi aplicada em 100% das turmas de 5ª, 6ª e 7ª séries de todas as Unidades Educativas da rede, contemplando questões de todas as disciplinas do currículo (40 questões); - Os resultados serão utilizados como instrumento de intervenção, planejamento, organização de ações pedagógicas e formação contínua, para o ano letivo de 2010. - 100% das Unidades Educativas que apresentaram suas demandas e relatórios receberam assessoria e acompanhamento; - 100% das Unidades Educativas receberam visitas técnicas e de assessorias para orientações administrativo-pedagógicas, análise e discussão dos resultados de desempenho, com orientações e encaminhamentos (aulas previstas/dadas, planejamento, frequência dos professores/alunos, projetos de intervenção, registros, índices de desempenho e/ou níveis de aprendizagem, recuperação paralela); - Formação contínua com foco na aprendizagem dos estudantes, planejamento e matriz referencial de conteúdos por disciplina e série/ano. |
|---|

Fonte: Relatório de Gestão 2009 (FLORIANÓPOLIS, 2010)

A importância da formação continuada do magistério é, de acordo com o Plano Municipal de Educação (FLORIANÓPOLIS, 2010), “*parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação e tem como finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca do aperfeiçoamento técnico, ético e político.*”

Além dos documentos anteriormente analisados, é interessante destacar alguns pontos importantes tratados em uma reunião realizada

em maio de 2010, com assessores da secretaria³⁰. Nesta reunião, cujo tema era o Plano de metas do PDE, a SME apresentou aos assessores o planejamento feito pelo órgão gestor para conseguir cumprir o plano de ações articuladas (PAR) de Florianópolis, elaborado a partir da adesão ao “Plano de metas compromisso todos pela educação”, parceria realizada entre o prefeito e o Ministério da Educação, através da assinatura do termo de cooperação técnica da PAR, em outubro de 2009 (ANEXO N), que prevê assessoria técnica e financeira por parte do ministério, enquanto prefeitos se comprometem a cumprir as metas para a melhoria do Ideb das escolas de sua rede. Até a presente data, apenas as informações sobre os municípios estão disponíveis para consulta pública³¹.

No termo de cooperação técnica, documento que celebra o compromisso, o objetivo de elevar o desempenho dos estudantes na Prova Brasil e os índices de aprovação da rede municipal, para melhorar o Ideb, é destacado em sua primeira cláusula:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente **Termo de Cooperação Técnica** tem por objeto a conjugação de esforços entre as partes para a promoção de ações e atividades que contribuam para o processo de desenvolvimento educacional do município, visando a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é formado por quatro grandes dimensões:

- 1) Gestão Educacional;
- 2) Formação dos Professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar;
- 3) Práticas pedagógicas e avaliação;
- 4) Infraestrutura física e recursos pedagógicos.

³⁰ A apresentação utilizada nessa reunião encontra-se disponível para consulta em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/17_12_2010_7.51.30.e0b555aeeab3d369d2f29b6ebff3fe69.pdf

³¹ A consulta ao termo de cooperação técnica, bem como aos indicadores do PAR de Florianópolis pode ser feita em: <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php?system=cooperacao&ordem=7&inuid=80&itrid=2&est=SC&mun=Florianopolis&municod=4205407&estuf=SC>.

Na apresentação feita pela SME aos assessores na referida reunião, observamos que, na dimensão “Formação de Professores e profissionais de serviço e apoio escolar” (figura 6), a única ação proposta pela SME para alcançar melhorias no Ideb da rede municipal, no período de 2009 a 2012, consiste na utilização dos resultados das avaliações para a elaboração dos planos de formação continuada de todos os profissionais da rede, ou seja, os planos de formação deveriam contemplar apenas os resultados da avaliação, e não as demais demandas dos profissionais e professores e escolas.

Figura 6 - Planejamento da SME – PAR – Dimensão 2

| DIMENSÃO 2. Formação de Professores e Profissionais de Serviço e Apoio Escolar | | |
|--|---|---|
| ÁREA | INDICADORES | AÇÕES 2009 -2012 |
| 3. Formação de profissionais de serviço e apoio escolar | Existência e implementação de programas de formação/qualificação desses profissionais. Cobertura dos programas de formação em relação à quantidade de profissionais existentes. Receptividade e grau de participação dos profissionais de serviços e apoio escolar nesses programas de qualificação específicos | <i>Elaborar Plano de Formação que contemplem as demandas vindas das avaliações, atingindo todos profissionais da RME.</i> |

Fonte: SME – Reunião de assessores, maio de 2010.

Na dimensão 3 (Práticas pedagógicas e avaliação) do PAR, verificamos, também, como os resultados das avaliações são supervalorizados pela SME. Nas ações propostas para o período de 2009 a 2012, a secretaria destaca a necessidade de qualificar a discussão sobre os resultados das avaliações, além de utilizá-los no planejamento dos professores, com a definição de metas a serem cumpridas.

Figura 7 - Planejamento da SME – PAR – Dimensão 3

| DIMENSÃO 3. Práticas Pedagógicas e Avaliação | | |
|--|--|---|
| ÁREA | INDICADORES | AÇÕES 2009 -2012 |
| 2. Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva àqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem | Formas e periodicidade de avaliação da aprendizagem dos alunos. | <p>-Rever a legislação pertinente à avaliação em função da nova estrutura, organização e proposta curricular do EF de 09 anos.</p> <p>-Aplicar os instrumentos avaliativos de desempenho da aprendizagem dos alunos através da Prova Brasil, Provinha Brasil, IDEB e Prova Floripa.</p> <p>-Qualificar a discussão e análise em torno dos resultados das avaliações, redimensionando o planejamento para o alcance das metas de aprendizagem por todos.</p> |
| | Utilização dos resultados das avaliações para nortear as decisões de enfrentamento | -Discutir metas de ensino e de aprendizagem, acompanhando os professores em seu planejamento e com base nos resultados das avaliações. |

Fonte: SME – Reunião de assessores, maio de 2010.

Essas ações reforçam o que foi encontrado nos demais documentos de planejamento e gestão da SME, ou seja, a secretaria evidenciava a intenção de melhorar o desempenho dos estudantes na Prova Brasil a partir da utilização dos resultados da avaliação. Isso se daria não apenas na formação continuada dos professores e demais profissionais da rede, mas também inserir esses dados e estabelecer metas a serem cumpridas nos planos de aulas dos professores, com a orientação e acompanhamento dos assessores pedagógicos.

5.2 A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA RME – 2005 A 2010

Depois de verificar, nas propostas e ações, o destaque feito pela SME aos resultados das avaliações, foram analisados os registros referentes às formações continuadas dos professores de sua rede de

ensino ocorridas no período compreendido entre os anos de 2005 e 2010. Contemplamos a análise da formação continuada centralizada, promovida pela SME, e descentralizada, promovida pelas unidades escolares, em cada um dos anos selecionados.

5.2.1 A formação continuada em 2005

Além de ser o ano da criação da Prova Brasil, 2005, marca também a posse de novos prefeitos em muitos municípios brasileiros, escolhidos no pleito de outubro do ano anterior. Esse é o caso da cidade de Florianópolis, que começa 2005 com um novo prefeito e, com isso, uma nova equipe, com novos projetos a serem implantados.

Talvez por essa razão, como podemos observar na tabela 15, foi pequena a oferta de formação continuada centralizada aos professores do ensino fundamental da rede no primeiro ano da nova gestão da prefeitura e secretaria de educação do município. Além da baixa oferta, apenas os professores de educação física, história e matemática foram contemplados com a formação continuada oferecida pela SME.

Tabela 15 - Formações centralizadas de professores da RME - 2005

| Curso | Público Alvo | Carga Horária |
|---|--|----------------------|
| “África: Estudos introdutórios” | Professores de história da RME | 91h |
| “Aplicação das Tecnologias Educacionais à Matemática” | Professores de matemática de 5 ^a a 8 ^a série | 28h |
| “Contextualizando o Ensino da Matemática das Séries Iniciais – 1 ^a e 2 ^{as} ” | Professores de 1 ^a e 2 ^a séries | 36h |
| “Contextualizando o Ensino da Matemática das Séries Iniciais – 3 ^a e 4 ^{as} ” | Professores de 3 ^a e 4 ^a séries | 36h |
| “Refletindo a Práxis do Profissional de Educação Física na Rede Municipal de Ensino” | Professores de educação física | 20h |

Fonte: Departamento de eventos da SME

Em relação às disciplinas avaliadas na Prova Brasil, no ano de 2005, apenas os professores de matemática tiveram cursos de formação continuada oferecidos pela SME. Nos anos iniciais, os cursos “Contextualizando o Ensino da Matemática das Séries Iniciais” foram oferecidos, a dois grupos de professores (de 1ª e 2ª séries e de 3ª e 4ª séries), com os mesmos objetivos: “Refletir sobre a prática pedagógica; oferecer subsídios teóricos metodológicos que favoreçam o desempenho e equilíbrio do raciocínio lógico e principalmente seu papel na formação de capacidades intelectuais, na sua aplicação a problemas e situações do mundo real”.

O curso “Aplicação das Tecnologias Educacionais à Matemática”, oferecido aos professores de matemática de 5ª a 8ª série, teve como objetivo “promover estudos sobre Excel e sua aplicabilidade no ensino de matemática de 5ª a 8ª série do ensino fundamental.”

Na tabela 16, que apresenta os cursos presentes na formação continuada descentralizada, podem ser observadas como as necessidades surgidas nas escolas a partir de políticas de inclusão de crianças com deficiência, por exemplo, demandaram a realização de formações específicas, como os cursos de LIBRAS e Braille.

Tabela 16 - Formações descentralizadas de professores da RME - 2005

| Curso | Proponente | Carga Horária |
|--|-----------------------------|----------------------|
| “Curso LIBRAS II” | EBM Anísio Teixeira | 51h |
| “Estudos teóricos e metodológicos em teoria histórico-cultural” | EBM João Gonçalves Pinheiro | 40h |
| “Facilitar a Aprendizagem num trabalho pedagógico refletindo a experiência com oficinas” | EBM Paulo Fontes | 31h |
| “Introdução à grafia Braille” | EBM Anísio Teixeira | 34h |
| “Ler e Escrever: Compromisso da Escola, compromisso de todas as áreas - Língua | EBM Beatriz de Souza Brito | 50h |

| | | |
|---|------------------------------|-----|
| Portuguesa” | | |
| “Letramento” | EBM Osvaldo Machado | 20h |
| “Mãos de vento e olhos para dentro”: experiências sobre o ver | EBM Luiz Candido da Luz | 30h |
| “Projeto de Educação Ambiental – Reciclando idéias” | EBM Brigadeiro Eduardo Gomes | 40h |
| “Repensando e produzindo caminhos para a qualificação da prática” | ED Osvaldo Galupo | 62h |
| “Sexualidade na escola” | ED João Francisco Garcez | 20h |

Fonte: Departamento de eventos da SME

Sobre modificações no ensino e preocupação com a aprendizagem, encontramos formações em quatro escolas: a EBM Paulo Fontes, estudando o trabalho com oficinas; a EBM Osvaldo Machado, com o curso “Letramento”; a ED Osvaldo Galupo, discutindo a melhoria da prática e a EBM “Beatriz de Souza Brito”, com o curso “Ler e Escrever: Compromisso da Escola, compromisso de todas as áreas - Língua Portuguesa”. Este último curso se destaca, principalmente por seus objetivos e justificativas (ANEXO O), onde há vinculação entre a qualidade do ensino e a formação de professores.

Aberto aos professores de toda a rede, com quatro encontros presenciais (dois no primeiro semestre e dois no segundo), e sob orientação de consultoras da Editora Ática, Teresinha Bertin e Regina Célia Santiago, apresentava como objetivos:

- *Possibilitar a reflexão em torno da tarefa de formar leitores e escritores competentes como compromisso da escola, de todas as áreas do conhecimento.*
- *Instrumentalizar os professores para o ensino de estratégias envolvendo o processo de leitura e interpretação de texto.*

- *Oferecer subsídios que instrumentalizem os professores no ensino do processo de elaboração de resumos, sínteses, esquemas e quadros sinópticos.*

5.2.2 A formação continuada em 2006

A formação continuada centralizada ocorrida no ano de 2006 apresenta-se bem diferente do que foi observado no ano anterior. Como pode ser observado na tabela 17, foram oferecidas formações para professores de todas as áreas de conhecimento, assim como houve aumento na carga horária das formações promovidas pelo DEF.

Tabela 17 - Formações centralizadas de professores da RME - 2006

| Curso | Público Alvo | Carga Horária |
|--|--|----------------------|
| “Alfabetização no contexto do letramento na língua portuguesa e matemática” | Professores de 1ª série | 64h |
| “Atendimento educacional especializado no ensino básico” | professores da educação especial | 80h |
| “Braille fácil” | Professores das salas multimeios | 20h |
| “Comunicação Alternativa” | professores da educação especial | 20h |
| “Dança e Formação para o lazer: investigando e construindo conteúdos e metodologias” | professores de Educação física da rede | 50h |
| “Deficiência Física: tipos e cuidados” | professores da educação especial | 12h |
| “Geografia para Professores de 3ª e 4ª séries” | professores de 3ª e 4ª séries | 16h |

| | | |
|---|---|------|
| “Grafia Braille Básico” | professores de alunos cegos | 40h |
| “Grafia Braille básico” | professores de alunos cegos | 40h |
| “O registro histórico e a expressão da cultura no currículo – grupo I” | professores de Artes – Plásticas de 5ª a 8ª séries | 92h |
| “O registro histórico e a expressão da cultura no currículo – grupo II” | professores de Artes – Música de 5ª a 8ª séries | 80h |
| “O registro histórico e a expressão da cultura no currículo – grupo III” | professores de Artes – Cênicas de 5ª a 8ª séries | 88h |
| “Políticas para educação especial” | professores da educação especial | 40h |
| “Qualificação dos Profissionais da Educação – Projeto amigo animal” | professores de ciências de 1ª a 8ª série | 20h |
| “Qualificação dos profissionais da educação: a ciência da corporeidade no currículo” | professores de Educação Física de 1ª a 8ª série | 96h |
| “Qualificação dos profissionais da educação: A Produção com Gêneros Textuais” | professores de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira de 5ª a 8ª séries | 108h |
| “Qualificação dos profissionais da educação: As ciências exatas no currículo” | professores de Matemática de 5ª a 8ª séries | 112h |
| “Qualificação dos profissionais da educação: as ciências humanas no currículo – Grupo I | professores de Geografia de 5ª a 8ª séries | 92h |
| “Qualificação dos profissionais da educação: As Ciências Humanas no | professores de História de 5ª a 8ª séries | 96h |

| | | |
|---|---|------|
| Currículo – Grupo II” | | |
| “Qualificação dos profissionais da educação: as ciências naturais no currículo – Grupo II | professores de Ciências de 5ª a 8ª séries | 108h |
| “Qualificação dos profissionais da educação: as ciências naturais no currículo – Grupo II | professores das séries iniciais | 40h |
| “Qualificação dos profissionais da educação: o currículo transversal” | professores séries iniciais, auxiliares de ensino, professores salas multimeios e diretores de Ensino Fundamental | 108h |

Fonte: Departamento de eventos da SME

Os professores das séries iniciais tiveram, em conjunto, duas formações. O curso “Qualificação dos profissionais da educação: as ciências naturais no currículo – Grupo II”, com 40h de formação e “Qualificação dos profissionais da educação: o currículo transversal”, com 108h. Os dois cursos tinham os mesmos objetivos “promover a reflexão, o estudo, o aprofundamento sobre currículo, a fim de ampliar a visão, constituir um novo olhar e uma nova postura frente à realidade social, rearticulando conceitos, conteúdos, objetivos, valores, competências e habilidades.”. Entre os conteúdos programáticos do curso, encontramos “alfabetização e letramento: compromisso de todas as áreas”, o que evidencia o destaque dado pela SME a essas duas áreas, e a responsabilidade compartilhada com os profissionais de todas as disciplinas.

Os professores da 1ª série tiveram um curso específico para sua série, englobando as duas disciplinas avaliadas pela Prova Brasil: “Alfabetização no contexto do letramento na língua portuguesa e matemática”, com 64h de formação. O objetivo do curso era “refletir sobre a prática na área de língua e matemática, buscando o aprimoramento profissional; reconstruir conceitos e procedimentos matemáticos e lingüísticos”.

Os professores de Língua Portuguesa e Matemática dos anos finais do ensino fundamental tiveram formações específicas, organizadas por disciplina, independente da série em que trabalhavam.

A formação continuada oferecida aos professores de Língua Portuguesa, “Qualificação dos profissionais da educação: A Produção com Gêneros Textuais” e em Matemática, “Qualificação dos profissionais da educação: As ciências exatas no currículo” tinham os mesmos objetivos daqueles que observamos na formação continuada que envolvia os professores dos anos iniciais, “promover a reflexão, o estudo, o aprofundamento sobre currículo, a fim de ampliar a visão, constituir um novo olhar e uma nova postura frente à realidade social, rearticulando conceitos, conteúdos, objetivos, valores, competências e habilidades”. Em relação aos conteúdos programáticos, na formação para professores em Língua Portuguesa, que foi oferecida em conjunto com professores de língua estrangeira, a “produção de gêneros textuais” é o conteúdo mais diretamente relacionado aos conteúdos exigidos pela Prova Brasil.

Na formação para professores de matemática, além dos conteúdos comuns na formação de professores de todas as disciplinas dos anos finais (educação integral: desenvolvendo as múltiplas linguagens humanas; a interdisciplinaridade e a transversalidade; alfabetização e letramento: compromisso de todas as áreas; inclusão e diversidade: reconhecendo e valorizando as diferenças e a cultura; gestão educacional: novos paradigmas na gestão dos ambientes de aprendizagem; sexualidade: o enfrentamento da violência sexual infante-juvenil; ciências da corporeidade: o movimento na construção de identidades), na parte específica, “Ciências exatas: o cálculo e a resolução de problemas”, encontramos a preocupação com o ensino sobre a resolução de problemas, foco da Prova Brasil de matemática.

“Alfabetização e letramento: compromisso de todas as áreas” também fez parte do conteúdo programático das formações continuadas dos professores de todas as outras disciplinas das séries finais do ensino fundamental, com os cursos “Qualificação dos profissionais da educação”.

Na formação descentralizada, assim como no ano anterior, a necessidade de formação em LIBRAS é destacada, representando metade dos cursos oferecidos em 2006. Cursos voltados à discussão da prática e dos currículos das unidades correspondem às demais formações encontradas, mas foi realizado em poucas unidades. Porém,

como pode ser observado na tabela 18, a EBM Beatriz de Souza Brito continuou a oferecer o curso “Ler e Escrever: Compromisso da Escola, compromisso de todas as áreas”, criado no ano anterior, mas em 2006, além de Língua Portuguesa, ofereceu a formação em Matemática, indicando uma preocupação com essas duas disciplinas.

Tabela 18 - Formações descentralizadas de professores da RME - 2006

| Curso | Proponente | Carga Horária |
|--|------------------------------------|----------------------|
| “Aprendendo uma língua diferente – LIBRAS I” | EBM Intendente Aricomedes da Silva | 20h |
| “Aprendendo uma língua diferente – LIBRAS II” | EBM Intendente Aricomedes da Silva | 20h |
| “Aprendendo uma língua diferente – LIBRAS” | EBM Intendente Aricomedes da Silva | 20h |
| “Currículo” | EBM Gentil Mathias da Silva | 20h |
| “Ler e Escrever: Compromisso da Escola, compromisso de todas as áreas - Matemática” | EBM Beatriz de Souza Brito | 50h |
| “Ler e Escrever: Compromisso da Escola, compromisso de todas as áreas - Língua Portuguesa” | EBM Beatriz de Souza Brito | 50h |
| “LIBRAS I” | EBM Dilma Lúcia dos Santos | 20h |
| “LIBRAS IB” | EBM Antonio Paschoal Apóstolo | 50h |
| “Práticas discursivas de um currículo integrado na EBM Luiz Candido da Luz” | EBM Luiz Candido da Luz | 110h |
| “Proposta curricular e oficina de projetos” | EBM Acácio Garibaldi | 20h |

Fonte: Departamento de eventos da SME

5.2.3 A formação continuada em 2007

A formação continuada centralizada, oferecida pelo DEF em 2007, apesar de contemplar os professores de todas as disciplinas ministradas nos anos finais do ensino fundamental, como no ano anterior, apresentou diferenças na formação voltada para professores dos anos iniciais, em função da implantação do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA). O BIA foi discutido nas unidades escolares com a comissão do projeto e comunidade escolar, no ano de 2006 (FLORIANÓPOLIS, 2008), em função da ampliação do número de anos do ensino fundamental (Lei nº 11.274) de oito para nove anos.

Apenas os professores do 1º ano, 2ª série, 3ª série, divididos em quatro grupos, tiveram formação “Implantando o Bloco Inicial de Alfabetização – BIA”, que tinha como objetivos “instrumentalizar, subsidiar, aprofundar conhecimentos em consonância com os documentos do Programa Pró-Letramento- MEC”.

Os professores das 4ªs séries tiveram a formação “O planejamento do professor e a prática pedagógica da sala de aula”, com carga horária de 12h (bem menor que as 64h dos cursos do BIA) e oferecido apenas de agosto a outubro (enquanto os cursos do BIA foram oferecidos ao longo do ano), cujos objetivos consistiam em “promover a reflexão, o estudo, o aprofundamento sobre currículo, a fim de ampliar a visão, constituir um novo olhar e uma nova postura frente à realidade social, rearticulando conceitos, conteúdos, objetivos, valores, competências e habilidades”, ou seja, os mesmos objetivos da formação continuada do ano anterior. Entre os conteúdos programáticos, a preocupação com os conteúdos avaliados pela Prova Brasil aparece no item “leitura e escrita – compromisso de todas as áreas e nos diferentes anos de escolaridade”.

Tabela 19 - Formações centralizadas de professores da RME - 2007

| Curso | Público Alvo | Carga Horária |
|--|-----------------------------|----------------------|
| “A dança no Ensino Fundamental no Contexto curricular e extracurricular” | Professores de dança da RME | 56h |

| | | |
|--|--|-----|
| “Avaliação do ensino fundamental de 9 anos” | Professores do 1º ano, 2ª série e 3ª série | 16h |
| “Contribuições para reorganização das diretrizes curriculares para o ensino de ciências” | Professores de ciências | 76h |
| “Diretrizes Curriculares para o ensino de Geografia na educação Fundamental” | Professores de geografia de 5 a 8as. | 52h |
| “Discutindo a inserção do projeto de esporte na rede” | Professores de educação física da RME | 36h |
| “Educação cognitiva” | Professores do ensino fundamental | 16h |
| “Educação Especial: Serviços e Recursos” | Professores especializados, professores de LIBRAS, intérprete de LIBRAS | 88h |
| “Formação Continuada – História” | Professores de História da RME | 60h |
| “Formação Continuada Educação Física” | Professores de Educação Física | 40h |
| “Formação Continuada em Artes” | Professores de Artes | 80h |
| “Fundamentos Teóricos e Práticos do Ensino de Música na Educação Fundamental” | Professores de todas as áreas do Ensino Fundamental, Educação Infantil e EJA | 58h |
| “Gêneros Textuais nas Línguas Portuguesa e Estrangeira” | Professores de Língua portuguesa e estrangeira | 44h |
| “Implantando o Bloco Inicial de Alfabetização – BIA I” | Professores que atuam nas séries iniciais 1º ano, 2ª série, 3ª série | 64h |
| “Implantando o Bloco Inicial de Alfabetização – BIA II” | Professores que atuam nas séries iniciais 1º ano, 2ª série, 3ª série | 64h |
| “Implantando o Bloco Inicial de Alfabetização – BIA III” | Professores que atuam nas séries iniciais 1º ano, 2ª série, 3ª série | 64h |
| “Implantando o Bloco Inicial de Alfabetização – | Professores que atuam nas séries iniciais 1º ano, 2ª série, 3ª série | 64h |

| | | |
|--|---|-----|
| BIA IV” | | |
| “O planejamento do professor e a prática pedagógica da sala de aula” | Professores de 4ª série | 12h |
| “Refletindo a práxis em Educação Matemática” | Professores e professoras de 5ª a 8ª séries | 44h |

Fonte: Departamento de eventos da SME

Em relação ao ano anterior, a carga horária da formação continuada para professores de língua portuguesa e matemática dos anos finais do ensino fundamental apresenta uma grande queda, passando, em língua portuguesa, de 108h para 44h e, em matemática, de 112h para também 44h.

A formação continuada dos professores de língua portuguesa, assim como no ano anterior, foi oferecida junto com a formação de língua estrangeira, com o curso “Gêneros Textuais nas Línguas Portuguesa e Estrangeira” e com duração de julho a novembro. Teve como objetivos “refletir a prática pedagógica sobre as questões de gênero, sequência didática e currículo”.

Já a formação continuada dos professores de Matemática, “Refletindo a práxis em Educação Matemática”, foi oferecida ao longo do ano de 2007 e tinha como objetivos “subsidiar a ação docente; sistematizar a proposta curricular; produzir subsídios pedagógicos”. A “resolução de problemas”, foco da Prova Brasil, aparece como um dos seus conteúdos programáticos.

De acordo com o diretor do DEF, Pedro Rodrigues da Silva e a Gerente de Articulação Pedagógica, Rosane Immig (FLORIANÓPOLIS, 2008), a formação continuada centralizada dos anos de 2006 e 2007 voltou-se para o “*Movimento de Ressignificação Curricular*”, devido à necessidade de corresponder às demandas da ampliação do Ensino Fundamental, de 8 para 9 anos (Lei 11.274/2006) tendo, como destaque, o redimensionamento da formação, especialmente das séries iniciais, voltada para a alfabetização.

Além disso, os autores destacam que a formação continuada nesses dois anos pautou-se no projeto de qualificação dos profissionais da educação, com a função de discutir e reelaborar os referenciais

curriculares da rede, para aperfeiçoá-los e adequá-los às novas demandas da legislação e metas propostas para o ensino fundamental.

A proposta de formação continuada em língua portuguesa e línguas estrangeiras, para os anos de 2006 e 2007, contemplou discussões sobre uma nova proposta curricular para essas disciplinas. Segundo Pisani, Muza e Furlanetto (2008), os trabalhos com os gêneros textuais, sequência didática e práticas de leitura, foram foco de estudo nos dois anos e teriam prosseguimento, na formação continuada do ano 2008.

Na formação descentralizada, observamos uma diminuição na oferta de cursos, em relação a ano anterior, mas um fato a ser destacado é a possível influência da formação oferecida pela EBM Beatriz de Souza Brito, ou os resultados da Prova Brasil de 2005, divulgados em junho de 2006, pois a EBM João Alfredo Rohr também ofereceu o curso “Ensinar a ler e a escrever: compromisso de todas as áreas”. A EBM “Beatriz de Souza Brito” deu prosseguimento ao curso “Ler e escrever: compromisso da escola, compromisso de todas as áreas”, e, assim como no ano anterior, contemplou as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Tabela 20 - Formações descentralizadas de professores da RME - 2007

| Curso | Proponente | Carga Horária |
|--|------------------------------|----------------------|
| “Aprendendo LIBRAS” | EBM Antonio Paschoal | 50h |
| “Ensinar a ler e a escrever: compromisso de todas as áreas” | EBM João Alfredo Rohr | 40h |
| “Ler e escrever: compromisso da escola, compromisso de todas as áreas – língua portuguesa” | EBM “Beatriz de Souza Brito” | 50h |
| “Ler e escrever: compromisso da escola, compromisso de todas as áreas – matemática” | EBM “Beatriz de Souza Brito” | 50h |

Fonte: Departamento de eventos da SME

5.2.4 A formação continuada em 2008

Como podemos observar na tabela 21, assim como em 2006 e 2007, a formação centralizada no ano de 2008 foi organizada por áreas de conhecimento e oferecida para todas as disciplinas.

Tabela 21 - Formações centralizadas de professores da RME - 2008

| Curso | Público Alvo | Carga Horária |
|---|--|----------------------|
| “A dança no contexto da Educação Complementar” | professores de dança | 32h |
| “Articulação Pedagógica dos espaços educativos do ensino de ciência” | Professores /educadores designados e/ou contratados para a coordenação do projeto educativo laboratório de ciência | 16h |
| “As artes no contexto da educação complementar” | Professores de artes cênicas, plásticas e musicais | 32h |
| “Ciências Naturais: estratégias pedagógicas e organização curricular” | Professores de ciências de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental | 72h |
| “Consolidando a proposta curricular: troca de experiências em matemática” | Professores de matemática | 52h |
| “Discutindo a inserção do projeto esporte na rede” | Professores de educação física | 56h |
| “Formação Continuada – articuladores ambientais” | Professores das escolas municipais | 32h |
| “Formação Continuada – Geografia” | Professores de Geografia da RME | 60h |
| “Formação continuada – História” | Professores de História da RME. | 56h |
| “Formação Continuada de Artes Cênicas” | Professores de cênicas da RME | 36h |
| “Formação continuada de artes visuais” | Professores de artes visuais da RME de Florianópolis | 48h |
| “Formação Continuada em | Professores de Ed. Física da | 120h |

| | | |
|---|---|-----|
| Educação Física” | RME | |
| “Formação em distúrbio do espectro do autismo” | Professores -auxiliares de alunos com deficiência | 20h |
| “intervenção precoce na área visual” | Professores do atendimento educacional especializado | 20h |
| “introdução ao uso de leitores de Tela – DOSVOX” | Professores de sala multimeios que atendem alunos cegos | 12h |
| “Language Functions, Grammar and Tex genres” | Professores de língua estrangeira da RME de Florianópolis | 84h |
| “O apoio pedagógico no contexto da Educação complementar” | Professores dos anos iniciais | 28h |
| “O currículo e as áreas do conhecimento” | Professores de 4ª séries do Ensino Fundamental | 68h |
| “Oficina sobre Poemas e poetas” | Professores de 4ª e 5ª séries da RME que se inscreveram na “olimpíada de língua portuguesa escrevendo o futuro” | 8h |
| “Projetos Extracurriculares: formação continuada em Artes” | Professores de projetos extracurriculares da área de Artes | 64h |
| “Reflexões sobre música e educação” | Professores de artes/música | 24h |
| “Saberes e práticas para a inclusão de alunos com deficiência locomotora e autismo” | Professores -auxiliares de alunos com deficiência | 32h |
| “Saberes e práticas para a inclusão de alunos com deficiência locomotora” | Professores -auxiliares de alunos com deficiência | 16h |
| “Seminário: Avaliação da implementação do ensino fundamental de 9 anos” | Professores e professoras do EF, diretores do EF e EI e convidados | 8h |
| “Sequência didática: a sistematização da língua a partir dos gêneros textuais” | Professores de língua portuguesa da RME de Florianópolis | 68h |
| “Serviços e recursos do | Professores do atendimento | 68h |

| | | |
|---|--|-----|
| atendimento educacional especializado” | educacional especializado | |
| “Soroban” | Professores da salas multimeios que não possuem esta formação | 21h |
| “Tecendo desafios nas práticas pedagógicas nos anos iniciais – BIA” | Professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental – BIA (3 grupos) | 72h |

Fonte: Departamento de eventos da SME

Nos anos iniciais, os cursos do BIA, “Tecendo desafios nas práticas pedagógicas nos anos iniciais”, foram organizados em 3 grupos e oferecidos ao longo do ano, com os objetivos “Estudar, refletir e discutir a prática pedagógica dos anos iniciais do Ensino Fundamental de 9 anos, enfatizando as especificidades da infância numa perspectiva de alfabetizar letrando nas diversas áreas de conhecimento e gêneros textuais.”

Os professores das 4^{as} séries tiveram uma formação específica, “O currículo e as áreas do conhecimento”, oferecida de abril e novembro e tinha como objetivos “promover a reflexão, o estudo, o aprofundamento sobre o currículo do ensino fundamental, nas diversas áreas do conhecimento, a fim de constituir um novo olhar e uma nova postura frente à realidade social, (re) articulando conceitos, conteúdos, objetivos, valores, competências e habilidades, na etapa de transição das séries iniciais e séries finais do Ensino Fundamental.”. Nos conteúdos programáticos dessa formação, destacam-se “níveis de leitura”, ou seja, o estudo sobre os níveis de proficiência em leitura, que fazem parte da Prova Brasil e do Saeb e “Descritores da Prova Floripa 2008”, com a discussão dos critérios da avaliação promovida pela SME.

Nos anos finais, as formações continuadas em língua portuguesa e matemática apresentaram aumento na carga horária, passando de 44 horas para 52h em matemática e, em língua portuguesa, de 44h para 68h, mas ainda bem menores, em comparação com o ano de 2006.

Em 2008, os professores de língua portuguesa passaram a ter sua formação separada das demais, já que em 2006 e 2007 foi oferecida junto com a formação em língua estrangeira. Os professores de língua portuguesa tiveram o curso “Sequência didática: a sistematização da

língua a partir dos gêneros textuais”, com um aprofundamento da formação do ano anterior (Pisani, Muza e Furlanetto, 2008), que tinha como objetivos “Sistematizar o estudo da língua materna a partir dos gêneros textuais/ sequência didática” e foi oferecida ao longo do ano.

Para os professores de matemática, a formação “Consolidando a proposta curricular: troca de experiências em matemática” tinha como objetivos “subsidiar a ação docente; sistematizar a proposta curricular.”. Nos conteúdos programáticos dessa formação, encontramos a primeira menção de que os indicadores educacionais seriam discutidos, no item “análise e discussão dos indicadores 2007”. Além disso, a formação contemplou o “estudo e análise dos conceitos abordados na prova Floripa 2008”, discutindo os conteúdos da avaliação interna.

Outra formação a ser destacada do ano de 2008 é a “Oficina sobre Poemas e poetas”, voltada para professores de 4ª e 5ª séries. Seus objetivos eram “oferecer subsídios aos professores de 4ª e 5ª séries da RME de Florianópolis, inscritos na olimpíada de língua portuguesa, para realizarem, com seus alunos, as oficinas propostas no “Caderno de orientação para a produção de textos: “poetas da escola”.”, ou seja, uma formação específica para preparar os estudantes para a olimpíada de língua portuguesa.

Tabela 22 - Formações descentralizadas de professores da RME – 2008

| Curso | Proponente | Carga Horária |
|--|--------------------------------|----------------------|
| “Aprendendo uma língua diferente: LIBRAS” | EBM Osmar Cunha | 20h |
| “Básico de LIBRAS conversação” | E.B. Antônio Paschoal Apóstolo | 92h |
| “Ler e escrever: compromisso da escola, compromisso de todas as áreas – língua portuguesa” | E.B. Beatriz de Souza Brito | 50h |
| “LIBRAS I” | EBM Dilma Lúcia dos Santos | 20h |
| “Língua Brasileira de Sinais – II” | EBM. João Gonçalves Pinheiro | 30h |
| “Língua brasileira de sinais – III” | EBM João Gonçalves Pinheiro | 20h |
| Curso LIBRAS I | EBM Luiz Candido da Luz | 20h |

| | | |
|---|--------------------------------|-----|
| Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS I | EBM João Gonçalves Pinheiro | 30h |
|---|--------------------------------|-----|

Fonte: Departamento de eventos da SME

Ao observar a tabela 22, que apresenta as formações descentralizadas ocorridas no ano de 2008, fica clara a consolidação da formação “Ler e escrever: compromisso da escola, compromisso de todas as áreas”, oferecida pela EBM “Beatriz de Souza Brito”. Neste ano, só foi oferecida essa formação para a disciplina de língua portuguesa. A EBM “João Alfredo Rohr, que no ano anterior ofereceu formação semelhante, deixa de oferecê-la, enquanto as demais unidades ofereceram formação em LIBRAS.

5.2.5 A formação continuada em 2009

O ano de 2009 marca a reeleição da gestão anterior no município. Assim como a permanência do prefeito e da equipe da SME, dando, assim, continuidade aos projetos da gestão anterior.

Dois modificações relativas à formação continuada de professores da rede devem ser destacadas. Em 2009 foi criado, pela SME, um departamento específico para a formação continuada da rede: a Gerência de Formação Permanente (GEPE), modificando a estrutura organizacional da secretaria (conforme a página 63).

Porém, este estudo verificou que a alteração mais importante na formação continuada de professores se dá com a implantação do Sistema Educacional UniBrasil (SEU), um sistema privado de ensino, cujas apostilas seriam implantadas, no ano seguinte, nos anos iniciais de 13 unidades da rede³². Com a implantação do SEU, a formação continuada dos professores dos anos iniciais foi dividida em duas: para aqueles cujas escolas implementaram o sistema, a formação seria feita pela equipe do Instituto criador do sistema de ensino, e para os professores das demais unidades, formações oferecidas pela SME.

³² Infelizmente, não foi possível constatar qual foi o critério utilizado pela SME na seleção de escolas que adotaram o sistema.

O curso “Formação Continuada sistema UniBrasil”, realizado de junho a novembro, com carga de 40h, teve como objetivos “Conhecer os eixos temáticos e cognitivos das disciplinas; aprofundar ementa das áreas de conhecimento”.

As demais formações para professores dos anos iniciais continuaram, como no ano anterior, divididas em dois grupos: um grupo do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), com professores de 1º, 2º e 3º anos; e o grupo de professores da 4ª série. A formação “Anos iniciais – Consolidando o bloco inicial de alfabetização (BIA)” foi realizada de fevereiro a dezembro, com carga de 48h, com os objetivos de “Promover a qualidade no ensino-aprendizagem em alfabetização para promoção do domínio do sistema alfabético ortográfico e diversificação de conteúdos com foco na alfabetização e letramento.”

Para os professores das 4ª séries, o curso “Anos iniciais – alfabetização em língua portuguesa e matemática – 4ª séries”, realizado entre fevereiro e dezembro e com carga horária de 40h, tinha como objetivos “Promover a qualidade no ensino-aprendizagem em alfabetização para promoção do domínio do sistema alfabético ortográfico e diversificação de conteúdos em matemática com foco na alfabetização e letramento.” Entre os conteúdos programáticos, destaca-se “descritores para instrumentalizar as avaliações nacionais”, o que demonstra que os descritores das avaliações nacionais, ou seja, da Prova Brasil, foram objetos de estudo dos professores das 4ª séries. A formação continuada dos professores dos anos finais do ensino fundamental, assim como no ano anterior, continuou a ser oferecida por disciplinas.

Tabela 23 - Formações centralizadas de professores da RME – 2009

| Curso | Público Alvo | Carga Horária |
|---|---|----------------------|
| “A práxis na estruturação do ensino de teatro” | Professores de teatro da Rede Municipal de Ensino | 52h |
| “Anos iniciais – alfabetização em língua portuguesa e matemática – 4ª séries” | Professores de 4ª séries das escolas da RME | 40h |

| | | |
|---|--|------|
| “Anos iniciais – Consolidando o bloco inicial de alfabetização” | Professores de 1ºano, 2ª e 3ª séries | 48h |
| “Artes Visuais: Discutindo práticas” | Professores de artes visuais | 52h |
| “Atualização Pedagógica” | Professores da RME | 10h |
| “Ciências – formação contínua do ano letivo de 2009” | Professores de Ciências – Ensino Fundamental II | 40h |
| “Formação Continuada – História” | Professores de história da RME | 64h |
| “Formação Continuada – Língua Estrangeira” | Professores de língua estrangeira | 56h |
| “Formação continuada – Língua portuguesa” | Professores de língua portuguesa | 88h |
| “Formação Continuada – Matemática” | Professores de matemática da RME/PMF – Ensino Fundamental – 5ª a 8ª séries | 80h |
| “Formação continuada – Música” | Professores de música da rede | 48h |
| “Formação Continuada em Ed. Física” | Professores da RME | 56h |
| “Formação Continuada sistema UniBrasil” | Professores das séries iniciais, bibliotecária, equipe gestora | 40h |
| “Formação de Geografia” | Professores de geografia | 64h |
| “Gestar II – Língua Portuguesa” | Professores de língua portuguesa e estrangeira | 300h |
| “Oficina de Animação” | Professores de história da RME | 28h |

| | | |
|--|--|------|
| “Programa Gestão da Aprendizagem – Gestar II” | Professores de matemática da SME/RME: ensino fundamental II | 300h |
| “Programas de intervenção – reagrupamentos e apoio pedagógico” | Professores dos projetos das escolas da rede municipal de ensino | 16h |
| “Strategies of learning oral skill” | Professores de língua inglesa | 48h |
| “Subsidiando a prática pedagógica – do planejamento à avaliação” | Professores de matemática da Rede Municipal de Educação | 24h |

Fonte: Departamento de eventos da SME

O programa de formação continuada Gestar II, oferecido em parceria com o MEC/FNDE para os professores de língua portuguesa e matemática das séries finais do ensino fundamental, se destaca pela carga horária elevada em relação às demais formações da rede. Enquanto que as formações de língua portuguesa e matemática, oferecidas pela rede, tiveram carga horária de 80 e 122h, respectivamente, o Gestar II ofereceu formação, para professores das duas disciplinas, com carga horária total de 300h. Porém, segundo a SME (2009), as 300h desse programa de formação são compostas por 80h de formação na modalidade presencial, 40 horas para elaboração e aplicação de projeto educativo e 180h para estudos individuais.

As formações continuadas destinadas aos professores da disciplina de língua portuguesa foram: “Formação continuada – Língua portuguesa”, que tinha como objetivos “proporcionar momentos de estudo; discutir a prática pedagógica; socializar experiências” e, em um dos itens de seu conteúdo programático, “avaliação diagnóstica”, que é a Prova Floripa, o que indica que os professores estudaram sobre a avaliação, seus descritores e resultados na formação continuada. O outro curso destinado aos professores de língua portuguesa, “Gestar II – Língua Portuguesa”, teve como objetivos “Possibilitar ao professor de língua portuguesa e, também, ao de língua estrangeira um trabalho que propicie aos alunos o desenvolvimento de habilidades de compreensão, interpretação e produção dos mais diferentes textos.”

Os professores de matemática tiveram três cursos de formação continuada:

- “Programa Gestão da Aprendizagem – Gestar II”, com os objetivos de “melhoria do processo de ensino-aprendizagem elevando as competências dos professores e de seus alunos e, conseqüentemente, melhorar a capacidade de compreensão e intervenção sobre a realidade sócio-cultural”;
- “Formação continuada – Matemática”, com os objetivos de “desencadear e conduzir um processo de ensino contextualizado, desenvolvendo as capacidades dos professores para o uso do conhecimento matemático, bem como o planejamento e a avaliação de situações didáticas apoiadas nos pressupostos da Ed. Matemática.” e
- “Subsidiando a prática pedagógica – do planejamento à avaliação”, cujos objetivos eram “diagnosticar as principais dificuldades gerais e específicas presentes na prática pedagógica; elaborar o planejamento anual e o trimestral/bimestral; distribuir os principais conteúdos matemáticos nos 4 anos do ensino fundamental 2; **elaborar o banco de questões para a Prova Floripa.**” (grifo nosso)

Como podemos observar na tabela 24, as formações descentralizadas apresentaram semelhanças com as do ano anterior, com a diferença que neste ano foi oferecida também a formação em matemática do curso “Ler e Escrever: Compromisso da Escola, compromisso de todas as áreas”, promovido pela EBM “Beatriz de Souza Brito”. Devido à grande procura, a formação em língua portuguesa desse curso precisou ser oferecido para dois grupos. As demais unidades que ofereceram formação tiveram como foco o curso de LIBRAS.

Tabela 24 - Formações descentralizadas de professores da RME – 2009

| Curso | Proponente | Carga Horária |
|---|--------------------------------|----------------------|
| “Curso de LIBRAS I” | EBM Batista Pereira | 36h |
| “Ler e Escrever: Compromisso da Escola, compromisso de todas as áreas – Língua Portuguesa” (2 grupos) | EBM Beatriz de Souza Brito | 50h |
| “Ler e escrever: compromisso da escola, compromisso de todas as áreas – matemática” | EBM “Beatriz de Souza Brito” | 50h |
| “LIBRAS – Florianópolis e sua gente” | EBM “Anísio Teixeira” | 60h |
| “LIBRAS – iniciante” | EBM Brigadeiro Eduardo Gomes | 24h |
| “LIBRAS I - conhecendo a língua brasileira de sinais” | EBM Intendente Aricomedes | 30h |
| Curso de LIBRAS | ED Osvaldo Galupo | 20h |
| Curso de LIBRAS – Básico I | EBM Acácio Garibaldi São Tiago | 18h |

Fonte: Departamento de eventos da SME

5.2.6 A formação continuada em 2010

O ano de 2010 marca a efetivação da maior mudança na formação continuada de professores no período analisado, com a divisão da formação continuada da rede, a partir da implantação do SEU. Como já foi destacado, professores das séries iniciais das 13 escolas³³ que implantaram o sistema tiveram formação específica com a equipe do

³³ As treze escolas que adotaram o sistema de ensino são as Escolas Básicas Municipais Albertina Madalena Dias, Batista Pereira, Donícia Maria da Costa, Intendente Aricomedes da Silva, João Alfredo Rohr, José Amaro Cordeiro, José do Valle Pereira, Osmar Cunha, Antônio Paschoal Apóstolo (Rio Vermelho) e as Escolas Desdobradas José Jacinto Cardoso, Marcolino José de Lima, Praia do Forte e Jurerê.

instituto criador desse sistema educacional, enquanto que os professores das demais escolas tiveram formação diferente, oferecida pela SME.

Segundo a assessoria da SME³⁴, esse sistema de ensino foi criado para *contribuir com a melhoria do ensino público*. A justificativa utilizada pela secretaria para implantar esse sistema na rede é o de *unificar o sistema de educação da rede*, auxiliando o estudante que precisa trocar de unidade escolar. É importante destacar, nesse caso, que o material didático que passou a ser utilizado pelos estudantes dos anos iniciais nessas escolas é produzido pelo sistema de ensino contratado e distribuído pela secretaria, ou seja, o ensino nos anos iniciais na rede tem material didático e formação continuada diferenciados: escolas com e sem o SEU (e também, com e sem os livros do Programa Nacional do Livro Didático).

Tabela 25 – Formações centralizadas de professores da RME – 2010

| Curso | Público Alvo | Carga Horária |
|--|---|----------------------|
| “A avaliação diagnóstica processual e seus desdobramentos na ação educativa – 1º ano | professores dos anos iniciais do ensino fundamental | 24h |
| “A avaliação diagnóstica processual e seus desdobramentos na ação educativa – 2º ano | professores dos anos iniciais do ensino fundamental | 24h |
| “A avaliação diagnóstica processual e seus desdobramentos na ação educativa – 3º ano | professores dos anos iniciais do ensino fundamental | 24h |
| “A avaliação diagnóstica processual e seus desdobramentos na ação educativa – 4º ano | professores dos anos iniciais do ensino fundamental | 24h |

³⁴ <http://assessoriasme.blogspot.com/2010/02/sistema-educacional-unibrasil-e.html>. Acesso em Dezembro de 2010.

| | | |
|--|--|-----|
| “Atualização em alfabetização matemática” | Professores dos anos iniciais do ensino fundamental; professores de matemática | 15h |
| “Formação continuada de Língua estrangeira” | professores de língua inglesa da RME de Florianópolis | 16h |
| “Formação continuada séries iniciais – Sistema Educacional UNIBRASIL – 1ºano | Professores do 1º ano das séries iniciais, auxiliares de ensino e professores de educação física | 88h |
| “Formação Continuada Séries Iniciais Sistema UNIBRASIL de Educação” – 2º ano | Professores do 2º ano das séries iniciais, auxiliares de ensino e professores de educação física | 88h |
| “Formação Continuada Séries Iniciais Sistema UNIBRASIL de Educação” – 3º ano | Professores do 3º ano das séries iniciais, auxiliares de ensino e professores de educação física | 88h |
| “Formação Continuada Séries Iniciais Sistema UNIBRASIL de Educação” – 4º ano | Professores do 4º ano das séries iniciais, auxiliares de ensino e professores de educação física | 88h |
| “Leitura, escrita e diferentes mídias” | Professores de língua portuguesa e especialistas | 48h |
| “Práticas Geográficas: ler e pensar o mundo, conviver com outro, entender-se e descobrir-se” | Professores de geografia | 28h |
| “Pré- história: arqueologia catarinense e brasileira | Professores de história da RME | 28h |
| Avaliação e planejamento em educação matemática | Professores de matemática dos anos finais do ensino fundamental | 16h |
| Oficina “Aprender e ensinar matemática com o ábaco e material dourado” | Professores dos anos iniciais do ensino fundamental | 20h |
| Oficina “Avaliação da Leitura e da Escrita” | Professores dos anos iniciais do ensino fundamental | 20h |

| | | |
|---|---|-----|
| Oficina “Dificuldades na Aprendizagem” | Professores dos anos iniciais do ensino fundamental | 12h |
| Oficina “Expectativas em alfabetização e linguagem” | Professores dos anos iniciais do ensino fundamental | 12h |
| Oficina “Gêneros textuais e sequências didáticas” | Professores dos anos iniciais do ensino fundamental | 12h |

Fonte: Departamento de eventos da SME

Como podemos observar na tabela 25, além de ser dividida em razão do SEU , a formação de professores dos anos iniciais, foi oferecida, separada por série.

Para os professores dos anos iniciais das escolas que não implementaram o sistema, tivemos as seguintes formações:

- “A avaliação diagnóstica processual e seus desdobramentos na ação educativa”, separada por série e oferecida de abril a junho, com objetivo comum de “reconhecer as práticas avaliativas cotidianas e refletir acerca da necessidade de aliar continuamente aprendizagem, avaliação e planejamento.” Os conteúdos programáticos dessa formação também foram os mesmos, para as 4 séries: “Concepções de aprendizagem e linguagem. Avaliação: habilidades e competências, instrumentos de sondagem no processo de alfabetização e letramento, contemplando os eixos da oralidade, leitura e escrita.”;
- Oficinas “Gêneros textuais e sequências didáticas”; “Expectativas em alfabetização e linguagem”; “Aprender e ensinar matemática com o ábaco e material dourado”; “Dificuldades na Aprendizagem”; “Avaliação da Leitura e da Escrita”: oferecidas de outubro ao final de novembro (ou início de dezembro), com o objetivo comum de “Instrumentalizar os professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com conhecimentos que permitem (re)organizar sua prática pedagógica, visando atender às especificidades de aprendizagem dos alunos no cotidiano escolar.”

Se, no primeiro semestre, as formações tinham como foco a avaliação e seus desdobramentos em sala de aula, no segundo semestre, ou seja, após a divulgação (ocorrida em julho de 2010) dos resultados da Prova Brasil 2009, a SME ofereceu oficinas que sinalizam para possíveis influências dos resultados da avaliação na formação continuada, “visando atender às especificidades de aprendizagem dos alunos no cotidiano escolar.”

Nos dois tipos de formação, fica evidente os efeitos dos resultados das avaliações externas na formação continuada dos professores dos anos iniciais. Primeiro, discutindo o uso da avaliação em sala de aula, ou seja, como utilizar os resultados para reorientar a prática pedagógica e, depois, de posse dos resultados da avaliação nacional, que não apontou melhoras significativas no desempenho dos estudantes da rede (em matemática, o desempenho variou 3,22 em relação à edição anterior; enquanto que, entre 2005 e 2007, a variação foi bem maior, 18,81 pontos; em língua portuguesa, a variação foi de 1,36, bem menor que no período anterior, que foi de 8,61 pontos), a SME ofereceu oficinas que versaram sobre expectativas de aprendizagem, ou seja, o desempenho que era esperado na Prova Brasil, e também sobre dificuldades na aprendizagem, para compreender os resultados apresentados.

Na formação continuada “Formação continuada séries iniciais – Sistema Educacional UNIBRASIL”, direcionada aos professores das escolas que implementaram o SEU, também separada por ano, tinha como objetivos “Conhecer e aprofundar o conhecimento curricular a ser ministrado em sala de aula” e ocorreu ao longo do ano letivo. Além dos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, faziam parte do conteúdo programático: Ciências, História, Geografia, Artes, Oficinas de jogos matemáticos e Palestras sobre temas como aprendizagem e desenvolvimento infantil e neurociência. Não foram encontradas referências às avaliações externas nos registros sobre os cursos de formação continuada desta modalidade.

A formação continuada para os professores de Língua Portuguesa e Matemática dos anos finais do ensino fundamental não apresentou a divisão encontrada na formação dos professores dos anos iniciais, em função do sistema de ensino SEU ter sido implantado apenas na primeira etapa deste nível de ensino.

Os professores de língua portuguesa tiveram como formação continuada direcionada à sua disciplina o curso “Leitura, escrita e diferentes mídias”, realizado entre março e agosto, com carga de 48h. O objetivo do curso era “contribuir para a formação do professor visando à

melhoria do ensino da leitura e escrita”. Entre os conteúdos programáticos, está a “apresentação da olimpíada de língua portuguesa”, ou seja, uma formação específica para ter bons resultados na competição.

Assim como os professores de língua portuguesa, os professores de matemática também não tiveram formação continuada ao longo todo o ano letivo, como ocorreu nos anos anteriores. Neste ano, a formação ficou concentrada apenas entre os meses de junho e agosto, com os cursos “Atualização em alfabetização matemática”, cujos objetivos eram “Oferecer suporte à ação pedagógica dos professores no processo ensino-aprendizagem de matemática; propor situações que incentivem a reflexão e a construção do conhecimento como processo contínuo de formação docente”, com duração de 15h, sendo 9h presenciais e 6h à distância e o curso “Avaliação e planejamento em educação matemática”, com duração de 16h e que tinha como objetivos “Compreender o que é conhecimento e como os estudantes o constroem, conhecer diversas tendências filosóficas no campo da epistemologia; conhecer, construir e aplicar sequências didáticas com o objetivo de desenvolver competências”.

Em comparação com a formação continuada oferecida nos anos anteriores, podemos observar que, em 2010, a SME demonstrou uma maior preocupação com a formação continuada dos professores dos anos iniciais, que tiveram cursos nos dois semestres, enquanto os professores de língua portuguesa e matemática dos anos finais tiveram pouca formação e com baixa carga horária. Ao contrário do que aconteceu nos anos iniciais, após a divulgação dos resultados da Prova Brasil de 2009, não foram oferecidos cursos ou oficinas direcionados aos professores dos anos finais (mesmo com a variação da média da rede ter diminuído em relação ao período anterior, em matemática e, ter crescimento de 0,9 em língua portuguesa).

Tabela 26 – Formações descentralizadas de professores da RME – 2010

| Curso | Proponente | Carga Horária |
|--|------------------------------------|----------------------|
| “Ler e escrever: compromisso da escola, compromisso de todas as áreas: língua portuguesa” (anos finais) | EBM Beatriz de Souza Brito | 50h |
| “Ler e escrever: compromisso da escola, compromisso de todas as áreas: matemática” (anos finais) | EBM Beatriz de Souza Brito | 50h |
| “Ler e escrever: compromisso da escola, compromisso de todas as áreas: língua portuguesa” (<i>anos iniciais</i>) | EBM Beatriz de Souza Brito | 50h |
| LIBRAS: que língua é essa? | EBM Intendente Aricomedes da Silva | 20h |

Fonte: Departamento de eventos da SME

As formações promovidas pelas unidades escolares tiveram uma diminuição em relação aos anos anteriores, sendo oferecidas apenas por duas escolas. Um curso de LIBRAS, ofertado pela EBM “Intendente Aricomedes da Silva”, que já oferecia essa formação nos anos anteriores e as formações oferecidas pela EBM “Beatriz de Souza Brito”, com o desdobramento do curso de língua portuguesa em anos iniciais e anos finais.

Ao longo do período, foi possível observar que houve uma maior valorização dos conhecimentos avaliados na Prova Brasil, o que confirma a vinculação, observada nos documentos, da formação continuada de professores com a melhoria dos indicadores de desempenho dos estudantes. Porém, é importante destacar que, as modificações foram mais evidentes a partir da criação do Ideb, em 2007 e em 2009, com a assinatura do Termo de Compromisso do (PAR), com pressão, por parte do MEC, para o cumprimento das metas do Ideb.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos neste estudo que, atualmente, a formação continuada de professores aparece nos discursos da mídia, dos políticos e também em pesquisas (como destacado por André, 2010), como a solução para resolver muitos dos problemas da educação brasileira. Se os indicadores educacionais estão ruins, se os alunos apresentam baixo desempenho nas avaliações externas, a formação do professor tem aparecido como uma das principais causas deste quadro.

O Ministério da Educação e secretarias de educação de estados e municípios de todo o país têm realizado maiores e frequentes investimentos na formação continuada de professores, assim como diversos estudos estão sendo feitos e divulgados a cada dia, demonstrando a importância do objeto desta análise. O reconhecimento da necessidade de formação continuada de professores não deixa de ser uma forma de admitir e tentar sanar as deficiências da formação inicial, como discutida por Gatti e Nunes (conforme a página 52), além de contemplar novas demandas.

Ao analisar os efeitos da Prova Brasil na formação continuada de professores da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, notamos que, nos documentos produzidos, entre 2005 e 2010, pela Secretaria Municipal de Educação (SME), foi frequente a vinculação entre os indicadores avaliativos e formação continuada. Isso fica evidente também quando foram analisadas as 26 metas estipuladas pela SME para o período 2005-2008 (conforme a página 86), nas quais a formação continuada de professores apareceu como uma das ações a serem desenvolvidas em todas as metas relacionadas à melhoria dos indicadores educacionais e novas políticas a serem implantadas (correspondendo a 38% do total das metas). Ao verificar que as demais metas (62%) eram relacionadas a questões administrativas da secretaria, percebemos a importância e a forte associação feita entre a formação continuada e os indicadores educacionais, destacado também na intenção da secretaria em utilizar os resultados da Prova Floripa nos cursos de formação continuada dos professores.

Ao analisar os registros da formação continuada de professores da rede, no período de 2005 a 2010, foi possível verificar que a composição dos grupos de formação continuada não foi pautada a partir

do desempenho das escolas, ou seja, não foram oferecidas formações específicas para professores das escolas com baixo desempenho na avaliação. Porém, os temas, objetivos e conteúdos programáticos apontaram para uma maior valorização, ao longo do período, dos conhecimentos avaliados na Prova Brasil, o que confirma as pretensões da secretaria, verificadas nos documentos, de se investir na formação continuada para promover melhorias no ensino e nos indicadores de desempenho dos estudantes. Essa questão não é negativa, se a preocupação, realmente, for promover melhorias no aprendizado dos estudantes e não apenas melhorar os resultados na avaliação.

Na formação ocorrida no ano de 2010, ficou mais evidente a preocupação com a avaliação nos cursos de formação continuada, oferecidos pela SME, aos professores dos anos iniciais. No primeiro semestre, esses professores tiveram formações cujos temas eram sobre a “avaliação diagnóstica e seus desdobramentos na ação educativa”, ou seja, como utilizar os resultados da Prova Floripa no planejamento do professor. Ao contrário das formações de anos anteriores, que ocorreram ao longo de cada ano, após a divulgação, no mês de julho, dos resultados da edição de 2009 da Prova Brasil, foram oferecidas oficinas, cujos temas remetem aos conteúdos da avaliação, o que pode ser um indicativo do efeito dos resultados (houve uma variação pequena, 1,36 em Língua Portuguesa e 3,22 em Matemática, nos anos iniciais) e sua utilização na formação continuada.

Esta modificação na formação continuada de 2010 pode estar relacionada com a assinatura do Plano de Ações Articuladas (PAR), realizada em outubro de 2009, ocasião em que o prefeito se comprometeu com o MEC a elevar o Ideb de sua rede de ensino. Porém, não foi apenas a SME que modificou suas ações em 2009 e 2010. Nesse período, o MEC enviou guias para os professores de Língua Portuguesa (BRASIL, 2009a) e Matemática (BRASIL, 2009b), com orientações de como utilizar os resultados da avaliação em sua prática. Além dos guias, foi enviado o documento “PDE-escola (BRASIL, 2008)”, intensificando a divulgação da Prova Brasil e o uso de seus resultados em sala de aula, o que mostra como a melhoria dos indicadores educacionais é uma meta do governo federal que chegou, com pressão, às secretarias de educação, escolas e professores de todo o país. É desejo do MEC, e está previsto no plano de metas a serem alcançadas até 2022, que o Ideb nacional seja de 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental e 5,5 nos anos finais.

Além disso, destaca-se entre os temas abordados nos cursos de formação de professores na rede a “discussão dos descritores da Prova Floripa”, avaliação criada pela rede em 2007. Ao abordar na formação

os resultados da avaliação e a discussão dos descritores (os critérios da avaliação) fortalece e demonstra como os resultados das avaliações, a partir da Prova Brasil, ganharam importância nos cursos de formação continuada.

Na formação descentralizada, promovido pelas escolas da rede, foi possível constatar como a implicação da avaliação foi mais evidente na EBM “Beatriz de Souza Brito”, que implantou uma formação que contempla o estudo das duas disciplinas avaliadas pela Prova Brasil (enquanto as demais escolas da rede promoveram, em sua maioria, cursos não relacionados aos conteúdos da avaliação). Essa unidade escolar, que apresentava baixo desempenho em 2005, apresentou uma grande melhoria nos resultados da avaliação entre 2005 e 2007, mas em 2009, apesar da continuidade da formação, os resultados apresentaram piora, o que confirma a afirmação de Casassus (2009), de que é comum, apesar das modificações, os resultados das avaliações variarem negativamente e, sem uma profunda análise e transformação do sistema (e não com pressão sobre escolas e professores), isso continuará a ocorrer.

Durante a pesquisa foram confirmados diversos destaques feitos pelos autores, como Freitas (2007), sobre os prováveis efeitos da implantação de metas do Ideb e, com isso, das metas para melhoria dos resultados da Prova Brasil, nas redes de ensino. O autor destacou que, em busca da melhoria desse indicador, as prefeituras contratariam sistemas privados de ensino, como constatamos com o SEU na RME de Florianópolis, mas que também é prática corrente em municípios de todo o país.

Com isso, foi possível verificar que, em nome da melhoria dos índices, a própria avaliação vem, gradualmente, perdendo sua principal característica, que é o de servir como diagnóstico da situação do ensino. Ao constatar que o próprio MEC disponibilizou, em sua página eletrônica, um simulado para a próxima edição da Prova Brasil, que será realizada no final do corrente ano, fica evidente que essa avaliação, criada para que as secretarias e escolas pudessem ter um diagnóstico do aprendizado de seus estudantes (o que não acontecia na amostra do Saeb, em que os resultados saíam apenas por unidades federativa, região e média nacional), deixa de ter essa função de diagnóstico e passa a ser instrumento de pressão, já que há a possibilidade de treinar para a avaliação. Se os resultados da Prova Brasil, que são parte fundamental do cálculo do Ideb, podem ser melhorados via treino para a prova, torna-

se complicado afirmar que esse é um indicador da qualidade da educação do país (como amplamente divulgado pela mídia).

Como podemos verificar neste estudo, a melhoria nos indicadores educacionais, principalmente dos resultados das avaliações como a Prova Brasil e, principalmente, a melhoria da educação pública do país, não dependem apenas de investimentos na formação dos professores. Mesmo com um corpo docente que apresenta quase 100% de formação em nível superior (sendo que 75% dos professores de língua portuguesa e matemática da RME e 55% dos anos iniciais são formados por universidades públicas), sem boas condições de trabalho (como salas superlotadas, por exemplo), remuneração adequada para que os professores tenham dedicação exclusiva nas escolas e, principalmente, sem considerar todos os outros fatores que interferem no aprendizado dos alunos (inclusive as características dos sistemas de ensino), essa tarefa não é possível, ficando apenas no cômodo discurso que está posto, da responsabilização dos professores e de sua formação pela situação da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas avaliativas e accountability em educação: subsídios para um debate Iberoamericano. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n.09, p. 7-70, 2009.

ALBERNAZ, Ângela; FERREIRA, Francisco H.G; FRANCO, Creso. Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro. **Pesquisa e planejamento econômico**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 453 – 476, 2002.

ANDRÉ, Marli. A pesquisa sobre formação de professores: contribuições à delimitação do campo In: DALBEN, A.I.L.F (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 273-287, 2010 (Coleção Didática e Prática de Ensino).

_____. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990 e 2000. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**. Belo Horizonte, vol. 01, n. 01, p. 41-556, ago/dez 2009.

ARAÚJO, Carlos Henrique; LUZIO, Nildo Wilson. **Avaliação da educação básica**: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

BAUER, Adriana. Avaliação discente e formação de professores: caminhos e descaminhos da política educacional paulista entre 1996 e 2006. In: **33ª Reunião Anual da ANPED, 2010, Caxambú**. Educação no Brasil: o balanço de uma década. Rio de Janeiro: ANPED, 2010, p. 1-17.

_____. Uso dos resultados do SARESP e formação dos professores: a visão dos níveis centrais. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v.19, n.41, p.483– 498, set./dez. 2008.

_____. **Usos dos resultados do SARESP**: o papel da avaliação nas políticas de formação docente. 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2006.

BAZZO, Vera Lúcia. As conseqüências do processo de reestruturação do estado brasileiro sobre a formação dos professores da educação básica: algumas reflexões. In: PERONI, V.M.V.; BAZZO, V.L.; PEGORARO, L. (Orgs.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 25-47

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Língua portuguesa**: orientações para o professor, Saeb/Prova Brasil, 4ª série/5º ano, ensino fundamental. Brasília: INEP, 2009a. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/downloads/saeb_lingua-portuguesa.pdf. Acesso em 15 de agosto de 2010.

_____. **Matemática**: orientações para o professor, Saeb/Prova Brasil, 4ª série/5º ano, ensino fundamental. Brasília: INEP, 2009b. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/downloads/saeb_matematica.pdf. Acesso em 15 de agosto de 2010.

_____. **Prova Brasil**: avaliação do rendimento escolar. Disponível em <http://sistemasprovabrasil2.inep.gov.br/ProvaBrasilResultados/home.sea> m. Acesso em 10 de agosto de 2011.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/planilhas-para-download>. Acesso em 20 de julho de 2010.

_____. **Prova Brasil e Saeb**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/prova-brasil-e-saeb/apresentacao-professor>. Acesso em 15 de outubro de 2010.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Resultados e metas**. Disponível em:

<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>. Acesso em 20 de julho de 2010.

_____. **Microdados**. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/microdados/micro_censo_escolar2009.zip. Acesso em 04 de novembro de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SEB, Inep, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saeb_matriz.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação - PNE - Ministério da Educação**. Brasília : Inep, 2001.

_____. **Projeto de lei**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/pne_15_12_2010.doc. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

_____. **Relatório público do município de Florianópolis do estado do SC**. Disponível em: http://simec.mec.gov.br/cte/relatorio_publico/principal.php?system=indicador&ordem=7&inuid=80&itrid=2&est=Santa%20Catarina&mun=Florianopolis&municod=4205407&estuf=SC. Acesso em 24 de março de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pró-Letramento. Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental**: Guia Geral. Brasília : MEC, 2007.

BROOKE, Nigel. **A avaliação externa como instrumento de gestão: novas metodologias, velhas dúvidas**. Trabalho apresentado no III Seminário de Educação Brasileira, Campinas, 2 mar. 2011. Disponível em: www.cedes.unicamp.br/seminario3/nigel_pelha. Acesso em 07 de maio de 2011.

_____. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 377-401, 2006.

CARDOSO, Alcilea. Medeiros. **O ideário gerencial no trabalho do diretor escolar: concepções, contradições e resistência**. 2008. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CASASSUS, Juan. Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada: a perda de qualidade e a segmentação social. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n.52, pp 71-78, 2009.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009.

COTTA, Tereza. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do sistema nacional de avaliação da educação básica (SAEB). **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 52, n. 4, p. 89-111, 2001.

DINIZ- PEREIRA, Júlio Emílio. Formação continuada de professores. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. CDROM

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. O Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-541, dez. 2007.

FARIA, Carlos Alberto Pimenta.; FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. As políticas dos sistemas de avaliação da educação básica do Chile e do Brasil. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, v. 1, p. 327-367.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_

sao_as_metas/Artigo_projecoes.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2010.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Assessoria de Comunicação. **Sistema Educacional UniBrasil é implantado na rede municipal**. Florianópolis, 26 fev. 2010. Disponível em: <http://assessoriasme.blogspot.com/2010/02/sistema-educacional-unibrasil-e.html>. Acesso em 15 de outubro de 2010.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Educação Fundamental. **Proposta Curricular / Prefeitura Municipal de Florianópolis**. Florianópolis, 2008. Disponível em: https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=explorer&chrome=true&srcid=0B9ophOXhQ0v8N2RkMDRIZGEtNmQzYi00ZjQzLWI3MmQtOTUyYWWRlMmVkMzJl&hl=pt_BR&pli=1. Acesso em 5 de setembro de 2010.

_____. **Plano Municipal de Educação de Florianópolis**.

Florianópolis, 2010. Disponível em:

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/17_12_2010_7.59.07.8290f2b42afcefc446de3761c17366e1.pdf. Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

_____. **Portaria nº 62**, de 10 de agosto de 2005. Resolve normatizar a expedição e registro de certificados dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Unidades Educativas da Rede Municipal de Ensino e Entidades Conveniadas. Disponível em:

http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03_11_2009_11.44.17.8def32aeaf3997452a974188146d4eff.PDF. Acesso em 15 de abril de 2011.

_____. **Relatório de gestão 2009**. Florianópolis, 2010. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/08_02_2010_15.00.05.a3f9870919e0ecf9bbfac446b49f60dc.pdf. Acesso em 15 de abril de 2011.

_____. **Reunião assessores SME 2010**: plano de desenvolvimento da educação – PDE. Disponível em:

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/17_12_2010_7.51.30.e0b555aeeab3d369d2f29b6ebff3fe69.pdf. Acesso em 15 de abril de 2011.

_____. **Tiro de meta – Segundo tempo**. Relatório da Secretaria Municipal de Educação - 2005/2008. SME/PMF, 2007. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/educa/docs/relatorio_sme.pdf. Acesso em março de 2009.

FORNAZARI, Gláucia. **Formação de professores em serviço ou controle?** Problematização a partir da bibliografia dos Projetos Especiais de Ação (PEA) desenvolvidos entre 1993 e 2007 numa escola de ensino fundamental da rede educacional da cidade de São Paulo. 2009. 252f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

FRANCO, Ana Maria de Paiva. **Os determinantes da qualidade da educação no Brasil**. 2008. 149f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FRANCO, Creso ; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n.100, p. 989-1014, out. 2007.

_____.; ALVES, Maria Tereza Gonzaga. A Pesquisa em eficácia escolar no Brasil: evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar. In: BROOKE, N.; SOARES, J. F. (Orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetória**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 482-500.

_____.; BONAMINO, Alicia. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do Saeb. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 108, p. 101-132. nov. 1999.

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade de ensino. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.. 28, n. 100, p. 965-987, out. 2007.

FUNDAÇÃO BRADESCO. **Conheça as regiões, municípios e unidades escolares atendidos pelo projeto Educa + Ação**. Disponível

em:

<http://educamaisacao.fb.org.br/LOCALIDADES/Paginas/default.aspx>.

Acesso em: 13 de março de 2011.

GATTI, Bernadete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, abr. 2008.

_____. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, dez. 2010.

_____; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. A formação continuada em questão. In: GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. (Org.). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

_____.; NUNES, Marina M. R. (Org.). Formação de professores para o Ensino Fundamental: estudo de currículos de licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas. **Textos FCC**, São Paulo, v. 29, 155p., 2009.

GREMAUD, Amaury Patrick.; FELÍCIO, Fabiana; BIONDI, Roberta Loboda. **Indicador de efeito escola: uma metodologia para a identificação dos sucessos escolares a partir dos dados da Prova Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

HORTA NETO, João Luiz. Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 227, p. 84-104, jan./abr. 2010.

LIMA, Jucimara Bengert. **Formação continuada e desempenho estudantil: o caso de Araucária – Paraná**. 2010. 134f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MELLO E SOUZA, Alberto de. Determinantes da aprendizagem em escolas municipais. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v.13, n. 49, p. 413-434, out./dez. 2005.

OCDE. **Avaliações de Políticas Nacionais de Educação**. Estado de Santa Catarina, Brasil, 2010. (Reviews of National Policies for Education). Disponível em: www.sourceoecd.org/education/9789264091337. Acesso em 10 de março de 2011.

PLANEJAMENTO estratégico da Gepe: missão, visão, diretrizes, áreas e ações estratégicas para Curso, Estágio, Pesquisa, Extensão e EaD. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2010, p.26.

PPGE-UFSC. **Busca por teses e dissertações**. Disponível em: http://www.ppgeufsc.com.br/busca_tese_di.php

RIBEIRO, Denise da Silva. **Sistema de avaliação do rendimento escolar do Estado de São Paulo (SARESP)**: a educação a serviço do capitalismo. 2008. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RINALDI, Mayara. **Projeto de municipalização das escolas em Santa Catarina é retirado da pauta da Assembléia**. Diário Catarinense, Florianópolis, 19 jul. 2010. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Geral&newsID=a2976405.htm>. Acesso em 10 de março de 2011.

SANTA CATARINA (Estado). **Luiz Henrique inicia municipalização do Ensino Fundamental**. Florianópolis, 14 mar. 2003. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/webimprensa/arquivo/noticias/marco/14/ensino1.htm>. Acesso em 10 de março de 2011.

SILVA, Pedro Rodrigues da. Entrevista concedida a Santiago Siqueira. Florianópolis, 09 de dezembro de 2009. Disponível em: http://santiago.pro.br/professores/entrevistas/pedro_rodrigues.pdf. Acesso em 05 de junho de 2010.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian de. Avaliação e carreira do magistério: premiar o mérito? **Retratos da Escola**. Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 81-92, jan./dez. 2008.

_____. Avaliação: da pedagogia da repetência à pedagogia da concorrência? In: DALBEN, A.I.L.F (Org.). **Convergências e tensões**

no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, p. 104-127, 2010 (Coleção Didática e prática de ensino)

UNIÃO Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). **Joçaba sedia encontro da Undime/SC.** Florianópolis, 13 abr. 2010. Disponível em <http://www.undime-sc.org.br/lendo.php?id=513&pagina=6>. Acesso em 25 de julho de 2010.

VIANNA, Heraldo Marelim. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 28, p. 93-104, jul/dez 2003.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Sistema municipal de ensino: contexto do sistema de avaliação da educação básica. In: **31ª Reunião anual da ANPED, 2008, Caxambu.** Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT05-4716--Int.pdf>. Acesso em 20 de março de 2009.

APÊNDICE A – Comparativo entre os resultados das escolas da rede na Prova Brasil de Matemática – 4ª série

| Escola | Matemática | | | | | |
|------------|---------------|---------------|--------------|---------------|--------------|----------------|
| | 2005 | 2007 | 2005-2007 | 2009 | 2007-2009 | variação total |
| RME | 182,6 | 201,4 | 18,8 | 204,62 | 3,22 | 22,02 |
| 1 | - | 199,90 | - | - | - | - |
| 2 | - | - | - | 221,64 | - | - |
| 3 | - | - | - | 200,72 | - | - |
| 4 | - | - | - | 196,95 | - | - |
| 5 | - | - | - | 200,12 | - | - |
| 6 | - | - | - | 182,73 | - | - |
| 7 | 180,3 | 196,64 | 16,34 | 229,15 | 32,51 | 48,85 |
| 8 | - | 159,01 | - | 183,04 | 24,03 | 24,03 |
| 9 | 202,74 | 208,61 | 5,87 | 224,48 | 15,87 | 21,74 |
| 10 | 183,26 | 198,74 | 15,48 | 214,11 | 15,37 | 30,85 |
| 11 | - | 185,01 | - | 194,35 | 9,34 | 9,34 |
| 12 | 193,05 | 199,83 | 6,78 | 208,05 | 8,22 | 15 |
| 13 | - | 215,95 | - | 224,04 | 8,09 | 8,09 |
| 14 | - | 199,76 | - | 206,72 | 6,96 | 6,96 |
| 15 | 182,7 | 206,66 | 23,96 | 213,08 | 6,42 | 30,38 |
| 16 | - | 206,75 | - | 211,17 | 4,42 | 4,42 |

| | | | | | | |
|----|--------|--------|-------|--------|--------|--------|
| 17 | 172,89 | 185,75 | 12,86 | 189,82 | 4,07 | 16,93 |
| 18 | - | 192,57 | - | 195,75 | 3,18 | 3,18 |
| 19 | 181,82 | 200,68 | 18,86 | 203,1 | 2,42 | 21,28 |
| 20 | - | 195,82 | - | 197,77 | 1,95 | 1,95 |
| 21 | 208,02 | 216,47 | 8,45 | 217,51 | 1,04 | 9,49 |
| 22 | 199,07 | 211,19 | 12,12 | 211,96 | 0,77 | 12,89 |
| 23 | 169,89 | 197,27 | 27,38 | 197,85 | 0,58 | 27,96 |
| 24 | 193,95 | 199,99 | 6,04 | 199,5 | -0,49 | 5,55 |
| 25 | - | 201,70 | - | 200,68 | -1,02 | -1,02 |
| 26 | 192,41 | 200,48 | 8,07 | 199,14 | -1,34 | 6,73 |
| 27 | 178,01 | 198,79 | 20,78 | 197,38 | -1,41 | 19,37 |
| 28 | 177,91 | 185,3 | 7,39 | 179,91 | -5,39 | 2 |
| 29 | - | 237,08 | - | 230,83 | -6,25 | -6,25 |
| 30 | 182,01 | 208,47 | 26,46 | 200,92 | -7,55 | 18,91 |
| 31 | 187,49 | 203,23 | 15,74 | 194,42 | -8,81 | 6,93 |
| 32 | 158,57 | 217,8 | 59,23 | 208,29 | -9,51 | 49,72 |
| 33 | 159,57 | 187,23 | 27,66 | 177,11 | -10,12 | 17,54 |
| 34 | - | 206,69 | - | 178,15 | -28,54 | -28,54 |

Os valores destacados na tabela são inferiores aos apresentados pela média da rede

APÊNDICE B – Comparativo entre os resultados das escolas da rede na Prova Brasil de Língua Portuguesa – 4ª série

| Escola | Língua Portuguesa | | | | | |
|------------|-------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|----------------|
| | 2005 | 2007 | 2005-2007 | 2009 | 2007-2009 | variação total |
| RME | 175,4 | 183,99 | 8,59 | 185,35 | 1,36 | 9,95 |
| 1 | - | - | - | 206,61 | - | - |
| 2 | - | - | - | 189,94 | - | - |
| 3 | - | - | - | 189,25 | - | - |
| 4 | - | - | - | 179,73 | - | - |
| 5 | - | - | - | 164,98 | - | - |
| 6 | - | 185,04 | - | - | - | - |
| 7 | 170,51 | 164,46 | -6,05 | 177,49 | 13,03 | 6,98 |
| 8 | 169,16 | 183,19 | 14,03 | 193,95 | 10,76 | 24,79 |
| 9 | - | 177,66 | - | 188,27 | 10,61 | 10,61 |
| 10 | - | 172,12 | - | 180,07 | 7,95 | 7,95 |
| 11 | - | 183,20 | - | 190,66 | 7,46 | 7,46 |
| 12 | 189,99 | 179,64 | -10,35 | 185,85 | 6,21 | -4,14 |
| 13 | 180,58 | 184,42 | 3,84 | 190,14 | 5,72 | 9,56 |
| 14 | 193,22 | 193,6 | 0,38 | 198,61 | 5,01 | 5,39 |
| 15 | 150,99 | 166,62 | 15,63 | 170,9 | 4,28 | 19,91 |
| 16 | - | 149,78 | - | 153,38 | 3,60 | 3,60 |

| | | | | | | |
|----|--------|--------|-------|--------|--------|--------|
| 17 | 178,82 | 178,3 | -0,52 | 181,79 | 3,49 | 2,97 |
| 18 | 177,26 | 185,51 | 8,25 | 188,72 | 3,21 | 11,46 |
| 19 | 162,9 | 158,79 | -4,11 | 161,91 | 3,12 | -0,99 |
| 20 | 182,19 | 194,89 | 12,7 | 197,94 | 3,05 | 15,75 |
| 21 | 210,03 | 194,03 | -16 | 197,06 | 3,03 | -12,97 |
| 22 | 177,52 | 182,6 | 5,08 | 183,59 | 0,99 | 6,07 |
| 23 | - | 176,62 | - | 177,18 | 0,56 | 0,56 |
| 24 | 172,28 | 194,84 | 22,56 | 193,22 | -1,62 | 20,94 |
| 25 | - | 179,72 | - | 177,68 | -2,04 | -2,04 |
| 26 | - | 201,02 | - | 197,92 | -3,10 | -3,10 |
| 27 | 160,91 | 186,48 | 25,57 | 182,96 | -3,52 | 22,05 |
| 28 | 153,72 | 186,31 | 32,59 | 182,28 | -4,03 | 28,56 |
| 29 | 186,87 | 184,61 | -2,26 | 180,52 | -4,09 | -6,35 |
| 30 | - | 212,93 | - | 207,03 | -5,90 | -5,90 |
| 31 | - | 188,23 | - | 179,10 | -9,13 | -9,13 |
| 32 | 178,49 | 184,44 | 5,95 | 174,79 | -9,65 | -3,7 |
| 33 | 181,6 | 196,29 | 14,69 | 182,1 | -14,19 | 0,5 |
| 34 | - | 181,58 | - | 164,18 | -17,40 | -17,40 |

Os valores destacados na tabela são inferiores aos apresentados pela média da rede

APÊNDICE C – Comparativo entre os resultados das escolas da rede na Prova Brasil de Matemática – 8ª série

| Escola | Matemática | | | | | |
|------------|------------|--------|-----------|--------|-----------|----------------|
| | 2005 | 2007 | 2005-2007 | 2009 | 2007-2009 | variação total |
| RME | 249,2 | 253,87 | 4,67 | 257,92 | 4,05 | 8,72 |
| 1 | - | - | - | 234,45 | - | - |
| 2 | 256,4 | 249,45 | -6,95 | 279,36 | 29,91 | 22,96 |
| 3 | 248,36 | 247,7 | -0,66 | 270,62 | 22,92 | 22,26 |
| 4 | 259,45 | 265,85 | 6,4 | 288,74 | 22,89 | 29,29 |
| 5 | - | 240,83 | - | 263,34 | 22,51 | 22,51 |
| 6 | 231,99 | 246,53 | 14,54 | 268,48 | 21,95 | 36,49 |
| 7 | 224,42 | 246,15 | 21,73 | 267,33 | 21,18 | 42,91 |
| 8 | 260,28 | 243,03 | -17,25 | 260,96 | 17,93 | 0,68 |
| 9 | 246,33 | 229,75 | -16,58 | 247,26 | 17,51 | 0,93 |
| 10 | 241,24 | 250,1 | 8,86 | 266 | 15,9 | 24,76 |
| 11 | 241,16 | 233,96 | -7,2 | 249,32 | 15,36 | 8,16 |
| 12 | 267,1 | 269,61 | 2,51 | 282,3 | 12,69 | 15,2 |
| 13 | 249,34 | 239,87 | -9,47 | 244,55 | 4,68 | -4,79 |
| 14 | 236,18 | 254,47 | 18,29 | 257,23 | 2,76 | 21,05 |
| 15 | 261,25 | 258,68 | -2,57 | 259,14 | 0,46 | -2,11 |
| 16 | 246,17 | 255,99 | 9,82 | 254,56 | -1,43 | 8,39 |

| | | | | | | |
|----|--------|--------|-------|--------|--------|--------|
| 17 | 237,61 | 237 | -0,61 | 233,07 | -3,93 | -4,54 |
| 18 | 249,74 | 263,14 | 13,4 | 253,55 | -9,59 | 3,81 |
| 19 | 245,11 | 244,48 | -0,63 | 233,51 | -10,97 | -11,6 |
| 20 | 263,32 | 260,44 | -2,88 | 245,74 | -14,7 | -17,58 |
| 21 | 220,1 | 267,17 | 47,07 | 251,13 | -16,04 | 31,03 |
| 22 | 258,74 | 260,73 | 1,99 | 241,42 | -19,31 | -17,32 |
| 23 | 246,83 | 282,92 | 36,09 | 262,98 | -19,94 | 16,15 |
| 24 | 243,46 | 270,12 | 26,66 | 249,04 | -21,08 | 5,58 |

Os valores destacados na tabela são inferiores aos apresentados pela média da rede

APÊNDICE D – Comparativo entre os resultados das escolas da rede na Prova Brasil de Língua Portuguesa -8ªsérie

| Escola | Língua Portuguesa | | | | | |
|------------|-------------------|--------|-----------|--------|-----------|----------------|
| | 2005 | 2007 | 2005-2007 | 2009 | 2007-2009 | variação total |
| RME | 231,6 | 239,64 | 8,04 | 248,58 | 8,94 | 16,98 |
| 1 | - | - | - | 230,48 | - | - |
| 2 | - | 229,12 | - | 245,82 | 16,7 | 16,7 |
| 3 | 200,99 | 247,13 | 46,14 | 240,41 | -6,72 | 39,42 |
| 4 | 217,11 | 260,01 | 42,9 | 257,52 | -2,49 | 40,41 |
| 5 | 201,56 | 234,78 | 33,22 | 252,81 | 18,03 | 51,25 |
| 6 | 227,8 | 256,55 | 28,75 | 246,78 | -9,77 | 18,98 |
| 7 | 221,28 | 239,66 | 18,38 | 249,09 | 9,43 | 27,81 |
| 8 | 233,9 | 251,29 | 17,39 | 249,15 | -2,14 | 15,25 |
| 9 | 233,27 | 245,28 | 12,01 | 269,9 | 24,62 | 36,63 |
| 10 | 234,77 | 245,21 | 10,44 | 262,39 | 17,18 | 27,62 |
| 11 | 237,26 | 244,66 | 7,4 | 233,43 | -11,23 | -3,83 |
| 12 | 237,21 | 242,89 | 5,68 | 227,95 | -14,94 | -9,26 |
| 13 | 228,66 | 233,98 | 5,32 | 233,45 | -0,53 | 4,79 |
| 14 | 233,59 | 238,8 | 5,21 | 244,23 | 5,43 | 10,64 |
| 15 | 235,2 | 238,64 | 3,44 | 227,75 | -10,89 | -7,45 |
| 16 | 256,74 | 258,04 | 1,3 | 271,03 | 12,99 | 14,29 |

| | | | | | | |
|----|--------|--------|-------|--------|-------|-------|
| 17 | 229,57 | 229,81 | 0,24 | 248,42 | 18,61 | 18,85 |
| 18 | 221,72 | 219,84 | -1,88 | 254,42 | 34,58 | 32,7 |
| 19 | 241,66 | 239,67 | -1,99 | 271,54 | 31,87 | 29,88 |
| 20 | 229,3 | 226,06 | -3,24 | 226,61 | 0,55 | -2,69 |
| 21 | 216,71 | 212,61 | -4,1 | 248,93 | 36,32 | 32,22 |
| 22 | 245,3 | 237,66 | -7,64 | 260,38 | 22,72 | 15,08 |
| 23 | 224,42 | 216,66 | -7,76 | 243,05 | 26,39 | 18,63 |
| 24 | 249,69 | 239,71 | -9,98 | 257,76 | 18,05 | 8,07 |

Legenda: os valores destacados na tabela são inferiores aos apresentados pela média da rede

ANEXO A – Divulgação dos boletins da Prova Brasil de 2009

BRASIL



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

[Inep](#) > [Imprensa](#) > [Visualizar](#) > Boletins com os resultados consolidados da Prova Brasil 2009 por escola estão disponíveis

Página Inicial

Educação Básica

Educação Superior

Outras Ações

Informações Estatísticas

Ações Internacionais

Centro de Informação

Revistas e Boletins

Institucional

Gestão do Inep

Imprensa

Sala de Imprensa

Todas as Notícias

Lista de RSS

Fale com a Imprensa

Publicações do Inep

Guia de Sistemas

Mapa do Site

Fale Conosco

Boletins com os resultados consolidados da Prova Brasil 2009 por escola estão disponíveis

Íteeb
10 de Agosto de 2011

Estão disponíveis os **Boletins de Desempenho da Prova Brasil 2009**. Os boletins trazem informações acerca de número de participantes, médias em língua portuguesa e matemática, distribuição dos alunos nas faixas de proficiência, evolução do Íteeb e indicadores educacionais como taxa de aprovação, médias de hora-aula e docentes com curso superior, para cada uma das cerca de 60 mil escolas públicas de 4ª e 8ª séries avulsadas. Os boletins trazem os dados já consolidados da última edição da Prova Brasil, que é aplicada a cada dois anos.

Os resultados preliminares da Prova Brasil 2009 foram divulgados na Portaria do Ministro da Educação nº 905, de 12 de julho de 2010, publicada na seção 1 da edição nº 133 do Diário Oficial da União do dia 14 de julho de 2010. A Portaria Inep nº 234/2010 estabeleceu critérios para interposição de recursos pelas escolas, secretarias municipais e estaduais de educação até a data limite de 15 de agosto de 2010.

A equipe técnica do Inep jogou os recursos interpostos e reprocessou as informações, quando pertinente. Os resultados consolidados são apresentados agora, após finalização de todas as análises de consistência das bases, assegurando assim a fidedignidade dos dados, o que é de suma importância tanto para o subsídio às políticas públicas educacionais quanto para a utilização em pesquisas e estudos técnicos. As informações do sistema de consulta, em <http://sistemasidb.inep.gov.br/resultados/>, e as planilhas para download disponíveis em <http://portal.inep.gov.br/web/portal/ideb/plantillas-para-download>, desde o ano passado, foram atualizadas.

Assessoria de comunicação do Inep/MEC

BUSCAR

[Recomendar](#)
[Enviar](#)
[Tweet](#)

[topo da página](#)

© 2011 Inep. Todos os direitos reservados. SRTVS Quadra 701, Bloco M, Edifício Sede do Inep - CEP 70340-909 Brasília - DF

ANEXO B – Página eletrônica das planilhas do Ideb



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

[Inep](#) > [Portal Ideb](#) > [Portal Ideb](#) > [Planilhas para download](#)

[Página Inicial](#)

[Portal Ideb](#)

O que é o Ideb

Para que serve o Ideb

O que são as metas

Como o Ideb é calculado

Cálculo das metas

[Planilhas para download](#)

Metodologias

Histórico - divulgações

Resultado e metas do Ideb

Notícias

Faça Conosco

[Aumentar fonte](#) [Diminuir fonte](#)

[BUSCAR](#)

Estadísticas do Ideb*

Brasil

Taxa de Aprovação, Prova Brasil, IDEB e Projeções (até a 4ª, 5ª e 8ª série e Ensino Médio) - Brasil
[Ensino Fundamental Regular - Séries Iniciais \(Até a 4ª série\)](#)
[Ensino Fundamental Regular - Séries Finais \(5ª a 8ª série\)](#)

Estados**

Taxa de Aprovação, Prova Brasil, IDEB e Projeções (até a 4ª, 5ª e 8ª série e Ensino Médio) - Regiões Geográficas e Unidades da Federação
[Ensino Fundamental Regular - Séries Iniciais \(Até a 4ª série\)](#)
[Ensino Fundamental Regular - Séries Finais \(5ª a 8ª série\)](#)

Municípios

[Ensino Fundamental Regular - Séries Iniciais \(Até a 4ª série\)](#)
[Ensino Fundamental Regular - Séries Finais \(5ª a 8ª série\)](#)

Escolas

[Ensino Fundamental Regular - Séries Iniciais \(Até a 4ª série\)](#)
[Ensino Fundamental Regular - Séries Finais \(5ª a 8ª série\)](#)

*Arquivos atualizados em 10/06/2011
**O arquivo de planilhas por estado atualizado em 10/06/2011

topo da página

© 2011 Inep. Todos os direitos reservados. SRTV5 Quadra 701, Bloco M, Edifício Sede do Inep - CEP 70340-909 Brasília - DF

ANEXO C – Questionário do Professor – Prova Brasil 2007



SAEB E PROVA BRASIL – 2007

QUESTIONÁRIO DO PROFESSOR

Senhor(a) Professor(a),

Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, as transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos municípios, estados e Distrito Federal estão vinculadas à adesão ao Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) — instrumentos que são fundamentais para a melhoria do **Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**.

O Ministério da Educação instituiu o IDEB, calculado com base em dois pilares: a) as informações sobre rendimento escolar do Censo Escolar da Educação Básica (aprovação, reprovação e abandono); e b) as informações sobre o desempenho dos estudantes resultantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Reinstituído por Portaria Ministerial, em 2005, o SAEB passou a ser composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) — também conhecida como Prova Brasil. Ambas têm como objetivo principal oferecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas de educação no Brasil.

Nesse Sistema, busca-se identificar os níveis de qualidade da educação brasileira por meio da avaliação do desempenho dos alunos em momentos conclusivos de diversas etapas de seu percurso escolar, ao mesmo tempo em que se contextualiza, por meio de estratégias que incluem a aplicação de questionários, as condições em que o ensino acontece.

O presente questionário, parte integrante dos processos avaliativos, tem como objetivo coletar dados acerca da formação profissional, das práticas pedagógicas e do perfil socioeconômico e cultural dos professores das turmas em que a avaliação está sendo aplicada. Para cada aspecto avaliado, preencha, na **FOLHA DE RESPOSTAS**, o campo correspondente à resposta que você considera mais adequada. Utilize caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não se esqueça de informar o nome da(s) turma(s) em que você leciona, nesta escola, na série avaliada.

A sua colaboração, ao preencher este questionário, será de grande valia para o êxito da avaliação e para o aprimoramento da educação brasileira. Esclarecemos que não existe identificação do respondente, interessando ao MEC apenas as informações prestadas.

1. SEXO

- (A) Masculino.
- (B) Feminino.

2. IDADE

- (A) Até 24 anos.
- (B) De 25 a 29 anos.
- (C) De 30 a 39 anos.
- (D) De 40 a 49 anos.
- (E) De 50 a 54 anos.
- (F) 55 anos ou mais.

3. COMO VOCÊ SE CONSIDERA?

- (A) Branco(a).
- (B) Pardo(a).
- (C) Preto(a).
- (D) Amarelo(a).
- (E) Indígena.

4. DAS OPÇÕES ABAIXO, ASSINALE A QUE MELHOR DESCREVE O SEU NÍVEL MÁXIMO DE ESCOLARIDADE ATÉ A GRADUAÇÃO.

- (A) Menos que o Ensino Médio (antigo 2.º grau).
- (B) Ensino Médio – Magistério (antigo 2.º grau).
- (C) Ensino Médio – Outros (antigo 2.º grau).
- (D) Ensino Superior – Pedagogia.
- (E) Ensino Superior – Licenciatura em Matemática.
- (F) Ensino Superior – Licenciatura em Letras.
- (G) Ensino Superior – Escola Normal Superior.
- (H) Ensino Superior – Outros.

5. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ OBTVEU O NÍVEL DE ESCOLARIDADE ASSINALADO ANTERIORMENTE?

- (A) Há 2 anos ou menos.
- (B) De 3 a 7 anos.
- (C) De 8 a 14 anos.
- (D) De 15 a 20 anos.
- (E) Há mais de 20 anos.

6. EM QUE TIPO DE INSTITUIÇÃO VOCÊ FEZ O CURSO SUPERIOR? SE VOCÊ ESTUDOU EM MAIS DE UMA INSTITUIÇÃO, ASSINALE AQUELA EM QUE OBTVEU O SEU TÍTULO PROFISSIONAL.

- (A) Pública federal.
- (B) Pública estadual.
- (C) Pública municipal.
- (D) Privada.
- (E) Não se aplica.

7. QUAL ERA A NATUREZA DESSA INSTITUIÇÃO?

- (A) Faculdade isolada.
- (B) Centro Universitário.
- (C) Universidade.
- (D) Não se aplica.

8. DE QUE FORMA VOCÊ REALIZOU O CURSO SUPERIOR?

- (A) Presencial.
- (B) Semi-presencial.
- (C) A distância.
- (D) Não se aplica.

9. INDIQUE A MODALIDADE DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MAIS ALTA TITULAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.

- (A) Atualização (mínimo de 180 horas).
- (B) Especialização (mínimo de 360 horas).
- (C) Mestrado.
- (D) Doutorado.
- (E) Não fiz ou ainda não completei curso de pós-graduação.

10. INDIQUE QUAL A ÁREA TEMÁTICA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MAIS ALTA TITULAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.

- (A) Educação, enfatizando alfabetização.
- (B) Educação, enfatizando educação matemática.
- (C) Educação – outras ênfases.
- (D) Outras áreas que não a Educação.
- (E) Não se aplica.

11. VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO ETC) NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?

- (A) Sim.
- (B) Não. (Passe para a questão 14).

12. QUAL A CARGA HORÁRIA DA ATIVIDADE QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS RELEVANTE DA QUAL PARTICIPOU?

- (A) Menos de 20 horas.
- (B) De 21 a 40 horas.
- (C) De 41 a 80 horas.
- (D) Mais de 80 horas

13. VOCÊ UTILIZA OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A MELHORIA DE SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA?

- (A) Quase sempre.
- (B) Eventualmente.
- (C) Quase nunca.
- (D) Não contribuíram em nada.

14. NESTA ESCOLA, QUAL O SEU SALÁRIO BRUTO (COM ADICIONAIS, SE HOUVER) COMO PROFESSOR(A)?

- (A) Até R\$ 380,00.
 (B) De R\$ 381,00 a R\$ 500,00.
 (C) De R\$ 501,00 a R\$ 700,00.
 (D) De R\$ 701,00 a R\$ 900,00.
 (E) De R\$ 901,00 a R\$ 1.100,00.
 (F) De R\$ 1.101,00 a R\$ 1.300,00.
 (G) De R\$ 1.301,00 a R\$ 1.500,00.
 (H) De R\$ 1.501,00 a R\$ 1.700,00.
 (I) De R\$ 1.701,00 a R\$ 1.900,00.
 (J) De R\$ 1.901,00 a R\$ 2.300,00.
 (L) De R\$ 2.301,00 a R\$ 2.700,00.
 (M) De R\$ 2.701,00 a R\$ 3.100,00.
 (N) Mais de R\$ 3.100,00.

15. ALÉM DA ATIVIDADE COMO DOCENTE NESTA ESCOLA, VOCÊ EXERCE OUTRA ATIVIDADE QUE CONTRIBUI PARA SUA RENDA PESSOAL?

- (A) Sim, na área de Educação.
 (B) Sim, fora da área de Educação.
 (C) Não. **(Passe para a questão 17).**

16. QUAL O SEU SALÁRIO BRUTO (COM ADICIONAIS, SE HOUVER) COMO PROFESSOR(A)?

(Soma de tudo o que você ganha como professor(a))

- (A) Até R\$ 380,00.
 (B) De R\$ 381,00 a R\$ 500,00.
 (C) De R\$ 501,00 a R\$ 700,00.
 (D) De R\$ 701,00 a R\$ 900,00.
 (E) De R\$ 901,00 a R\$ 1.100,00.
 (F) De R\$ 1.101,00 a R\$ 1.300,00.
 (G) De R\$ 1.301,00 a R\$ 1.500,00.
 (H) De R\$ 1.501,00 a R\$ 1.700,00.
 (I) De R\$ 1.701,00 a R\$ 1.900,00.
 (J) De R\$ 1.901,00 a R\$ 2.300,00.
 (L) De R\$ 2.301,00 a R\$ 2.700,00.
 (M) De R\$ 2.701,00 a R\$ 3.100,00.
 (N) Mais de R\$ 3.100,00.

17. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ ESTÁ LECIONANDO?

- (A) Há menos de 1 ano.
 (B) De 1 a 2 anos.
 (C) De 3 a 5 anos.
 (D) De 6 a 9 anos.
 (E) De 10 a 15 anos.
 (F) De 15 a 20 anos.
 (G) Há mais de 20 anos.

18. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ TRABALHA NESTA ESCOLA?

- (A) Há menos de 1 ano.
 (B) De 1 a 2 anos.
 (C) De 3 a 5 anos.
 (D) De 6 a 9 anos.
 (E) De 10 a 15 anos.
 (F) De 15 a 20 anos.
 (G) Há mais de 20 anos.

19. CONSIDERANDO TODA A SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ MINISTRA AULAS PARA ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S)?

- (A) Até 2 anos.
 (B) De 3 a 4 anos.
 (C) De 5 a 6 anos.
 (D) De 7 a 8 anos.
 (E) Mais de 8 anos.

20. NESTA ESCOLA, QUAL A SUA CARGA HORÁRIA SEMANAL? (Considere a carga horária contratual: horas-aula mais horas para atividades, se houver.)

- (A) Menos de 16 horas-aula.
 (B) De 16 a 19 horas-aula.
 (C) 20 horas-aula.
 (D) De 21 a 23 horas-aula.
 (E) De 24 a 25 horas-aula.
 (F) De 26 a 29 horas-aula.
 (G) 30 horas-aula.
 (H) De 31 a 35 horas-aula.
 (I) De 36 a 39 horas-aula.
 (J) 40 horas-aula.
 (L) Mais de 40 horas-aula.

21. EM QUANTAS ESCOLAS VOCÊ TRABALHA?

- (A) Apenas nesta escola. **(Passe para a questão 23).**
 (B) Em 2 escolas.
 (C) Em 3 escolas.
 (D) Em 4 ou mais escolas.

22. AO TODO, QUANTAS HORAS-AULA VOCÊ MINISTRA POR SEMANA? (Não considere aulas particulares)

- (A) Menos de 16 horas.
 (B) De 16 a 19 horas.
 (C) 20 horas.
 (D) De 21 a 23 horas.
 (E) De 24 a 25 horas.
 (F) De 26 a 29 horas.
 (G) 30 horas.
 (H) De 31 a 35 horas.
 (I) De 36 a 39 horas.
 (J) 40 horas.
 (L) Mais de 40 horas.

23. QUAL É A SUA SITUAÇÃO TRABALHISTA NESTA ESCOLA? (Marque apenas UMA opção)

- (A) Estatutário.
 (B) CLT.
 (C) Prestador de serviço por contrato temporário.
 (D) Prestador de serviço sem contrato.
 (E) Outras.

AS ATIVIDADES (DE LÍNGUA PORTUGUESA) QUE VOCÊ REALIZA COM OS ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S) TÊM POSSIBILITADO AOS ALUNOS (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

| | Semanalmente | Algumas vezes por mês | Uma vez por mês | Uma vez por bimestre | Nunca |
|---|--------------|-----------------------|-----------------|----------------------|-------|
| 24. copiar textos extensos do livro didático ou do quadro de giz (quadro-negro ou lousa). | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 25. conversar sobre textos de jornais e revistas. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 26. fazer exercícios sobre gramática relacionados com textos de jornais ou revistas. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 27. automatizar o uso de regras gramaticais. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 28. ler, discutir com colegas e escrever textos relacionados com o desenvolvimento de projeto temático. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 29. ler contos, crônicas, poesias ou romances. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 30. conversar sobre contos, crônicas, poesias ou romances. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 31. usar contos, crônicas, poesias ou romances para exercitar aspectos da gramática. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 32. fixar os nomes de conceitos gramaticais e lingüísticos. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 33. discutir um texto, explorando as diferenças entre fatos e opiniões. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |

AS ATIVIDADES (DE MATEMÁTICA) QUE VOCÊ REALIZA COM OS ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S) TÊM POSSIBILITADO AOS ALUNOS (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

| | Semanalmente | Algumas vezes por mês | Uma vez por mês | Uma vez por bimestre | Nunca |
|---|--------------|-----------------------|-----------------|----------------------|-------|
| 34. fazer exercícios para automatizar procedimentos. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 35. lidar com problemas que exigem raciocínios diferentes e mais complexos que a maioria dos exemplos usuais. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 36. falar sobre suas soluções, discutindo os caminhos usados para encontrá-las. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 37. gravar as regras que permitem obter as respostas certas dos cálculos e problemas. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 38. lidar com temas que aparecem em jornais e/ou revistas, discutindo a relação dos temas com a Matemática. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 39. interpretar resultados numéricos obtidos para dar uma resposta adequada ao problema. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 40. lidar com situações que lhes sejam familiares e que apresentem temas do interesse dos alunos. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 41. experimentar diferentes modos de resolver um problema ou de efetuar um cálculo. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 42. aprimorar a precisão e a velocidade de execução de cálculos. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 43. experimentar diferentes ações (coletar informações recortar, analisar, explorar, discutir, manipular etc.) para resolver problemas. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |

INDIQUE SE VOCÊ UTILIZA OU NÃO NESTA ESCOLA: (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

| | Sim, utilizo. | Não utilizo porque não acho necessário. | Não utilizo porque a escola não tem. |
|--|---------------|---|--------------------------------------|
| 44. Computadores | (A) | (B) | (C) |
| 45. Internet | (A) | (B) | (C) |
| 46. Fitas de vídeo ou DVD | (A) | (B) | (C) |
| 47. Jornais e revistas informativas | (A) | (B) | (C) |
| 48. Livros de consulta para os professores | (A) | (B) | (C) |
| 49. Livros de leitura | (A) | (B) | (C) |
| 50. Livros didáticos | (A) | (B) | (C) |
| 51. Retroprojektor | (A) | (B) | (C) |
| 52. Máquina copiadora | (A) | (B) | (C) |

53. COMO FOI DESENVOLVIDO O PROJETO PEDAGÓGICO DESTA ESCOLA NESTE ANO?

- (A) Pela aplicação de modelo encaminhado pela Secretaria de Educação.
- (B) Foi elaborado pelo(a) diretor(a).
- (C) O(A) diretor(a) elaborou uma proposta de projeto, apresentou-a aos professores para sugestões e depois chegou à versão final.
- (D) Os professores elaboraram uma proposta e, com base nela, o diretor chegou à versão final.
- (E) Foi elaborado pelo(a) diretor(a) e por uma equipe de professores.
- (F) De outra maneira.
- (G) Não sei como foi desenvolvido.
- (H) Não existe Projeto Pedagógico.

54. CONSELHO DE CLASSE É UM ÓRGÃO FORMADO POR TODOS OS PROFESSORES QUE LECIONAM EM CADA TURMA/SÉRIE. NESTE ANO, QUANTAS VEZES SE REUNIRAM OS CONSELHOS DE CLASSE DESTA ESCOLA?

- (A) Uma vez.
- (B) Duas vezes.
- (C) Três vezes ou mais.
- (D) Nenhuma vez.
- (E) Não existe Conselho de Classe.

55. QUANTO DOS CONTEÚDOS PREVISTOS VOCÊ CONSEGUIU DESENVOLVER COM OS ALUNOS DA(S) TURMA(S) AVALIADA(S), NESTE ANO?

- (A) Menos de 40%.
- (B) Entre 40% e 60%.
- (C) Entre 60% e 80%.
- (D) Mais de 80%.

QUANTOS DOS ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S) VOCÊ ACHA QUE (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

| | Quase todos os alunos. | Um pouco mais da metade dos alunos. | Um pouco menos da metade dos alunos. | Poucos alunos. | Não sei. |
|--|------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|----------------|----------|
| 56. concluirão o Ensino Fundamental (8.ª série)? | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 57. concluirão o Ensino Médio? | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 58. entrarão para a Universidade? | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |

ALGUMAS AFIRMAÇÕES SÃO USADAS PARA EXPLICAR AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS. ASSINALE SUA POSIÇÃO, CONSIDERANDO A SITUAÇÃO DOS ALUNOS DA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S). (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

| | Concordo | Discordo |
|--|-----------------|-----------------|
| 59. São localizadas na escola devido à carência de infra-estrutura física e/ou pedagógica. | (A) | (B) |
| 60. Estão relacionadas aos conteúdos curriculares, que são inadequados às necessidades dos alunos. | (A) | (B) |
| 61. São decorrentes do ambiente de insegurança física da escola. | (A) | (B) |
| 62. Encontram-se na escola, que oferece poucas oportunidades de desenvolvimento das capacidades intelectuais do aluno. | (A) | (B) |
| 63. Estão relacionadas ao não-cumprimento do conteúdo curricular. | (A) | (B) |
| 64. Relacionam-se à sobrecarga de trabalho do(as) professores(as), dificultando o planejamento e o preparo das aulas. | (A) | (B) |
| 65. São decorrentes da indisciplina dos alunos em sala de aula. | (A) | (B) |
| 66. Ocorrem devido ao baixo salário dos professores, que gera insatisfação e desestímulo para a atividade docente. | (A) | (B) |
| 67. São decorrentes do meio em que o aluno vive. | (A) | (B) |
| 68. São decorrentes do nível cultural dos pais dos alunos. | (A) | (B) |
| 69. Estão relacionadas à falta de assistência e acompanhamento da família nos deveres de casa e pesquisas dos alunos. | (A) | (B) |
| 70. Ocorrem devido à falta de aptidão e habilidades do aluno. | (A) | (B) |
| 71. Ocorrem devido ao desinteresse e falta de esforço do aluno. | (A) | (B) |
| 72. Estão vinculadas à baixa auto-estima dos alunos. | (A) | (B) |

OS ITENS DE 73 A 87 APRESENTAM ALGUMAS AFIRMAÇÕES. INDIQUE SEU GRAU DE CONCORDÂNCIA/DISCORDÂNCIA COM CADA UMA DELAS. (Marque apenas UMA das duas alternativas.)

| | Concordo totalmente | Concordo | Neutro | Discordo | Discordo totalmente |
|---|----------------------------|-----------------|---------------|-----------------|----------------------------|
| 73. O(A) diretor(a) me anima e me motiva para o trabalho. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 74. Tenho plena confiança no(a) diretor(a) como profissional. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 75. O(a) diretor(a) consegue que os professores se comprometam com a escola. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 76. O(a) diretor(a) estimula as atividades inovadoras. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 77. O(a) diretor(a) dá atenção especial a aspectos relacionados com a aprendizagem dos alunos. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 78. O(a) diretor(a) dá atenção especial aos aspectos relacionados com as normas administrativas. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 79. O(a) diretor(a) dá atenção especial aos aspectos relacionados com a manutenção da escola. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 80. Sinto-me respeitado(a) pelo(a) diretor(a). | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 81. Respeito o(a) diretor(a). | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 82. Participo das decisões relacionadas com o meu trabalho. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 83. A equipe de professores leva em consideração minhas idéias. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 84. Eu levo em consideração as idéias de outros colegas. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 85. O ensino que a escola oferece aos alunos é muito influenciado pela troca de idéias entre os professores. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 86. Os professores desta escola procuram coordenar o conteúdo das disciplinas entre as diferentes séries. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |
| 87. O diretor, professores e demais membros da equipe da escola colaboram para fazer esta escola funcionar bem. | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) |

AS PERGUNTAS DE 88 A 95 APRESENTAM ALGUNS PROBLEMAS QUE PODEM OCORRER NAS ESCOLAS. RESPONDA SE CADA UM DELES OCORREU OU NÃO NESTE ANO. CASO TENHA OCORRIDO, ASSINALE SE FOI OU NÃO UM PROBLEMA GRAVE, DIFICULTANDO O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA. (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

| Ocorreu na Escola | Não | Sim, mas não foi um problema grave. | Sim, e foi um problema grave |
|--|-----|-------------------------------------|------------------------------|
| 88. insuficiência de recursos financeiros? | (A) | (B) | (C) |
| 89. inexistência de professores para algumas disciplinas ou séries? | (A) | (B) | (C) |
| 90. carência de pessoal administrativo? | (A) | (B) | (C) |
| 91. carência de pessoal de apoio pedagógico (coordenador, supervisor, orientador educacional)? | (A) | (B) | (C) |
| 92. falta de recursos pedagógicos? | (A) | (B) | (C) |
| 93. alto índice de faltas por parte de professores? | (A) | (B) | (C) |
| 94. alto índice de faltas por parte de alunos? | (A) | (B) | (C) |
| 95. problemas disciplinares causados pelos alunos? | (A) | (B) | (C) |

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

SOBRE OS FATOS LISTADOS ABAIXO, DIGA SE ELES ACONTECERAM OU NÃO ESTE ANO NESTA ESCOLA.

| | QUEM FOI O AGRESSOR? | | | | | |
|--------------------------------|----------------------|-----|---------------|-----|-----------------|-----|
| | Aluno (1) | | Professor (2) | | Funcionário (3) | |
| | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não |
| Agressão verbal a professores | (A) 96 | (B) | (A) 97 | (B) | (A) 98 | (B) |
| Agressão física a professores | (A) 99 | (B) | (A) 100 | (B) | (A) 101 | (B) |
| Agressão verbal a alunos | (A) 102 | (B) | (A) 103 | (B) | (A) 104 | (B) |
| Agressão física a alunos | (A) 105 | (B) | (A) 106 | (B) | (A) 107 | (B) |
| Agressão verbal a funcionários | (A) 108 | (B) | (A) 109 | (B) | (A) 110 | (B) |
| Agressão física a funcionários | (A) 111 | (B) | (A) 112 | (B) | (A) 113 | (B) |

SOBRE OS FATOS LISTADOS ABAIXO, DIGA SE ELES ACONTECERAM OU NÃO ESTE ANO, ENQUANTO VOCÊ MINISTRAVA AULAS, NA(S) SÉRIE(S) AVALIADA(S) NESTA ESCOLA.

| | Sim | Não |
|--|-----|-----|
| 114. Você foi vítima de atentado à vida? | (A) | (B) |
| 115. Você foi ameaçado por algum aluno? | (A) | (B) |
| 116. Você foi agredido verbalmente por algum aluno? | (A) | (B) |
| 117. Você foi agredido fisicamente por algum aluno? | (A) | (B) |
| 118. Você foi vítima de furto? | (A) | (B) |
| 119. Você foi vítima de roubo (com uso de violência)? | (A) | (B) |
| 120. Alunos freqüentaram as suas aulas sob efeito de bebida alcoólica? | (A) | (B) |
| 121. Alunos freqüentaram as suas aulas sob efeito de drogas ilícitas? | (A) | (B) |
| 122. Alunos freqüentaram as suas aulas portando arma branca (facas, canivetes etc.)? | (A) | (B) |
| 123. Alunos freqüentaram as suas aulas portando arma de fogo? | (A) | (B) |

124. VOCÊ CONHECE OS RESULTADOS DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)?
- (A) Sim.
 - (B) Não.
125. A SUA ESCOLA PARTICIPOU DA PROVA BRASIL 2005?
- (A) Sim.
 - (B) Não.
126. OS ALUNOS DA(S) TURMA(S) EM QUE VOCÊ LECIONA TÊM LIVROS DIDÁTICOS?
- (A) Sim, todos têm.
 - (B) Sim, a maioria tem.
 - (C) Sim, metade da turma tem.
 - (D) Sim, menos da metade da turma tem.
 - (E) Não, esta turma não recebeu o livro didático.
127. OS ALUNOS DA(S) TURMA(S) EM QUE VOCÊ LECIONA RECEBERAM O LIVRO DIDÁTICO NO INÍCIO DO ANO LETIVO?
- (A) Sim.
 - (B) Não.
128. NA ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO UTILIZADO NA(S) TURMA(S) EM QUE VOCÊ LECIONA, FOI CONSULTADO O “GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS” DA SEF/MEC?
- (A) Sim.
 - (B) Não.
129. PARA A DISCIPLINA QUE VOCÊ MINISTRA, COMO FOI ESCOLHIDO O LIVRO DIDÁTICO UTILIZADO NA(S) TURMA(S) AVALIADA(S)?
- (Escolha apenas UMA alternativa de resposta)**
- (A) Escolhi junto com outros professores.
 - (B) O coordenador pedagógico, o orientador educacional e o diretor escolheram depois de consultar a equipe de professores da disciplina.
 - (C) O coordenador pedagógico e/ou orientador educacional escolheu sozinho.
 - (D) O diretor escolheu sozinho.
 - (E) O livro foi escolhido por órgãos de gerência externa à escola.
 - (F) Não sei como este livro foi escolhido.
 - (G) Não utilizo livro didático nestas turmas.
130. O LIVRO DIDÁTICO ESCOLHIDO FOI O RECEBIDO?
- (A) Sim.
 - (B) Não.
131. COMO VOCÊ CONSIDERA O(S) LIVRO(S) DIDÁTICO(S) UTILIZADO(S) POR VOCÊ NA(S) DISCIPLINA(S) QUE VOCÊ MINISTRA NA(S) TURMA(S) AVALIADA(S)?
- (A) Ótimo.
 - (B) Bom.
 - (C) Razoável.
 - (D) Ruim.

ANEXO D – Questionário do Diretor – Prova Brasil 2007



SAEB E PROVA BRASIL – 2007

QUESTIONÁRIO DO DIRETOR

Senhor(a) Diretor(a),

Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, as transferências voluntárias e assistência técnica do MEC aos municípios, estados e Distrito Federal estão vinculadas à adesão ao Compromisso Todos pela Educação e à elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) — instrumentos que são fundamentais para a melhoria do **Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**.

O Ministério da Educação instituiu o IDEB, calculado com base em dois pilares: a) as informações sobre rendimento escolar do Censo Escolar da Educação Básica (aprovação, reprovação e abandono); e b) as informações sobre o desempenho dos estudantes resultantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Reinstituído por Portaria Ministerial, em 2005, o SAEB passou a ser composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) — também conhecida como Prova Brasil. Ambas têm como objetivo principal oferecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas de educação no Brasil.

Nesse Sistema, busca-se identificar os níveis de qualidade da educação brasileira por meio da avaliação do desempenho dos alunos em momentos conclusivos de diversas etapas de seu percurso escolar, ao mesmo tempo em que se contextualiza, por meio de estratégias que incluem a aplicação de questionários, as condições em que o ensino acontece.

O presente questionário, parte integrante dos processos avaliativos, tem como objetivo coletar dados acerca do estilo gerencial e perfil socioeconômico e cultural dos diretores das escolas em que a avaliação está sendo aplicada. Para cada aspecto avaliado, preencha, **na FOLHA DE RESPOSTAS**, o campo correspondente à resposta que você considera mais adequada. Utilize caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

A sua colaboração, ao preencher este questionário, será de grande valia para o êxito da avaliação e para o aprimoramento da educação brasileira. Esclarecemos que não existe identificação do respondente, interessando ao MEC apenas as informações prestadas.

1. SEXO

- (A) masculino.
- (B) feminino.

2. IDADE

- (A) Até 24 anos.
- (B) De 25 a 29 anos.
- (C) De 30 a 39 anos.
- (D) De 40 a 49 anos.
- (E) De 50 a 54 anos.
- (F) 55 anos ou mais.

3. COMO VOCÊ SE CONSIDERA?

- (A) Branco(a).
- (B) Pardo(a).
- (C) Preto(a).
- (D) Amarelo(a).
- (E) Indígena.

4. DAS OPÇÕES ABAIXO, ASSINALE A QUE MELHOR DESCREVE O SEU NÍVEL MÁXIMO DE ESCOLARIDADE ATÉ A GRADUAÇÃO.

- (A) Menos que o Ensino Médio (antigo 2.º grau).
- (B) Ensino Médio – Magistério (antigo 2.º grau).
- (C) Ensino Médio – Outros (antigo 2.º grau).
- (D) Ensino Superior – Pedagogia.
- (E) Ensino Superior – outras Licenciaturas
- (F) Ensino Superior – Escola Normal Superior.
- (G) Ensino Superior – Outros.

5. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ OBTVEU O NÍVEL DE ESCOLARIDADE ASSINALADO ANTERIORMENTE?

- (A) Há 2 anos ou menos.
- (B) De 3 a 7 anos.
- (C) De 8 a 14 anos.
- (D) De 15 a 20 anos.
- (E) Há mais de 20 anos.

6. EM QUE TIPO DE INSTITUIÇÃO VOCÊ FEZ O CURSO SUPERIOR? SE VOCÊ ESTUDOU EM MAIS DE UMA INSTITUIÇÃO, ASSINALE AQUELA EM QUE OBTVEU O SEU TÍTULO PROFISSIONAL.

- (A) Pública federal.
- (B) Pública estadual.
- (C) Pública municipal.
- (D) Privada.
- (E) Não se aplica.

7. QUAL ERA A NATUREZA DESSA INSTITUIÇÃO?

- (A) Faculdade isolada.
- (B) Centro Universitário.
- (C) Universidade.
- (D) Não se aplica.

8. DE QUE FORMA VOCÊ REALIZOU O CURSO SUPERIOR?

- (A) Presencial.
- (B) Semi-presencial.
- (C) A distância.
- (D) Não se aplica.

9. INDIQUE A MODALIDADE DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MAIS ALTA TITULAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.

- (A) Atualização (mínimo de 180 horas).
- (B) Especialização (mínimo de 360 horas).
- (C) Mestrado.
- (D) Doutorado.
- (E) Não fez ou ainda não completei curso de pós-graduação.

10. INDIQUE QUAL A ÁREA TEMÁTICA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MAIS ALTA TITULAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.

- (A) Educação, enfatizando Gestão e Administração Escolar.
- (B) Educação, enfatizando a área pedagógica.
- (C) Educação – outras ênfases.
- (D) Outras áreas que não a Educação.
- (E) Não se aplica.

11. VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO ETC.) NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?

- (A) Sim.
- (B) Não. (**Passar para a questão 14**)

12. QUAL A CARGA HORÁRIA DA ATIVIDADE MAIS RELEVANTE DA QUAL VOCÊ PARTICIPOU?

- (A) Menos de 20 horas.
- (B) De 21 a 40 horas.
- (C) De 41 a 80 horas.
- (D) Mais de 80 horas.

13. VOCÊ UTILIZA OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE QUE VOCÊ PARTICIPOU?

- (A) Quase sempre.
- (B) Eventualmente.
- (C) Quase nunca.
- (D) Nunca.

14. QUAL O SEU SALÁRIO BRUTO (COM ADICIONAIS, SE HOUVER) COMO DIRETOR(A)?

(Soma de tudo o que você ganha como Diretor(a))

- (A) Até R\$ 380,00.
 (B) De R\$ 381,00 a R\$ 500,00.
 (C) De R\$ 501,00 a R\$ 700,00.
 (D) De R\$ 701,00 a R\$ 900,00.
 (E) De R\$ 901,00 a R\$ 1.100,00.
 (F) De R\$ 1.101,00 a R\$ 1.300,00.
 (G) De R\$ 1.301,00 a R\$ 1.500,00.
 (H) De R\$ 1.501,00 a R\$ 1.700,00.
 (I) De R\$ 1.701,00 a R\$ 1.900,00.
 (J) De R\$ 1.901,00 a R\$ 2.300,00.
 (L) De R\$ 2.301,00 a R\$ 2.700,00.
 (M) De R\$ 2.701,00 a R\$ 3.100,00.
 (N) Mais de R\$ 3.100,00.
- 15. QUAL A SUA RENDA FAMILIAR BRUTA?**
- (A) Até R\$ 380,00.
 (B) De R\$ 381,00 a R\$ 500,00.
 (C) De R\$ 501,00 a R\$ 700,00.
 (D) De R\$ 701,00 a R\$ 900,00.
 (E) De R\$ 901,00 a R\$ 1.100,00.
 (F) De R\$ 1.101,00 a R\$ 1.300,00.
 (G) De R\$ 1.301,00 a R\$ 1.500,00.
 (H) De R\$ 1.501,00 a R\$ 1.700,00.
 (I) De R\$ 1.701,00 a R\$ 1.900,00.
 (J) De R\$ 1.901,00 a R\$ 2.300,00.
 (L) De R\$ 2.301,00 a R\$ 2.700,00.
 (M) De R\$ 2.701,00 a R\$ 3.100,00.
 (N) Mais de R\$ 3.100,00.
- 16. ALÉM DA DIREÇÃO DESTA ESCOLA, VOCÊ EXERCE OUTRA ATIVIDADE QUE CONTRIBUI PARA SUA RENDA PESSOAL?**
- (A) Sim, na área de Educação.
 (B) Sim, fora da área de Educação.
 (C) Não.
- 17. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ TRABALHA EM EDUCAÇÃO?**
- (A) Há menos de 2 anos.
 (B) De 2 a 4 anos.
 (C) De 5 a 10 anos.
 (D) De 11 a 15 anos.
 (E) Há mais de 15 anos.
- 18. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ EXERCE FUNÇÕES DE DIREÇÃO?**
- (A) Há menos de 2 anos.
 (B) De 2 a 4 anos.
 (C) De 5 a 10 anos.
 (D) De 11 a 15 anos.
 (E) Há mais de 15 anos.

19. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ É DIRETOR(A) DESTA ESCOLA?

- (A) Há menos de 2 anos.
 (B) De 2 a 4 anos.
 (C) De 5 a 10 anos.
 (D) De 11 a 15 anos.
 (E) Há mais de 15 anos.
- 20. QUAL É A SUA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO NESTA ESCOLA?**
- (A) Até 20 horas semanais.
 (B) Até 30 horas semanais.
 (C) Até 40 horas semanais.
 (D) Mais de 40 horas semanais.
- 21. VOCÊ ASSUMIU A DIREÇÃO DESTA ESCOLA POR**
- (A) seleção.
 (B) eleição apenas.
 (C) seleção e eleição.
 (D) indicação de técnicos.
 (E) indicação de políticos.
 (F) outras indicações.
 (G) outra forma.
- 22. VOCÊ PROMOVEU ALGUMA ATIVIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO ETC.) NESTA ESCOLA?**
- (A) Sim.
 (B) Não. (Passe para a questão 24)
- 23. QUAL FOI A PROPORÇÃO DE DOCENTES DA SUA ESCOLA QUE PARTICIPOU DAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA PROMOVIDAS POR VOCÊ NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?**
- (A) Menos de 10%.
 (B) Entre 11% e 30%.
 (C) Entre 31% e 50%.
 (D) Mais de 51%.
 (E) Não sei.
- 24. CONSELHO DE ESCOLA É UM COLEGIADO CONSTITUÍDO POR REPRESENTANTES DA ESCOLA E DA COMUNIDADE QUE TEM COMO OBJETIVO ACOMPANHAR AS ATIVIDADES ESCOLARES. NESTE ANO, QUANTAS VEZES O CONSELHO DESTA ESCOLA SE REUNIU?**
- (A) Uma vez.
 (B) Duas vezes.
 (C) Três vezes ou mais.
 (D) Nenhuma vez.
 (E) Não existe Conselho de Escola. (Passe para a questão 29)

O CONSELHO DE ESCOLA É COMPOSTO POR

(Marque SIM ou NÃO em cada linha)

| Representantes | Sim | Não |
|-------------------|-----|-----|
| 25. professores. | (A) | (B) |
| 26. alunos. | (A) | (B) |
| 27. funcionários. | (A) | (B) |
| 28. pais. | (A) | (B) |

29. CONSELHO DE CLASSE É UM ÓRGÃO FORMADO POR TODOS OS PROFESSORES QUE LECIONAM EM CADA TURMA/SÉRIE. NESTE ANO, QUANTAS VEZES SE REUNIRAM OS CONSELHOS DE CLASSE DESTA ESCOLA?

- (A) Uma vez.
(B) Duas vezes.
(C) Três vezes ou mais.
(D) Nenhuma vez.
(E) Não existe Conselho de Classe.

30. QUANTO AO PROJETO PEDAGÓGICO DESTA ESCOLA, (Marque apenas UMA alternativa.)

- (A) foi adotado o modelo encaminhado pela Secretaria da Educação.
(B) foi elaborado por mim.
(C) depois de eu ter elaborado uma proposta do projeto, apresentei-a aos professores para sugestões e só depois escrevi a versão final.
(D) os professores elaboraram uma proposta e, com base nela, escrevi a versão final.
(E) uma equipe de professores e eu elaboramos o projeto.
(F) foi elaborado de outra maneira.
(G) não sei como foi desenvolvido.
(H) não existe Projeto Pedagógico.

31. QUAL É O CRITÉRIO PARA A ADMISSÃO DE ALUNOS NESTA ESCOLA? (Marque apenas UMA alternativa.)

- (A) Prova de seleção.
(B) Sorteio.
(C) Local de moradia.
(D) Prioridade por ordem de chegada.
(E) Outro critério.
(F) Não existe critério pré-estabelecido.

32. NO INÍCIO DESTA ANO LETIVO, QUAL DAS OPÇÕES ABAIXO MELHOR CARACTERIZA A PROCURA POR VAGAS NESTA ESCOLA? (Marque apenas UMA alternativa.)

- (A) Após o processo de matrícula, a escola ainda tinha vagas disponíveis.
(B) A procura por vaga na escola preencheu as vagas oferecidas.
(C) A procura por vaga na escola foi um pouco maior que as vagas oferecidas.
(D) A procura por vaga na escola superou em muito o número de vagas oferecidas.

33. QUAL O CRITÉRIO UTILIZADO PARA FORMAÇÃO DAS TURMAS NESTA ESCOLA?

(Marque apenas UMA alternativa.)

- (A) Homogeneidade quanto à idade (alunos com a mesma idade).
(B) Homogeneidade quanto ao rendimento escolar (alunos com similar rendimento).
(C) Heterogeneidade quanto à idade (alunos com idades diferentes).
(D) Heterogeneidade quanto ao rendimento escolar (alunos com nível de rendimento diferente).
(E) Não houve critério.

34. NESTE ANO, QUAL FOI O CRITÉRIO MAIS IMPORTANTE PARA A ATRIBUIÇÃO DAS TURMAS DE 1.ª A 4.ª SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL AOS PROFESSORES? (Marque apenas UMA alternativa.)

- (A) Esta escola não oferece 1.ª a 4.ª séries do Ensino Fundamental.
(B) Preferência dos professores.
(C) Professores experientes com turmas de aprendizagem mais rápida.
(D) Professores experientes com turmas de aprendizagem mais lenta.
(E) Manutenção do professor com a mesma turma.
(F) Revezamento dos professores entre as séries.
(G) Sorteio das turmas entre os professores.
(H) Outro critério.
(I) Não houve critério preestabelecido.

35. QUAL É O PERCENTUAL DE PROFESSORES COM VÍNCULO ESTÁVEL NESTA ESCOLA?

- (A) Menor ou igual a 25%.
(B) De 26% a 50%.
(C) De 51% a 75%.
(D) De 76% a 90%.
(E) De 91% a 100%.

36. NESTA ESCOLA, HÁ ALGUM PROGRAMA DE REDUÇÃO DAS TAXAS DE ABANDONO?

- (A) Sim, e o programa está sendo aplicado.
(B) Sim, mas ainda não foi implementado.
(C) Não criamos ainda o programa, embora exista o problema.
(D) Não, porque na minha escola não há esse tipo de problema.

37. NESTA ESCOLA, HÁ ALGUM PROGRAMA DE REDUÇÃO DAS TAXAS DE REPROVAÇÃO?

- (A) Sim, e o programa está sendo aplicado.
(B) Sim, mas ainda não foi implementado.
(C) Não criamos ainda o programa, embora exista o problema.
(D) Não, porque na minha escola não há esse tipo de problema.

PARA EVITAR QUE OS ALUNOS FALTEM ÀS AULAS, (Marque SIM ou NÃO em cada linha.)

| | Sim | Não |
|---|-----|-----|
| 38. os professores falam com os alunos. | (A) | (B) |
| 39. os pais/responsáveis são avisados por comunicação escrita. | (A) | (B) |
| 40. os pais/responsáveis são chamados à escola para conversar sobre o assunto em reunião de pais. | (A) | (B) |
| 41. os pais/responsáveis são chamados à escola para conversar sobre o assunto individualmente. | (A) | (B) |
| 42. a escola envia alguém à casa do aluno. | (A) | (B) |

43. ESTA ESCOLA DESENVOLVE, REGULARMENTE, ALGUM PROGRAMA DE APOIO OU REFORÇO DE APRENDIZAGEM PARA OS ALUNOS (monitoria, aula de reforço etc.)?

(A) Sim.

(B) Não.

AS PERGUNTAS DE 44 A 53 APRESENTAM ALGUNS PROBLEMAS QUE PODEM OCORRER NAS ESCOLAS. RESPONDA SE CADA UM DELES OCORREU OU NÃO NESTE ANO. CASO TENHA OCORRIDO, ASSINALE SE FOI OU NÃO UM PROBLEMA GRAVE, DIFICULTANDO O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA. (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

| Ocorreu na escola | Não. | Sim, mas não foi um problema grave. | Sim e foi um problema grave. |
|--|------|-------------------------------------|------------------------------|
| 44. insuficiência de recursos financeiros? | (A) | (B) | (C) |
| 45. inexistência de professores para algumas disciplinas ou séries? | (A) | (B) | (C) |
| 46. carência de pessoal administrativo? | (A) | (B) | (C) |
| 47. carência de pessoal de apoio pedagógico (coordenador, supervisor, orientador educacional)? | (A) | (B) | (C) |
| 48. falta de recursos pedagógicos? | (A) | (B) | (C) |
| 49. interrupção das atividades escolares? | (A) | (B) | (C) |
| 50. alto índice de faltas por parte de professores? | (A) | (B) | (C) |
| 51. alto índice de faltas por parte de alunos? | (A) | (B) | (C) |
| 52. rotatividade do corpo docente? | (A) | (B) | (C) |
| 53. problemas disciplinares causados por alunos? | (A) | (B) | (C) |

CONSIDERE AS CONDIÇÕES EXISTENTES PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR NESTA ESCOLA.

(Marque SIM ou NÃO em cada linha.)

| | Sim | Não |
|--|-----|-----|
| 54. Há interferências externas em sua gestão? | (A) | (B) |
| 55. Há apoio de instâncias superiores? | (A) | (B) |
| 56. Há troca de informações com diretores de outras escolas? | (A) | (B) |
| 57. Há apoio da comunidade à sua gestão? | (A) | (B) |

INDIQUE SE NESTA ESCOLA EXISTEM OU NÃO OS RECURSOS APONTADOS E QUAIS SÃO SUAS CONDIÇÕES DE USO. (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

| | Bom | Regular | Ruim | Inexistente |
|---|-----|---------|------|-------------|
| 58. Computadores para uso dos alunos | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 59. Acesso à Internet para uso dos alunos | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 60. Computadores para uso dos professores | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 61. Acesso à Internet para uso dos professores | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 62. Computadores exclusivamente para uso administrativo | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 63. Fitas de vídeo ou DVD (educativas) | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 64. Fitas de vídeo ou DVD (lazer) | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 65. Máquina copiadora | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 66. Impressora | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 67. Retroprojektor | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 68. Projektor de slides | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 69. Videocassete ou DVD | (A) | (B) | (C) | (D) |

| | Bom | Regular | Ruim | Inexistente |
|---|-----|---------|------|-------------|
| 70. Televisão | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 71. Antena parabólica | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 72. Linha telefônica | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 73. Aparelho de som | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 74. Biblioteca | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 75. Quadra de esportes | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 76. Laboratório | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 77. Auditório | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 78. Sala para atividades de música | (A) | (B) | (C) | (D) |
| 79. Sala para atividades de artes plásticas | (A) | (B) | (C) | (D) |

QUE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES SÃO DESENVOLVIDAS REGULARMENTE COM OS ALUNOS NESTA ESCOLA? (Marque SIM ou NÃO em cada linha.)

| | Sim | Não |
|--|-----|-----|
| 80. Esportivas. | (A) | (B) |
| 81. Artísticas (música, teatro, trabalhos artesanais). | (A) | (B) |

82. OS ESPAÇOS DESTA ESCOLA SÃO UTILIZADOS PARA ATIVIDADES COMUNITÁRIAS?

- (A) Sim, planejadas apenas pela escola.
 (B) Sim, planejadas apenas pela comunidade.
 (C) Sim, planejadas conjuntamente (escola e comunidade).
 (D) Não.

| NESTE ANO, OCORRERAM NESTA ESCOLA (Marque SIM ou NÃO em cada linha.) | Sim | Não |
|--|-----|-----|
| 83. eventos da comunidade usando instalações, equipamentos ou recursos da escola. | (A) | (B) |
| 84. eventos de terceiros realizados na escola e abertos para a comunidade (<i>shows</i> , teatro, palestras). | (A) | (B) |
| 85. eventos da escola e destinados à comunidade externa (cursos, práticas esportivas, palestras). | (A) | (B) |
| 86. campanhas de solidariedade promovidas pela escola. | (A) | (B) |
| 87. campanhas de solidariedade propostas pela comunidade, envolvendo a escola. | (A) | (B) |
| 88. comunidade colaborando na manutenção de hortas, pomar, jardins. | (A) | (B) |
| 89. comunidade participando em mutirão para limpeza da escola. | (A) | (B) |
| 90. comunidade participando em mutirão para manutenção da estrutura física da escola. | (A) | (B) |

QUANTO A APOIO FINANCEIRO, ESTA ESCOLA PARTICIPA DE ALGUM? (Marque apenas UMA opção em cada linha.)

| | Sim | Não | Não se aplica. |
|---|-----|-----|----------------|
| 91. Programa de Financiamento do Governo Federal? | (A) | (B) | (C) |
| 92. Programa de Financiamento do Governo Estadual? | (A) | (B) | (C) |
| 93. Programa de Financiamento do Governo Municipal? | (A) | (B) | (C) |

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

94. QUEM ESCOLHEU OS LIVROS DIDÁTICOS UTILIZADOS NESTA ESCOLA? (Escolha apenas UMA alternativa de resposta.)

- (A) A equipe de professores da disciplina correspondente.
 (B) O coordenador pedagógico, orientador educacional e eu, depois de consultarmos a equipe de professores da disciplina correspondente.
 (C) O coordenador pedagógico ou orientador educacional escolheu sozinho.
 (D) Eu escolhi sozinho.
 (E) Órgãos de gerência externa à escola.
 (F) Não sei.

NESTE ANO, OCORRERAM AS SEGUINTE SITUAÇÕES: (Marque SIM ou NÃO em cada linha.)

| | Sim | Não |
|--|-----|-----|
| 95. Os livros chegaram em tempo hábil para o início das aulas. | (A) | (B) |
| 96. Faltaram livros para os alunos. | (A) | (B) |
| 97. Sobraram livros. | (A) | (B) |
| 98. Os livros escolhidos foram os recebidos. | (A) | (B) |

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

NESTE ANO, ACONTECERAM OS SEGUINTE FATOS NESTA ESCOLA:

| | Agente causador Externo (estranho à escola) | | Agente causador Interno (da própria escola) | |
|--|--|--------|---|---------|
| | Sim | Não | Sim | Não |
| | Atentado à vida de professores ou funcionários dentro da escola. | (A) 99 | (B) | (C) 100 |
| Atentado à vida de alunos dentro da escola. | (A) 101 | (B) | (C) 102 | (D) |
| Furto a professores ou funcionários dentro da escola. | (A) 103 | (B) | (C) 104 | (D) |
| Furto a alunos dentro da escola. | (A) 105 | (B) | (C) 106 | (D) |
| Roubo (com uso de violência) a professores ou funcionários dentro da escola. | (A) 107 | (B) | (C) 108 | (D) |
| Roubo (com uso de violência) a alunos dentro da escola. | (A) 109 | (B) | (C) 110 | (D) |
| Furto de equipamentos e materiais didáticos ou pedagógicos da escola. | (A) 111 | (B) | (C) 112 | (D) |
| Roubo (com uso de violência) de equipamentos e materiais didáticos ou pedagógicos da escola. | (A) 113 | (B) | (C) 114 | (D) |
| Quebra intencional de equipamento. | (A) 115 | (B) | (C) 116 | (D) |
| Pichação de muros ou paredes das dependências externas da escola. | (A) 117 | (B) | (C) 118 | (D) |
| Depredação das dependências externas da escola. | (A) 119 | (B) | (C) 120 | (D) |
| Sujeira nas dependências externas da escola. | (A) 121 | (B) | (C) 122 | (D) |
| Sujeira nas dependências internas da escola. | (A) 123 | (B) | (C) 124 | (D) |
| Pichação de muros ou paredes das dependências internas da escola. | (A) 125 | (B) | (C) 126 | (D) |
| Depredação das dependências internas da escola. | (A) 127 | (B) | (C) 128 | (D) |
| Depredação de banheiros. | (A) 129 | (B) | (C) 130 | (D) |
| Consumo de drogas nas dependências da escola. | (A) 131 | (B) | (C) 132 | (D) |
| Consumo de drogas nas proximidades da escola. | (A) 133 | (B) | (C) 134 | (D) |
| Tráfico de drogas nas dependências da escola. | (A) 135 | (B) | (C) 136 | (D) |
| Tráfico de drogas nas proximidades da escola. | (A) 137 | (B) | (C) 138 | (D) |

NESTE ANO, OS SEGUINTE EVENTOS FIZERAM OU NÃO PARTE DO COTIDIANO DESTA ESCOLA:

| | Sim | Não |
|--|-----|-----|
| 139. Membros da comunidade escolar portando arma de fogo. | (A) | (B) |
| 140. Membros da comunidade escolar portando arma branca (faca, canivete, estilete etc.). | (A) | (B) |
| 141. Ação de gangues nas dependências externas da escola. | (A) | (B) |
| 142. Ação de gangues nas dependências internas da escola. | (A) | (B) |

NESTE ANO, HOUE

| | Quem foi o agressor? | | | | | |
|---------------------------------|----------------------|-----|---------------|-----|-----------------|-----|
| | Aluno (1) | | Professor (2) | | Funcionário (3) | |
| | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não |
| Agressão verbal a professores. | (A) 143 | (B) | (A) 144 | (B) | (A) 145 | (B) |
| Agressão física a professores. | (A) 146 | (B) | (A) 147 | (B) | (A) 148 | (B) |
| Agressão verbal a alunos. | (A) 149 | (B) | (A) 150 | (B) | (A) 151 | (B) |
| Agressão física a alunos. | (A) 152 | (B) | (A) 153 | (B) | (A) 154 | (B) |
| Agressão verbal a funcionários. | (A) 155 | (B) | (A) 156 | (B) | (A) 157 | (B) |
| Agressão física a funcionários. | (A) 158 | (B) | (A) 159 | (B) | (A) 160 | (B) |

**161.VOCÊ CONHECE OS RESULTADOS DO
SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)?**

(A)Sim.

(B)Não.

**162.A SUA ESCOLA PARTICIPOU DA PROVA
BRASIL 2005?**

(A)Sim.

(B)Não.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
GERÊNCIA DE FORMAÇÃO PERMANENTE
DEPARTAMENTO DE EVENTOS



ANEXO I – PORTARIA Nº 62/05

Ministrantes

| Nome Completo | Nascimento | | CPF | Identidade | Matrícula (servidor PMF) | Carga Horária |
|---------------|------------|--------------------|-----|------------|-----------------------------|------------------|
| | Data | Município / Estado | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

Unidade Proponente:

Organizador / responsável:

Autorização da Diretoria

DIRETORIA DE.....

Carimbo e Assinatura do Diretor:

Florianópolis, ____/____/____

Departamento de Eventos

Recebido em ____/____/____.
Por:.....

Observações:
.....
.....

ANEXO F – Composição da RME de Florianópolis

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DO OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO E APOIO AO EDUCANDO - DIOBE
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS - GEINFE



SÍNTESE DO ATENDIMENTO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS / OUTUBRO / 2010

| ENSINO | NÍVEL | CARACTERÍSTICA | ATENDIMENTO | TOTAL DE DE U.E's | TOTAL DE ALUNOS | TOTAL DE TURMAS |
|------------------------------|--------------------|----------------|---------------|-------------------|-----------------|-----------------|
| REDE | EDUCAÇÃO INFANTIL | CRECHES | 0 A 6 ANOS | 48 | 6.223 | 318 |
| | | NEI's | 3 A 6 ANOS | 23 | 3.968 | 212 |
| | | *NEI VINCULADO | 3 A 6 ANOS | 7 | 297 | 15 |
| | | | TOTAL | 78 | 10.488 | 545 |
| MUNICIPAL | ENSINO FUNDAMENTAL | E. BÁSICAS | 1º A 8ª SÉRIE | 26 | 14.788 | 575 |
| | | E. DESDOBRADAS | 1º AO 4º ANO | 10 | 827 | 44 |
| | | | TOTAL | 36 | 15.615 | 619 |
| EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | NÚCLEOS | | | 114 | 26.103 | 1.164 |
| | | | | 13 | 1.300 | 60 |
| | | | | 13 | 1.300 | 60 |
| TOTAL GERAL DA REDE | | | 127 | 27.403 | 1.224 | |

OBS: O TERMO "NEI VINCULADO" REFERE-SE A UMA SALA (S) OU TURMA (S) QUE É (SÃO) UTILIZADA (S) DE DAS DEPENDÊNCIAS DE UMA UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL.

GERENCIADA APENAS POR UM DIRETOR.

Rua: Conselheiro Mafra, 658 - 5º andar - sala 501 - Centro Executivo Aldo Beck
Centro - Florianópolis /SC - CEP 88010-102 - ☎ (048) 3251-6105 /3251-6127

ANEXO G – Reportagem sobre a municipalização do Ensino Fundamental em Santa Catarina



Serviços | Governo | Santa Catarina | Notícias

Envie sua mensagem ao Governador ...

ASSESSORIA DE IMPRENSA

14 de março de 2003

Luiz Henrique inicia municipalização do Ensino Fundamental

» Fotos



Florianópolis - 03/03



Florianópolis - 03/03



Sepetiba - 04/03



Sepetiba - 04/03



Sepetiba - 04/03



São José - 03/03



São José - 03/03



São José - 03/03



São José - 03/03



São José - 03/03



Piraí - 03/03



Piraí - 03/03



Piraí - 03/03



São Francisco - 02/03



São Francisco - 02/03



Itanhem - 02/03



Florianópolis (14 de março) – O governador Luiz Henrique e o secretário da Educação e da Inovação iniciaram hoje o processo de municipalização do Ensino Fundamental com a assinatura do convênio com a Prefeitura de Zortéa. “Tenho pressa na municipalização, queremos atingir 100% dos municípios (293) em quatro anos, ao contrário de São Paulo que levou 12 para atingir um índice de 94%”, afirmou o governador. A rede de Ensino Fundamental atenda 480 alunos, com 24 mil professoras (ACTs não estão incluídos).

Com esta medida, acrescentou, a distorção existente no processo será extinta. “Em nenhum país do mundo há esta distorção, cujo grande prejudicado é o aluno”, complementou Luiz Henrique. “Como estava, não estávamos cuidando bem do Ensino Médio e, principalmente, do Profissionalizante.”

Luiz Henrique adiantou que, com a municipalização, o Secretário da Educação e da Inovação também terá o quadro de funcionários reduzido. “A burocracia é um peso para o Estado. Vamos mudar o seu foco. E este país velho que queremos revogar.”

De acordo com Aderle, 15 outros municípios já estão em processo de municipalização. Entre eles, Orleans, Joinville e Arlâópolis. Esta nova política de ensino levará a um sistema único de gestão, declarou o secretário. “A qualidade do ensino é nosso grande objetivo, por isso vamos implantar este processo democraticamente.” Com o sistema único, o secretário aposta que a educação fundamental deixará de ser tratada como propriedade do município ou do Estado, para ser encarada como um bem público.

Para o prefeito de Zortéa, Aldes Mantovani, a municipalização vai acabar com a competição destrutiva entre os estabelecimentos de ensino estaduais e municipais. Também farta com que as verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

O Fundef é um fundo contábil formado por 15% da arrecadação dos principais impostos dos estados e municípios. Semelhante aos fundos de participação dos estados e municípios, tem repasses automáticos, de acordo com coeficientes de distribuição estabelecidos e publicados previamente, com base no número de alunos atendidos. As receitas e despesas deverão estar previstas no orçamento e a execução contabilizada de forma específica.

PRINCIPAIS CLÁUSULAS

- O Estado transferirá ao município todas as matrículas dos ensinos Fundamental e Infantil;
- O Estado efetuará o pagamento integral dos vencimentos, incluindo salários, adicionais e Previdência dos professores cedidos, até que ocorra a vacância do cargo por exoneração, pedido de exoneração, remoção, licença não-remunerada ou aposentadoria;
- O Estado obriga-se a repassar, através da Secretaria da Educação e da Inovação, o total dos recursos do Fundef relativos aos alunos matriculados na rede;
- O Estado cederá ao município imóveis, móveis e equipamentos existentes na rede de ensino sob a modalidade de cessão de uso;
- É obrigação do município elevar a manutenção e liquidar as despesas para o desempenho das atividades escolares e suplementares;
- É obrigação do município contratar professoras para complementar o quadro, inclusive na substituição daqueles cedidos pelo Estado em eventuais licenças;
- É obrigação do município manter, a partir de 2004, os ensinos fundamental e infantil sob sua responsabilidade, não cabendo ao Estado a abertura de matrículas para o próximo período letivo.

ANEXO H – Escolas básicas – RME

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL Educação | **Contato: 31 3321-0000** | **TRIANET MAIL**

HOME
SOBRE A SECRETARIA
GESTÃO E TRANSPARÊNCIA
SERVIÇOS
NOTÍCIAS E EVENTOS
EMPREGOS

GERÊNCIA FINANCEIRA
GERÊNCIA DE TECNOLOGIA
ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
EDUCAÇÃO CONTÍNUA
EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
EDUCAÇÃO INFÂNCIA
INFRAESTRUTURA
OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL
QUALIFICAÇÃO EDUCATIVAS

- Escolas Básicas
- Escolas Desletradas
- CIECET e MEI
- História da Educação de Jovens e Adultos
- Estudos Comparados

CALENDÁRIO ESCOLAR
INFORMÁTICA DA EDUCAÇÃO
ANIMAIS DA UFRS

Escolas Básicas

instituições educativas – básicas

(clique no nome da escola para acessar o respectivo site)

Escola Básica Amélia Libertato Valentim
Avenida Tanguá Lacerda, 3339 – Costeira do Prajeado
CEP: 88247-001 – Fone: (48) 32281898
Fone Público: (48) 32283096
Diretor: Natália Cristina H. de Lima da Silva
e-mail: 8881.4803.0000@pref.flor.br

Escola Básica Aníbal Garibaldi São Thiago
Rua Aracema Barcelos Dutra, 1145 – Barra da Lagoa
CEP: 88261-300 – Fone: (48) 32977637 (Fax)
Fone Público: (48) 32232000
Diretor: Leovane Machado de Oliveira
e-mail: 8881.4803.0000@pref.flor.br

Escola Básica Antonina Madalena Dias NEI Vargem Grande – 2 a 6 anos
Rua Cordeiro Machado de Campos, 1027 – Vargem Grande
CEP: 88261-000 – Fone: (48) 32491838 (Fax)
Fone Público: (48) 32460202
Diretor: Ruben Ernesto F. Faria dos
e-mail: 8881.4803.0000@pref.flor.br

Escola Básica Antenorze Cavaleiro
Rua Porto Real, 113 – Foz de Itajaí
CEP: 88260-150 – Fone: (48) 32486645/324865450(Fax)
Fone Público: (48) 32480280
Diretor: Elvira Helena de Oliveira Espírito
e-mail: 8881.4803.0000@pref.flor.br

Escola Básica Anísio Teixeira
Rua João Cézar Jansen, 1451 – Costeira do Prajeado
CEP: 88247-000 – Fone: (48) 32261184 (Fax)
Fone Público: (48) 32261000
Diretor: Cláudia Cristina Zanica
e-mail: 8881.4803.0000@pref.flor.br

Escola Básica Anísio Pinheiro Apostolo
Avenida João Guadagnin Sakara, 8899 – São Vendelino
CEP: 88258-300 – Fone: (48) 32097320(Fax)
Fone Público: (48) 32287013
Diretor: Benedito da Rosa
e-mail: 8881.4803.0000@pref.flor.br

Escola Básica Barbosa Perceiro
Rocinha Baldoira Pimenta, 3902 – Alto Ribeirão
CEP: 88261-000 – Fone: (48) 32276070(Fax)
Fone Público: (48) 33375084
Diretor: Simone Garcia Vargas
e-mail: 8881.4803.0000@pref.flor.br

Escola Básica Beatriz de Souza Brito
Rua Diniz de Arredondeia Vieira, 600 – Bonfim
CEP: 88240-300 – Fone: (48) 32345192 (Fax)
Fone Público: (48) 32341513
Diretor: Elton Luiz Pinheiro
e-mail: 8881.4803.0000@pref.flor.br

Escola Básica Brigideiro Eduardo Gomes
Avenida Placido Pinheiro, 2929 – Campinho
CEP: 88262-100 – Fone: (48) 32374790
Fone Público: (48) 32374605
Diretor: Gilda Maria da Sarmaga Lopa
e-mail: 8881.4803.0000@pref.flor.br

Escola Básica Cléia Lúcia dos Santos
Rocinha SC 888, 8880 – Avenida do Friburgo de São
CEP: 88265-000 – Fone: (48) 32095800(Fax)
Fone Público: (48) 32375047
Diretor: Gracielly Alencastro da Silva
e-mail: 8881.4803.0000@pref.flor.br

Escola Básica Cláudia Maria do Carmo
Rocinha Wagner Marisa, 871 – São Grande
CEP: 88232-001 – Fone: (48) 32382280 (Fax)
Fone Público: (48) 33376905
Diretor: Everson Zaff Pinheiro
e-mail: 8881.4803.0000@pref.flor.br

Escola Básica Gentil Matias da Silva
Rua Dom João Rangel, 980 – Imbituba
CEP: 88260-440 – Fone: (48) 32493100(Fax)
Fone Público: (48) 32490604
Diretor: Adilson de Oliveira
e-mail: 8881.4803.0000@pref.flor.br

Escola Básica Homageo Viana
Rua João Machado de Costa, 249 – Lagoa do Condição
CEP: 88262-000 – Fone: (48) 32328932 (Fax)
Fone Público: (48) 32321190
Diretor: Gilson Faver de Souza Filho
e-mail: 8881.4803.0000@pref.flor.br

Escola Básica Intendente Arcoverde da Silva
Rocinha Lacerda Pereira, 830 – Camarões do Boca Juba
CEP: 88260-100 – Fone: (48) 32445030
Fone Público: (48) 32445790
Diretor: MURILO Afonso A. Araújo
e-mail: 8881.4803.0000@pref.flor.br

Escola Básica João Alfredo Maia
Rua João de Duarte Silva, 1123 – Corrego Grande
CEP: 88237-000 – Fone: (48) 32331888 (Fax)

DESTAQUES

Boletim On Line

ANIMAS de IRIE

PROGRAMAS

Programa de Escolas e seus Atores de Entrada

Fone Público: (48) 32343516
Diretora: Adenilde Ferrari Cagliari
e-mail: ebm.joaoalfredorhr@pmf.sc.gov.br

Escola Básica João Gonçalves Pinheiro
Rua: Sílvio Lopes Araújo, s/n - Rio Tavares
CEP: 88048-391 - Fone: (48) 32326269
Fone Público: (48)
Diretora: Rosinete dos Santos F. Lopes da Silva
e-mail: ebm.joaoconcaves@pmf.sc.gov.br

Escola Básica José Amaro Cordeiro
NEI Morro das Pedras - 3 a 6 anos
Rodovia Francisco Thomaz dos Santos, 1691 - Morro das Pedras
CEP: 88056-000 - Fone: (48) 32387834 (Fax)
Fone Público: (48) 32379253
Diretora: Msrca Maria dos Santos
e-mail: ebm.joseamaro@pmf.sc.gov.br

Escola Básica José do Valle Pereira
Rodovia João Paulo, 1268 - João Paulo
CEP: 88030-300 - Fone: (48) 32381737 (FAX)
Fone Público: (48) 32380319
Diretora: Paula Moraes
e-mail: ebm.josedovalle@pmf.sc.gov.br

Escola Básica Luiz Cândido da Luz
Rodovia SC 403, Km 3 - Vargem do Bom Jesus
CEP: 88070-220 - Fone: (48) 32696636 (Fax)
Fone Público: (48) 32696745
Diretor: Marcela Monteiro de Leon
e-mail: ebm.luiscandido@pmf.sc.gov.br

Escola Básica Nancio Costa
Rua Intendente Antonio Damasco, 3131 - Ratonos
CEP: 88052-100 - Fone: (48) 32668218 (FAX)
Fone Público: (48) 32825363
Diretora: Gilberto André Borges
e-mail: ebm.nanciocosta@pmf.sc.gov.br

Escola Básica Maria Conceição Nunes
Rua Luiz Duarte Soares - Rio Vermelho
CEP: 88060-038 - Fone: (48) 32348557
Fone Público: (48) 32348557
Diretor: Sandro de Almeida Nery
e-mail: ebm.mariaconceicao@pmf.sc.gov.br

Escola Básica Maria Tomázia Coelho
Rua Venador Onildo Lemos, 1409 - Santinho
CEP: 88058-601 - Fone: (48) 32691325
Diretor: Liziane Diaz Farias
e-mail: ebm.mariatomazia@pmf.sc.gov.br

Escola Básica Osmar Cunha
Rodovia Tertúlio Brito Xavier, 661 - Canasvieiras
CEP: 88054-600 - Fone: (48) 32665312 (fax)
Fone Público: (48) 32661401
Diretor: Lenir de Oliveira Sacco
e-mail: ebm.osmarcunha@pmf.sc.gov.br

Escola Básica Osvaldo Machado
Rua Luiz Boiteux Piazzeta, 6542 - Ponta das Canas
CEP: 88056-000 - Fone: (48) 32842110(FAX)
Fone Público: (48) 32841374
Diretora: Karina Ribas
e-mail: ebm.osvaldomachado@pmf.sc.gov.br

Escola Básica Paulo Fontes
Rua Osni Barbatto, 168 - Santo Antônio de Lisboa
CEP: 88050-450 - Fone: (48) 32352192(FAX)
Fone Público: (48) 32351634
Diretora: Denise de Amorim Costa Martins
e-mail: ebm.paulofontes@pmf.sc.gov.br

Escola Básica Vítor Miguel de Souza
Rua Vítor Miguel de Souza, 186 - Itacorubi
CEP: 88034-390 - Fone: (48) 33340031 (Fax)
Fone: (48) 33341043
Diretor: Ricardo Paz
e-mail: ebm.vitormiguel@pmf.sc.gov.br

ANEXO I – Escolas desdobradas



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS



SECRETARIA MUNICIPAL

Educação

Secretarias e Departamentos

INTRANET MAIS

HOME

SOBRE A SECRETARIA

ESTATÍSTICA E TRANSPARÊNCIA

SERVIÇOS

NOTÍCIAS E EVENTOS

OUVIDORIA

GERÊNCIA FINANCEIRA

GERÊNCIA DE TECNOLOGIA

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

EDUCAÇÃO CONTINUADA

EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

EDUCAÇÃO INFÂNCIA

INFRAESTRUTURA

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHOS MUNICIPAIS

INSTITUÇÕES EDUCATIVAS

- ▶ Escolas Básicas
- ▶ Escolas Desdobradas
- ▶ Creches e MEI
- ▶ Núcleos de Educação de Jovens e Adultos
- ▶ Entidades Concomitantes

CALENDÁRIO ESCOLAR

INFORMATIVO DA EDUCAÇÃO

ANIMAIS DA ILHA

HOME

Escolas Desdobradas

instituições educativas – desdobradas

(Clique no nome da escola para acessar o respectivo site)

Escola Desdobrada Costa da Lagoa

MEI Costa da Lagoa - 3 a 6 anos
 Estrada Geral Costa da Lagoa - Costa da Lagoa
 CEP: 88202-310 - Fone: (48) 33333613
Diretora: Waldirene Garcia Moraes
e-mail: edm.costa2da lagoa@pmf.sc.gov.br

Escola Desdobrada Costa do Dentre

MEI Costa do Dentre - 3 a 6 anos
 Rua Rodrigo Pinheiro Ferreira, 2595 - Costa do Dentre
 CEP: 88270-220 - Fone: (48) 32377270
 Fone Público: (48) 33692265
Diretora: Gilmara Oliveira Corvalho
e-mail: edm.costa.dentre@pmf.sc.gov.br

Escola Desdobrada João Francisco Garcia

MEI Laurindo Jansônio da Silva - 3 a 6 anos
 Rua Marcílio Aurélio Hoffman, 132 - Servina - Trindade
 CEP: 88240-440 - Fone: (48) 32268297
Diretora: Vivianne Coelho Barozzi
e-mail: edm.joaofrancisco@pmf.sc.gov.br

Escola Desdobrada José Jacinto Cariani

MEI Sorrisinha - 3 a 6 anos
 Rua Marcílio Aurélio Hoffman, 132 - Servina - Trindade
 CEP: 88240-440 - Fone: (48) 32343804 (FAX)
 Fone Público: (48) 32343052
Diretora: Keryna Garcia da Silveira
e-mail: edm.joseljacinto@pmf.sc.gov.br

Escola Desdobrada Jurandir

MEI Jurandir
 Rua Jurandir Tradicional, 232 - Jurandir
 CEP: 88254-400 - Fone: (48) 3292-2034
 Fone Público: (48) 32821157
Diretora: Renata Pichowiatk
e-mail: edm.jurandir@pmf.sc.gov.br

Escola Desdobrada Luperácio Belarmino da Silva

Rodovia Balneário Figueiras, 16123 - Ribeirão da Ilha
 CEP: 88264-802 - Fone: (48) 32376446
 Fone Público: (48) 32278025
Diretora: Wanderson Inês Holmberg
e-mail: edm.luperacio@pmf.sc.gov.br

Escola Desdobrada Marcilino José de Lima

Rua Frei Delfino, 1200 - Ilha do Barrigada
 CEP: 88251-811 - Fone: (48) 32351295
 Fone Público: (48) 32351773
Diretora: Cristina A. Mendes Malvestrini
e-mail: edm.marcilino@pmf.sc.gov.br

Escola Desdobrada Desatelo Galupo

MEI Morro do Hardeiro - 3 a 6 anos
 Rua Antônio Carlos Ferreira, 1310 - Morro do Hardeiro
 CEP: 89125-211 - Fone: (48) 33339400 (Fax)
 Fone Público: (48) 32321042
Diretora: Alayr Terenziê Marcel Peço
e-mail: edm.desatelo@pmf.sc.gov.br

Escola Desdobrada Praia de Farol

MEI Praia de Farol - 3 a 6 anos
 Rua José Cardoso de Oliveira, 3547 - Jurandir Internacional
 CEP: 88253-306 - Fone: (48) 32821458
 Fone: (48) 3282-1458
Diretora: Wilson Luiz Fagundes
e-mail: edm.praiafarol@pmf.sc.gov.br

Escola Desdobrada Retiro da Lagoa

MEI Retiro da Lagoa - 3 a 6 anos
 Rua Antônio Carlos Ferreira, 1310, 21E - Lagoa da Conceição
 CEP: 88262-420 - Fone: (48) 32393199
 Fone Público: (48) 32325333
Diretora: Ivo Reich
e-mail: edm.retiroda lagoa@pmf.sc.gov.br

DESTAQUES



ANEXO J – Implantação do SEU



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

HOME CIDADE GOVERNO SERVIÇOS NOTÍCIAS OLVIDADIA Secretarias e Órgãos INTRANET MAIL

26/03/2011 - 09h - Educação

Sistema Educacional UniBrasil é implantado na rede municipal

Sistema Educacional UniBrasil é implantado na rede municipal



Sistema Educacional UNIBRASIL - SEU

Foi realizada hoje (26), no Hotel Britos, uma formação do Sistema Educacional UniBrasil (SEU) para os assessores da Secretaria Municipal de Educação e para os diretores das 13 escolas da rede onde o sistema está sendo implantado. O SEU foi criado para combater com a melhoria do ensino público, por meio de parceria estabelecida com os secretarês municipais de Educação. O Sistema oferece assessoria, material didático, palestras e consultorias para educadores e alunos e oferece diversos recursos.

De alunos de 2º ao 4º ano das escolas participantes receberão gratuitamente o material que será utilizado em sala de aula. A entrega dos livros será feita duas vezes por semestre, cada vez realizada também uma palestra para os pais.

O SEU será responsável pela formação dos profissionais que trabalham nestas escolas. A primeira formação com os professores foi feita nos dias 6 e 9 de fevereiro. A segunda será no dia 17 de maio e no dia 14 de junho será realizado um seminário. Os educadores também participam de todos cursos a distância oferecidos pelo sistema UniBrasil.

O objetivo da implantação do SEU é unificar o sistema de educação da rede municipal. A partir de agora, os primeiros anos destas 13 escolas estarão os temas identidades e cidadania. No 2º ano, os temas serão brinquedos, brincadeiras e cidadania. Os lugares no mundo, o tempo, o clima e as civilizações serão os assuntos do 3º ano. Já no 4º ano, os temas estudados serão planeta terra, sustentabilidade, água e ar. A unificação afetará quando algum aluno precisar mudar de escola.

As unidades participantes são as Escolas Básicas Municipais Albertine Madalena Dias (Vergem Grande), Batista Pereira (Alto Ribeirão), Danilce Maria de Costa (Saco Grande), Izabelente Antonietes de Silva (Carchoeira Bom Jesus), João Alfredo Bahr (Córrego Grande), José Amaro Dardeno (Povo das Pedras) José da Valle Pereira (Vale Pêsco), Dólar Cunha (Carapicuíba), Antônio Paschoal Jardim (Rio Tapereinha) e as escolas Desideradas José Jacinta Carolina (Trindade), Marcelino José de Lenc (Samborê), Para do Forno (Jurema Internacional) e Jurema (Jurema).

Nas escolas Oemar Cunha e Antônio Paschoal Apóstolo, o SEU também oferecerá aulas de inglês e aulas informatizadas.

MANCHETES

- SISTEMAS NOTÍCIAS
- CALENDRÁRIO
- AGENDA DE EVENTOS

FAZER CONSULTA:

município: _____
estado: _____
cidade: _____
Todos: _____
cep: _____
período: _____
de: 26/03/2011
de: 00:00:0000 a: 00:00:0000
de: _____

DESTAQUES

- Lei Municipal de Inovação
- PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO
- CÓDIGO DE POSTURAS
- FENAOSTRA
- IPTU 2011
- ACESSIBILIDADE
- Florianópolis Transparente
- Preço Eletrônico

galeria de imagens



Copyright © 2009-2011 Prefeitura Municipal de Florianópolis. Todos os direitos reservados.
Política de Privacidade | Mapa de Navegação | Contato

ANEXO K – Formação dos professores da RME – 2009



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

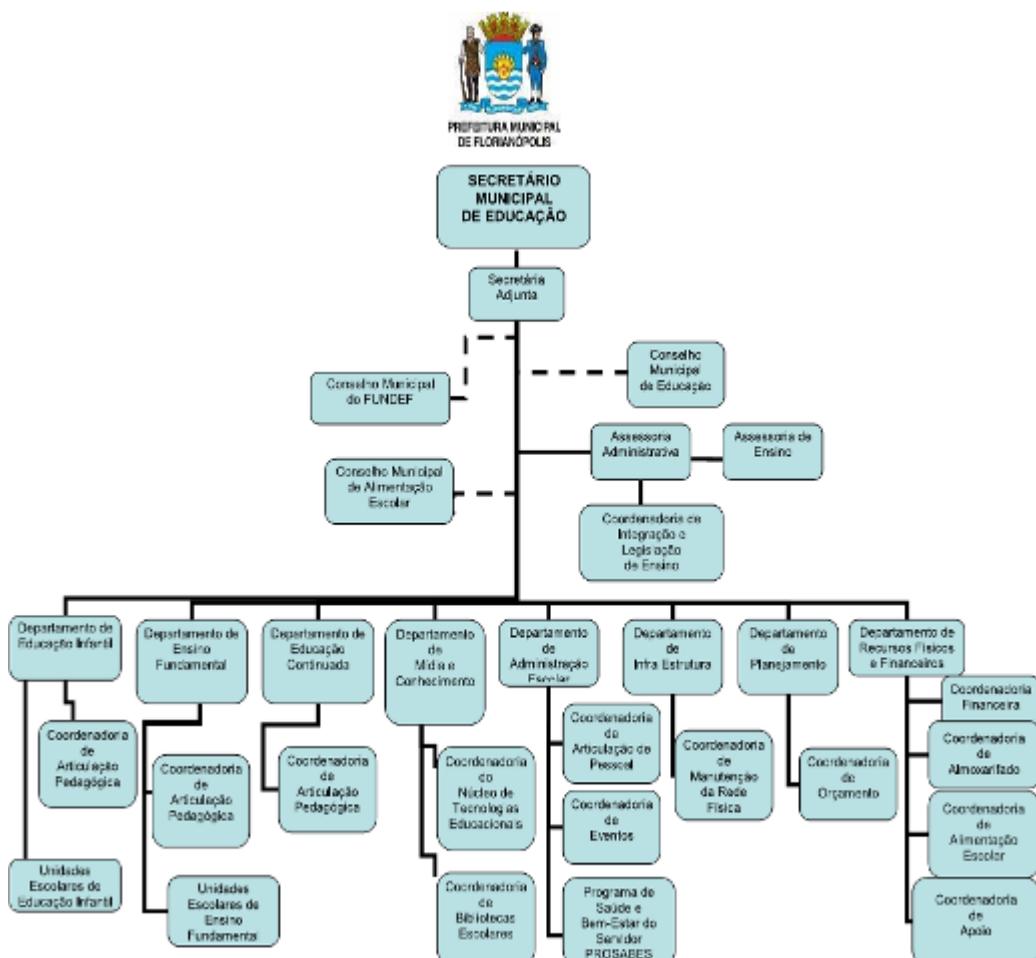


QUADRO DEMONSTRATIVO DA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - GERAL - JULHO 2009

| Cargo Formação | Magistério / 5ª a 8ª Fase | | Total | % | Graduação | | Especialização | | Mestrado | | Doutorado | | TOTAL |
|------------------------------|---------------------------|------------|------------|-------|-------------|-------------|----------------|-------|-------------|-------------|-------------|------------|-------------|
| | Efetivo | Substituto | | | Efetivo | Substituto | Total | % | Total | % | Total | % | |
| Administrador Escolar | | | | | 6 | | 22,22 | | 19 | 70,37 | 2 | 7,41 | 27 |
| Auxiliar de Ensino | 2 | 1 | 3 | 1,02 | 186 | 149 | 66,89 | | 93 | 31,74 | 1 | | 293 |
| Aux. Ensino Ed Especial | 32 | 32 | 64 | 38,55 | 51 | 51 | 61,45 | | | | | | 83 |
| Ciências | 1 | 1 | 2 | 1,20 | 38 | 54 | 65,06 | | 21 | 25,30 | 7 | 8,43 | 83 |
| Dança | 2 | 2 | 4 | 12,50 | 14 | 14 | 87,50 | | | | | | 16 |
| Ed Artística - Coreítes | 2 | 2 | 4 | 4,75 | 26 | 34 | 80,95 | | 5 | 11,90 | 1 | 2,38 | 42 |
| Ed Artística - Música | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 12 | 15 | 78,96 | | 3 | 15,79 | | | 19 |
| Ed Artística - Plásticas | 5 | 5 | 10 | 10,87 | 7 | 26 | 33 | 71,74 | 7 | 15,22 | 1 | 2,17 | 42 |
| Ed Especial | 2 | 2 | 4 | 2,78 | 34 | 51 | 70,83 | | 16 | 22,22 | 3 | 4,17 | 72 |
| Ed Física | 1 | 1 | 2 | 0,41 | 34 | 104 | 136 | 56,56 | 90 | 36,89 | 15 | 6,15 | 244 |
| Ed Infantil | 4 | 2 | 6 | 0,81 | 339 | 443 | 59,95 | | 278 | 37,62 | 12 | 1,62 | 739 |
| Espanhol | | | | | 11 | 11 | 100,00 | | | | | | 11 |
| Geografia | | | | | 12 | 34 | 46 | 69,70 | 15 | 22,73 | 4 | 6,06 | 66 |
| História | | | | | 9 | 35 | 44 | 65,67 | 16 | 23,88 | 7 | 10,45 | 67 |
| Inglês | | | | | 1 | 9 | 10 | 66,67 | 4 | 26,67 | 1 | 6,67 | 15 |
| Interprete Libras | 1 | 1 | 2 | 7,69 | 12 | 12 | 92,31 | | | | | | 13 |
| Instrutor Libras | 1 | 1 | 2 | 16,67 | 5 | 5 | 83,33 | | | | | | 6 |
| Matemática | 6 | 6 | 12 | 7,06 | 31 | 41 | 48,24 | | 36 | 42,35 | 2 | 2,35 | 85 |
| Orientador Educacional | | | | | 6 | 10,00 | 47 | 78,33 | 7 | 11,67 | | | 60 |
| Português | | | | | 19 | 30 | 67,12 | | 17 | 23,28 | 7 | 9,58 | 73 |
| Português/Inglês | | | | | 13 | 7 | 20 | 68,97 | 6 | 20,68 | 2 | 6,90 | 29 |
| Séries Iniciais | 3 | 5 | 8 | 2,43 | 43 | 173 | 216 | 58,38 | 134 | 36,22 | 11 | 2,97 | 370 |
| Supervisor Escolar | | | | | 18 | 18 | 20,68 | | 61 | 70,11 | 8 | 9,20 | 87 |
| Sub-Total Efetivos | 10 | | | | 371 | | | | 868 | 84,6 | 91 | 6,8 | 1343 |
| Sub-Total Substitutos | | | | | | | 27,6 | | | | 71,6 | | 100 |
| Porcentagem | | | 0,7 | | | | | | 99,3 | | | | |
| Sub-Total Substitutos | | 61 | | | | 1142 | | | | | | | 1203 |
| Porcentagem | | | | | | | 94,9 | | | | | | 100 |
| Total Magistério | 10 | 61 | 71 | | 371 | 1142 | 1513 | | 868 | | 91 | 3 | 2546 |
| | 0,4 | 2,4 | 2,8 | | 14,6 | 44,9 | 59,4 | | 34,1 | | 3,6 | 0,1 | |
| Porcentagem | | | 2,8 | | | | 50,4 | | | | 37,8 | | 100 |

ANEXO M – Organograma SME – 2005 a 2009

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS



ANEXO N – Portaria 031/10 – Diretrizes da formação continuada



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 031/10.

DEFINE DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 9.394/96, Decreto Federal nº 6.755/09, Lei Municipal 7.508/07, Lei Complementar Municipal nº 348/09 e demais disposições em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Definir diretrizes para a Formação Permanente dos Profissionais que atuam no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º A formação permanente terá como objetivo valorizar e (re) orientar a ação educativa dos profissionais.

§ 2º Compete à Gerência de Formação Permanente, em conjunto com as Diretorias e Gerências da Secretaria Municipal de Educação, planejar, organizar, acompanhar e avaliar as ações de formação permanente.

Art. 2º Entende-se por formação permanente todo processo que possibilita a construção e a ressignificação de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades referentes às inovações científicas, técnicas e pedagógicas.

Art. 3º A formação permanente está organizada a partir de duas perspectivas, que ensejam ações integrativas:

1. ações de formação centradas nos eixos norteadores da Secretaria Municipal de Educação;

2. ações de formação centradas nos contextos educativos e na ação educativo-pedagógica dos profissionais da educação.

Art. 4º A formação poderá ser articulada de forma Centralizada e Descentralizada, orientada pelo anexo I.

Art. 5º A **FORMAÇÃO CENTRALIZADA**, articulada e planejada pela Secretaria Municipal de Educação, caracteriza-se por seu largo alcance e simultaneidade, objetivando a socialização de conceitos e propostas educacionais.

§ 1º Propõe a reflexão sobre questões de relevância voltadas às temáticas de interesse geral e ou específicas das diferentes etapas, níveis e modalidades de ensino e será planejada, prioritariamente, obedecendo à seguinte metodologia organizacional:

I - A primeira semana de cada mês será destinada aos Professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental (inclusive os Professores de Educação Física dos Anos Iniciais), da Educação de Jovens e Adultos, Especialistas e Auxiliares de Sala da Educação Infantil.

II - A segunda semana de cada mês será destacada para que as Unidades Educativas e a Secretaria Municipal de Educação realizem suas reuniões administrativas e/ou pedagógicas.

III - A terceira semana de cada mês será destinada aos Professores e Supervisores da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da Educação Especial, Diretores de Unidades Educativas, TOPAS, Auxiliares de Salas Informatizadas e Secretários Escolares.

IV - A quarta semana de cada mês será destinada aos Professores de Instituições Conveniadas, de Educação Física da Educação Infantil, de LIBRAS, Bibliotecários, Auxiliares de Ensino, Especialistas, Coordenadores e Auxiliares de Ensino da Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

§ 2º Excetua-se a esta organização toda formação que enseje ações integrativas, exigindo, portanto, a reunião de profissionais dos diferentes níveis e modalidades de ensino ou oferecida por outras instituições.

Art. 6º A **FORMAÇÃO DESCENTRALIZADA** será desenvolvida a partir das demandas e expectativas educacionais das Unidades Educativas, em consonância com seu Projeto Político Pedagógico, articulada com as Diretrizes e Metas da

Secretaria Municipal de Educação e proposta a partir da apresentação de um projeto, segue o fluxo abaixo descrito:

I – Elaboração de um projeto de formação, pela Unidade Educativa, contemplando ações significativas e vivenciadas em sua realidade, de acordo com as Diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Educativa.

II – Apresentação do projeto à respectiva Diretoria de Educação/Ensino, para análise e parecer, com até 15 dias úteis antes do início da atividade.

III – Encaminhamento do projeto e respectivo parecer, pela Diretoria de Educação/Ensino, à Gerência de Formação Permanente, com até 10 dias úteis antes do início da atividade.

IV – Divulgação do parecer final, pela Gerência de Formação Permanente, com até 5 dias úteis antes do início da atividade.

Parágrafo Único – É de responsabilidade de cada Diretoria organizar, com os seus respectivos assessores, o acompanhamento e a avaliação da formação descentralizada.

Art. 7º O Processo de Formação Permanente poderá ocorrer nas modalidades presencial, semi-presencial ou a distância.

Art. 8º Cabe à Gerência de Formação Permanente a gestão municipal da Plataforma Paulo Freire, que é o sistema do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, do Ministério da Educação – MEC.

Art. 9º Os casos omissos desta Portaria serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria n º 078/09 e demais disposições em contrário.

Florianópolis, 03 de maio de 2010.

RODOLFO JOAQUIM PINTO DA LUZ
Secretário Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Florianópolis
Secretaria Municipal de Educação

Anexo I - Portaria nº 031/10

| JANEIRO | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|----------------|---------|-------|--------|--------|-------|
| Semanas | | | | | 1 |
| Primeira | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| Segunda | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Terceira | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| Quarta | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |

| FEVEREIRO | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|----------------|---------|-------|--------|--------|-------|
| Semanas | | | | | |
| Primeira | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Segunda | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| Terceira | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 |
| Quarta | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 |

| MARÇO | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|----------------|---------|-------|--------|--------|-------|
| Semanas | | | | | |
| Primeira | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Segunda | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| Terceira | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 |
| Quarta | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 |

| ABRIL | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|----------------|---------|-------|--------|--------|-------|
| Semanas | | | | 1 | 2 |
| Primeira | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| Segunda | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
| Terceira | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 |
| Quarta | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |

| MAIO | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|----------------|---------|-------|--------|--------|-------|
| Semanas | | | | | |
| Primeira | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| Segunda | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 |
| Terceira | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 |
| Quarta | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 |

| JUNHO | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|----------------|---------|-------|--------|--------|-------|
| Semanas | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Primeira | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| Segunda | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 |
| Terceira | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 |
| Quarta | 28 | 29 | 30 | | |

| JULHO | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|----------------|---------|-------|--------|--------|-------|
| Semanas | | | | 1 | 2 |
| Primeira | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| Segunda | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
| Terceira | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 |
| Quarta | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |

| AGOSTO | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|----------------|---------|-------|--------|--------|-------|
| Semanas | | | | | |
| Primeira | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| Segunda | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 |
| Terceira | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| Quarta | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |

| SETEMBRO | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|----------------|---------|-------|--------|--------|-------|
| Semanas | | | 1 | 2 | 3 |
| Primeira | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Segunda | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
| Terceira | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
| Quarta | 27 | 28 | 29 | 30 | |

| OUTUBRO | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|----------------|---------|-------|--------|--------|-------|
| Semanas | | | | | 1 |
| Primeira | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 |
| Segunda | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| Terceira | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 |
| Quarta | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 |

| NOVEMBRO | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|----------------|---------|-------|--------|--------|-------|
| Semanas | | | | | |
| Primeira | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Segunda | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
| Terceira | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 |
| Quarta | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 |

| DEZEMBRO | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|----------------|---------|-------|--------|--------|-------|
| Semanas | | | 1 | 2 | 3 |
| Primeira | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| Segunda | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
| Terceira | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 |
| Quarta | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 |

ANEXO O – Termo de Cooperação técnica – PAR



Ministério da Educação

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2424 QUE ENTRE SI CELEBRARAM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC E O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC REPRESENTADO PELA PREFEIRA DE FLORIANÓPOLIS.

A União, por meio do Ministério da Educação - MEC, inscrito no CNPJ sob o nº 00.384.65/0124-62, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Brasília/DF, neste ato representado pelo diretor do Estado Fernando Haddad, e o MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC, representado pelo PREFE MUN DE FLORIANÓPOLIS, inscrito no CNPJ sob o nº 03902020/0043, neste ato representado pelo(a) prefeito(a) DARIO ELIAS BERSER, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, CPF nº 34195491961, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação Técnica, em conformidade com as peças constantes no Processo nº 23400.2046952006-06, nos termos do Decreto nº 6586 de 26 de abril de 2007, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMÉIRA - O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto a conjugação de esforços entre as partes para a promoção de ações e atividades que contribuam para o processo de desenvolvimento educacional do município, visando a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Parágrafo único - O MEC designa como unidades executoras do presente Termo de Cooperação Técnica o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação - PNDE, a Secretaria de Educação Especial - SEESP, a Secretaria de Educação a Distância - SEED, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC e a Secretaria de Educação Básica - SEB.

DAS AÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA - A implementação do Termo de Cooperação Técnica se dará por intermédio da execução de ações e atividades descritas no Anexo I deste Termo.

Parágrafo único - A execução das ações constantes do Anexo I será de acordo com os quantitativos, estratégias de implementação e cronogramas constantes do Plano de Ações Articuladas, parte integrante deste processo.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTICIPE

CLÁUSULA TERCEIRA - Compete conjuntamente aos partícipes:

- desenvolver, elaborar e prover apoio técnico aos programas e projetos a serem definidos para a implementação do presente Termo;
- disponibilizar materiais e informações técnicas necessárias à implementação dos programas e projetos;
- acompanhar, monitorar e avaliar os resultados alcançados nas ações e atividades programadas, visando a otimização e/ou adequação quando necessários;
- contatar todas as instituições com afinidade e dentro de prazos administrativos e técnicos adequados.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo de Cooperação Técnica vigorará pelo prazo de 04 (quatro) anos, a partir da data de sua assinatura, com a possibilidade de prorrogação por igual ou inferior período, podendo ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias.

DAS ALTERAÇÕES (AJUSTES)

CLÁUSULA QUINTA - O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser ajustado (ativado), sempre que houver acordo para alteração das ações previstas no Plano de Ações Articuladas.

DOS RECURSOS

CLÁUSULA SEXTA - Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução deste Termo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como serviços de terceiros, pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta de dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes e/ou outros parceiros.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA SÉTIMA - A rescisão deste Termo ocorrerá em decorrência do não cumprimento das cláusulas pactuadas, quando a execução das ações e atividades estiver em desacordo com o objeto, e ainda por razões de interesse público.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA OITAVA - A efetividade das ações assumidas pelo MEC/PNE fica condicionada à disponibilidade orçamentária/financeira, bem como às demais circunstâncias impeditivas ao cumprimento do estabelecido no presente Termo.

DO FORO

CLÁUSULA NONA - Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes da interpretação, aplicação ou execução deste Termo, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por estarem de pleno acordo, firmou o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, presente as duas testemunhas abaixo qualificadas.

Brasília-DF, 19 de Outubro de 2009.



Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____
R.O.: _____ R.O.: _____
Assinatura: _____ Assinatura: _____

Anexo 1
Assistência Técnica do MEC ao Município Florianópolis.

1. Gestão Educacional

- Disponibilizar recursos financeiros para 3 (três) unidades escolares, para aplicação em projetos decorrentes do PDE Escola - Plano de Desenvolvimento da Escola.
- Capacitar 10 servidores do SME, para formação de conselheiros escolares, pelo Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.
- Capacitar 4 servidores do SME, para formação do demais servidores da SBE, pelo Programa Nacional de Acompanhamento e Avaliação do PNE e dos Planos Decretais Correspondentes.
- Capacitar 2 servidores do SME em metodologia de planejamento na escola, pelo PDE Escola - Plano de Desenvolvimento da Escola.

2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar

- Capacitar 700 professores cursistas em História e Cultura Afro-brasileira e Africana, pela SECAD - Formação para Diversidade - Educação das Relações Étnico-raciais.
- Disponibilizar 700 hrs/s de material para suporte ao processo didático de implantação da Lei 10.639/03, pela SECAD - Formação para Diversidade - Educação das Relações Étnico-raciais.

4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

- Realizar juntamente com a SBE a adequação de 20 (vinte) unidades escolares, tornando-as acessíveis às pessoas com deficiência, pelo SEESP - Acessibilidade.
- Capacitar 2 servidores do SME para utilização da metodologia do USE - Levantamento da Situação Escolar.

ANEXO P – Formação promovida pela EBM “Beatriz de Souza Brito”

Curso: “Ler e Escrever: Compromisso da Escola, compromisso de todas as áreas - Língua Portuguesa”

Ano: 2005

Unidade proponente: EB Beatriz de Souza Brito

Nome do Curso: “Ler e Escrever: Compromisso da Escola, compromisso de todas as áreas - Língua Portuguesa”

30/05 e 31/05; 17 e 18/10 (horas presenciais)

Carga horária total: 50h (32 presenciais e 18 não presenciais)

Justificativa:

Enfrentar, hoje, os desafios postos pela educação em nosso país passa, necessariamente, pela formação de educadores na perspectiva de alterar o contexto em que eles se movem, o que só é possível com a construção de alianças entre os grupos de uma determinada comunidade escolar e os agentes públicos e privados que efetivamente se sensibilizam e dividam responsabilidades no processo educativo de nossas crianças.

“os professores são mal preparados” – é a voz corrente. Em geral argumenta-se que a culpa é dos cursos ruins. Mas não existe uma literatura que forme o professor ideal, por mais qualificada que seja. Trabalhamos com alunos reais, com qualidades e dificuldades distintas e lidar com essa diversidade exige maturidade, adquirida somente com a experiência profissional e reflexão sobre a prática diante das situações novas que surgem no cotidiano. É fundamental para o professor ter acesso a um sistema que sustente seu desenvolvimento de forma continuada, necessariamente num trabalho cooperativo de reflexão e proposições entre os colegas das diversas disciplinas que intervêm na mesma realidade.

Os contextos mais recentes sobre as competências para ensinar incluem a postura reflexiva, a capacidade de analisar a própria prática; não que se dê por suposto que os educadores conhecem suficientemente as suas próprias necessidades e as de seus educandos, mas considerar que esse conhecimento resulta de uma atuação profissional e de seu engajamento nas atividades de formação contextualizadas.

Ao contrário dos tradicionais cursos de atualização, um programa de formação continuada, implementado pelo grupo de educadores de um determinado contexto, busca assessorias que organizem processos para serem vivenciados pelos participantes. A expectativa é de que se reproduza tais processos na relação com os próprios educandos. Por exemplo, partir do que já sabem, identificar o que precisam saber, orientar e subsidiar essa busca. A diferença que se espera das práticas recorrentes de formação é que não bastem explicações de propósitos e prescrição de modos de atuação, mas sim, experimentá-los entre os participantes da formação. É o princípio da homologia didática – defendida atualmente nos programas – que consiste em criar situações que permitam ao educador em formação viver atividades suscetíveis de serem mais tarde, ativadas por eles em sala de aula.

Outra inovação na literatura sobre programas de formação, de professores de qualquer área, é a ênfase atribuída ao domínio da língua e do discurso, o que pressupõe confrontar-se com um paradoxo, pois os professores apresentam muitas lacunas nesses mesmos domínios. A idéia de que se expressar com propriedade é “coisa para a aula de língua portuguesa”, enquanto as demais disciplinas se preocupam com o “conteúdo” não encontra ressonância nas práticas sociais das diversas ciências. Um texto acadêmico, ou mesmo de divulgação científica, é produzido com rigor e cuidado, para que o enunciador possa orientar o mais possível os processos de leitura do receptor. É tarefa de todo professor, portanto, independentemente da área, mediar também os procedimentos de que o aluno precisa dispor para acessar os conteúdos da disciplina que estuda. Produzir esquemas, resumos que orientem o processo de compreensão dos textos, bem como apresentar roteiros que indiquem os objetivos e expectativas que cercam o texto que se espera ver analisado ou produzido não pode ser tarefa delegada a outro professor que não o da própria área. Disso decorre que um programa de formação de professores passa necessariamente pela formação desses como utilizadores proficientes da língua e ao mesmo tempo por propiciar-lhes os meios necessários à apropriação de saberes conducentes a uma inovação didática. É preciso exercitar uma nova

didática que cumpra a função primordial da escola, que é a de favorecer a autonomia e a descoberta de ser leitor nas múltiplas faces da língua, nas diversas disciplinas que compõem o currículo escolar. Autonomia esta, que é condição para levar o aluno das camadas populares à apropriação do conhecimento, à aquisição da cultura considerada “legítima”, instrumentos para o exercício pleno de sua cidadania. E esta não é apenas uma opção técnica, em busca da competência contra o fracasso na escola, mas é, sobretudo, uma opção política, que expressa um compromisso pela inclusão de todos.

Convictos dessa crença, a Escola Beatriz busca parcerias para dar continuidade ao seu projeto de formação continuada.

Uma formação de professores praticantes de leitura e escrita, capazes de evidenciar perante as crianças o comportamento do leitor e escrevente, é condição para mudarmos os preocupantes indicadores do desempenho escolar, pois a ninguém é dado o dom de ensinar o que não sabe fazer. Partindo desse entendimento a Escola Beatriz vem desenvolvendo ações de formação permanente buscando o envolvimento de professores de todas as áreas na qualificação dos próprios gestos de leitura/escrita e por consequência em práticas interdisciplinares de métodos e estratégias.

Destas ações gostaríamos de destacar as oficinas de Língua Portuguesa e as de noções de Metodologia da Pesquisa, ministradas por educadores da própria Unidade, e que serviram de subsídio para a implementação dos Projetos de Pesquisa Escolar Orientada nas 4as, 5as, e 6as séries. E principalmente gostaríamos de destacar as intervenções das Professoras Terezinha Bertin e Regina Célia Santiago – consultoras da Editora Ática – na construção de nossa proposta de qualificação do domínio dos níveis de leitura/escrita incluindo todas as disciplinas do currículo. Não podemos estagnar, e a continuidade da assessoria prestada pelas Professoras é a oportunidade de assegurar, em 2005, os avanços teóricos e práticos incontestes que o grupo de educadores desta Unidade já obtiveram.

Tivemos apenas um contato com a Professora Regina Célia Santiago, da área de Matemática, que, nesse primeiro momento, atuou como provocadora apresentando abordagens conceituais que colocam em questão os modelos convencionais do ensino da disciplina. Em particular, procurou questionar o ponto de partida do fazer pedagógico, tradicionalmente situado em uma sistematização imposta como único caminho para resolver as questões matemáticas.

Como inserir efetivamente a disciplina Matemática em nosso projeto é mais um desafio que se apresenta. Para as demais disciplinas, no decorrer do nosso processo de formação, ficou compreendida a real importância da língua como instrumento de ensino/aprendizagem dos aspectos conceituais dos respectivos conteúdos – tanto que já estão sendo vivenciadas nas práticas pedagógicas algumas situações que contemplam esse entendimento, e que precisam ser qualificadas à medida que continuemos nesta linha de formação. Na Matemática falta-nos vivenciar a exploração de problemas nesta mesma perspectiva. Entender que considerar os dados fornecidos, colecionar dados adicionais, descartar dados irrelevantes, analisar e obter conclusões a partir dos dados, imaginar um plano para a resolução e, finalmente resolver e verificar a coerência da solução são procedimentos comuns tanto no entendimento dos diferentes tipos de textos quanto nos problemas matemáticos. Falta-nos também ampliar a visão de que o pensamento matemático se reduz a seus aspectos lógico-dedutivos. Em seus aspectos mais criativos – na geometria, por exemplo – a matemática está ligada muito mais à intuição e a imaginação que ao raciocínio lógico-dedutivo.

É preciso que encontremos apoio para que possamos nos fortalecer enquanto educadores investigadores, criativos e reflexivos em nossas práticas. A qualidade do trabalho desenvolvido pelas Professoras Terezinha e Regina, a entusiasta aceitação das mesmas pelo corpo docente, e o compromisso da Secretaria Municipal de Educação com a qualidade da escola pública e a formação de seus profissionais, nos motivaram a propor a continuidade do nosso processo de formação em 2005 sob a orientação dessas Profissionais comprovadamente qualificadas.

Objetivos:

- Possibilitar a reflexão em torno da tarefa de formar leitores e escritores competentes como compromisso da escola, de todas as áreas do conhecimento.
- Instrumentalizar os professores para o ensino de estratégias envolvendo o processo de leitura e interpretação de texto.
- Oferecer subsídios que instrumentalizem os professores no ensino do processo de elaboração de resumos, sínteses, esquemas e quadros sinóticos.

Público alvo: profissionais da Escola Básica Beatriz de Souza Brito e das demais escolas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

Conteúdo programático:

- Estratégias de leitura de texto direcionadas pelo gênero.
- Reflexão sobre os gêneros, as distinções e as semelhanças.
- Análise das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores a partir dos conteúdos desenvolvidos na 1ª etapa do Curso.
- Desenvolvimento de estratégias de abordagem dos diversos textos.
- Condições de produção do discurso.

Ministrante: Professora Terezinha Bertin – Consultora da Editora Ática

Unidade proponente: EBM Beatriz de Souza Brito

Organizador/responsável: Márcia Bressan Carminati

Florianópolis, novembro de 2005.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientador: Dra. Neide Arrias Bittencourt

Florianópolis, 2011